

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Diego Amaro de Almeida

Maria Joaquina de Almeida  
Fazendeira de café no vale do Paraíba.

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Diego Amaro de Almeida

Maria Joaquina de Almeida

Fazendeira de café no vale do Paraíba.

Dissertação apresentada à Banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Professora Doutora Maria Odila Leite da Silva Dias.

SÃO PAULO

2014

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

Dedico esta dissertação à

Minha avó

Maria Batista de Almeida

E aos meus pais

Maria Celeste Amaro de Almeida

José Roberto de Almeida

## **Agradecimentos**

A realização do mestrado só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas. Primeiramente gostaria de agradecer meu pai José Roberto de Almeida que foi quem acreditou e esteve comigo nos momentos de dificuldades que tive por conta da minha saúde, me apoiando de todas as formas possíveis para a realização desse projeto.

Quero agradecer a minha orientadora Professora Maria Odila Leite da Silva Dias, por ter me compreendido nas horas complicadas e pela orientação no desenvolvimento desta pesquisa. E na pessoa dela gostaria de agradecer a todos os professores do mestrado que foram de grande importância na minha formação.

Não posso deixar de agradecer ao UNISAL – Lorena na pessoa do Reverendíssimo Padre Eduardo Augusto Capucho Gonçalves que compreendeu as dificuldades na realização do mestrado e atendeu prontamente a todos os meus pedidos, viabilizando a realização do meu projeto de vida. E na pessoa dele todos os gestores e colegas que também me apoiaram.

Sou ainda imensamente grato ao incansável Prof. Antonio Tadeu de Miranda Alves que realizou diversas revisões nesta pesquisa, tornando possível o cumprimento dos prazos. Que desde o início da empreitada tem me acompanhado e apoiado. E também não poupando esforços em me apoiar para que eu pudesse alcançar esse sonho.

Aos amigos que me acompanharam nas viagens, me ajudaram com as fotografias, livros e com outros documentos importantes para a pesquisa, Ana Lúcia Correa Pinto, Anna Graziela Silva, Aparecida Gonçalves Uchôas, Árison Henrique de Assis Lopes, Douglas Rodrigues da Silva, Prof. Francisco Sodero Toledo, Galileu Pires, Prof. Hamilton Rosa Ferreira, Joaquim Roberto Fagundes, Marco Aurélio Laise, Priscila Leite Gonçalves e Vicente Vale.

Deixo aqui meus agradecimentos a todos aqueles que estiveram ao meu lado nesta jornada.

[...] não se deixe hipnotizar por sua própria escolha a ponto de não mais conceber que uma outra, outrora, tenha sido possível."

Marc Bloch

## **Resumo**

A presente dissertação trata do cotidiano de Maria Joaquina de Almeida, viúva e fazendeira no Vale do Paraíba Paulista no século XIX, período áureo da economia brasileira baseada no café. Buscamos refletir sobre o universo social da viúva, procurando verificar as interrelações entre as coisas que eram do mundo feminino e as do mundo masculino. Neste contexto, investigamos sobre como as exigências que a empresa cafeeira e a grande fortuna herdada implicavam em uma administração competente, uma gestão cuidadosa de escravos e em relações sociais incomuns para uma mulher daquele período. Procuramos identificar características do perfil da mulher da época para inferir sobre os conflitos de gênero que permeavam o mundo social deste período específico da História do Brasil. Essa busca se deu a partir de referenciais teóricos, com leituras de inventários e autos de despesas tomadas como fontes primárias, além de registros deixados pelos memorialistas. Este conjunto permitiu a compreensão do universo social de Maria Joaquina de Almeida, caracterizado por embates sociais em que os lugares dos gêneros eram determinados por padrões firmes e, a princípio, irretocáveis.

**Palavras-Chave:** Gênero, História de Gênero, Maria Joaquina de Almeida, História do Brasil, História do Café, Vale do Paraíba Paulista.

## **Abstract**

The present essay is concerned with the quotidian of Maria Joaquina de Almeida, widow and farmer in Vale do Paraíba Paulista, in the 19<sup>th</sup> century, golden age of coffee established Brazilian economy. We try to consider over the widow's social universe, trying to verify over the relationship between the things of the female world and the male world. In this context, we investigate how the exigences of the coffee business and the great fortune inherited, implied a competent administration, a careful slaves management, and unusual social relationships for a woman in those times. We try to identify characteristics of the profile of the woman in those times to infer over the gender conflicts that permeates the specific social world of Brazil History. This searching was from a theoretical approaches, the lectures of inventories and books of charges taken as primary source documents, besides memorialists records. This complex whole permitted a greater understanding of the social universe of Maria Joaquina de Almeida, characterised by social issues where the places of the genders was ordered by solid patterns and, in principle, invariables.

**Keywords:** Gender, Gender History, Maria Joaquina de Almeida, Brazil History, History of Coffee, Paraíba Paulista Valey.

## Sumário de Ilustrações

Ilustração 01: Maria Joaquina de Almeida.1844	23
Ilustração 02: Luciano José de Almeida	40
Ilustração 03: Presença de Luciano José de Almeida no Porto de Jurumirim – 1848.	41
Ilustração 04: Fazenda Boa Vista em1880	42
Ilustração 05: Planta baixa, 2005 – Fazenda Boa Vista	42
Ilustração 06: Bananal, em 1827. Aquarela de Jean B. Debret.	44
Ilustração 07: Casa do Comendador Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida	52
Ilustração 08: Detalhe da fachada da casa com as iniciais do Comendador Luciano.	53
Ilustração 09: Gazeta de Notícias	58
Ilustração 10: Antiga Santa Casa de Bananal	59
Ilustração 11: Maria Joaquina de Almeida – 1875	59
Ilustração 12: Túmulo de Maria Joaquina – Cemitério da Santa Casa.	60
Ilustração 13: Casamento de negros de uma família rica. Aquarela de Jean B. Debret.	78
Ilustração 14: Cena de Família, de Almeida Júnior, 1891	89
Ilustração 15: Recibo de um médico que prestou serviços na Fazenda Boa Vista.	105
Ilustração 16: Serra dos Órgãos, Johann Moritz RUGENDAS (1802-1858)	110
Ilustração 17: Convite para festa no solar Aguiar Vallim, 1877	117

## Sumário de Tabelas

Tabela 01: Produção de Café no Vale do Paraíba Paulista em 1854.	30
Tabela 02: Distribuição dos Bens deixados por Maria Joaquina de Almeida.	48
Tabela 03: Divisão dos Escravos por serviços em 1854	62
Tabela 04: Divisão por origem dos escravos do Comendador Luciano	67
Tabela 05: Número de escravos chegados ao Vale do Paraíba pelo tráfico inter-provincial, por ano.	70
Tabela 06: O universo social da escravaria em meados do século XIX no Brasil.	73
Tabela 07: Casamentos oficiais dos escravos de Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida.	75
Tabela 08: População escrava segundo a posse de cativos (1873).	82
Tabela 09: Variação patrimonial de alguns casais, com importante aumento do patrimônio após a morte do esposo.	93
Tabela 10: Relação da dívida ativa de Maria Joaquina de Almeida.	97
Tabela 11: Relação da dívida passiva de Maria Joaquina de Almeida.	98
Tabela 12: Diferença entre Dívidas Ativa e Passiva – resultado positivo/credor.	99
Tabela 13: Relação das Despesas da Fazenda Cachoeira: 1855-1856	100
Tabela 14: Processos de doações realizadas por Maria Joaquina: 1863-1864.	106
Tabela 15: Pés de Café.	107
Tabela 16: Fazenda do Comendador Joaquim Gomes Jardim (Resende): remessas de café em 1860.	110
Tabela 17: Conta de Despesa da Fazenda da Cachoeira - Transporte e Manutenção das Tropas - 1855-1856.	111
Tabela 18: Relação das Despesas da Fazenda Cachoeira - 1855-1856.	112
Tabela 19: Fazenda da Cachoeira - Recopilação do Total de Venda de Café - Destino: Casas do Rio de Janeiro.	114

## Sumário de Gráficos

Gráfico 01: Distribuição dos Bens deixados por Maria Joaquina	47
Gráfico 02: Distribuição por gênero dos escravos herdados por Maria Joaquina em 1854.	67
Gráfico 03: Distribuição por origem (totais) dos escravos do Comendador Luciano.	68
Gráfico 04: Distribuição por faixa etária dos escravos do Comendador Luciano.	68
Gráfico 05: Distribuição por gênero dos escravos de Maria Joaquina em 1882.	71
Gráfico 06: Origem dos escravos de Maria Joaquina em 1882.	72
Gráfico 07: Casamentos oficiais dos escravos.	76
Gráfico 08: População escrava segundo a posse de cativos (1873)	83
Gráfico 09: População escrava segundo a posse de cativos (1873).	83
Gráfico 10: Variação patrimonial em percentuais.	94

## **Sumário de Anexos**

Anexo 01 - Relação de joias – Fazenda Boa Vista: 06/03/1882	124
Anexo 02 - Relação de objetos – Fazenda Boa Vista: 06/03/1882.	125
Anexo 03 – Imóveis da Fazenda Boa Vista: 11/03/1882	126
Anexo 04 – Pés de café na Fazenda Boa Vista: 11/03/1882	128
Anexo 05 – Relação das construções e imóveis da Fazenda Boa Vista: 11/03/1882.	130

## Sumário

Introdução .....	14
Capítulo I – O mundo de Maria Joaquina de Almeida.....	21
1.1. Nascimento, Casamento e Fortuna .....	25
1.2. O Cotidiano de uma viúva Fazendeira.....	44
Capítulo II – A Fazendeira e seus escravos .....	61
2.1. Cotidiano da escravaria e da dona de escravos.....	61
2.2. Escravaria: número e gênero .....	66
2.3. Escravaria: relações sociais e casamentos .....	73
2.4. Concentração de cativos: panorama na década de 1880.....	78
2.5. O caso Bracuhy: transformações na ordem escravocrata .....	85
Capítulo III – A Fazendeira e suas relações Sociais.....	88
3.1. Mulheres além das compressões sociais .....	88
3.2. Contabilidade que revela relações sociais.....	96
3.3. Relações comerciais – relações sociais .....	108
Considerações Finais .....	120
Anexos.....	123
Referências.....	132

## Introdução

Na segunda metade do século XX, influenciada pelo movimento de renovação dos estudos históricos proposta pelos historiadores franceses da *Escola dos Annales*, dentre outras, a produção historiográfica brasileira experimentou significativas mudanças no seu escopo. O que se pretendia era produzir pesquisas que rompessem com a tradicional compartimentação das Ciências Sociais (História, Sociologia, Psicologia, entre outras) e privilegiassem os métodos pluridisciplinares, com a consequente atualização e ampliação do quadro das investigações históricas.

Este verdadeiro vendaval de transformações que atingiu a historiografia brasileira se fez mais intenso no início na década de 1970, quando observamos a emergência de inúmeros trabalhos teóricos que introduziram novos olhares, objetos, métodos e problemas nas mais diversas áreas de pesquisas das ciências humanas notadamente com o desenvolvimento da História de gênero. A introdução destas novas tendências e perspectivas irão influenciar sensivelmente os estudos históricos nos anos posteriores, com a consequente promoção de pesquisas de maior envergadura, notadamente nos quadros da história social, a partir da renovação historiográfica<sup>1</sup>.

Nesse sentido, novas fontes documentais e com o acréscimo das tendências de pesquisas de caráter regional e local, o lugar da mulher na história brasileira foi reinterpretado. Os estudiosos passaram a empreender

---

<sup>1</sup> Mary del Priory, em seu texto “História das Mulheres: vozes do silêncio”, faz uma regressão ao dar um importante panorama do assunto, mostrando os caminhos percorridos em torno da mulher desde a antiguidade, passando por conceituações e abstrações de alguns filósofos, até quase os dias atuais. Eni Mesquita de Samara, também citada por Raquel Soihet, é umas das pioneiras no âmbito do estudo da história da família no Brasil e, principalmente sobre as mulheres dentro da ótica do casamento, ensaiando inclusive a questão que chamou de mulheres pioneiras no quadro do povoamento da Capitania de São Paulo no século XVI. Nesse estudo, a historiadora trabalha com fontes documentais pouco exploradas até então, a não ser pela historiografia tradicional, que são os inventários e testamentos femininos da São Paulo Colonial, com o propósito de mostrar a história de vida dessas mulheres, entrecruzando com a circulação da riqueza. Maria Beatriz Nizza da Silva, também mostra um olhar diferente ao estudar o sistema de casamento no Brasil, antes normatizados pelas regras das Ordenações Filipinas e do Concílio de Trento, mostrando a posição da mulher na sociedade colonial em diversas situações, como a escolha do cônjuge, a vida conjugal e a desagregação do casal e, principalmente, o processo de divórcio. Ressaltando dentro desses aspectos uma maneira da mulher protestar diante das amarras de uma sociabilidade regida pelo mundo masculino e, sobretudo, pela Igreja Católica.

pesquisas cujo principal resultado foi o de desmitificar imagens e ideias estereotipadas, notadamente os referentes à condição da mulher na sociedade brasileira, tida tradicionalmente como submissa, e sujeita aos desmandos do pai, marido ou senhor.

No Vale do Paraíba Paulista, região que ganhou notoriedade histórica face à prosperidade alcançada após a introdução da lavoura cafeeira em larga escala, alicerçada na exploração do braço escravo, também vicejaram estudos sobre algumas destas mulheres que, além de desempenharem todas as funções que tradicionalmente lhes eram atribuídas na sociedade patriarcal e conservadora do século XIX, ousaram ir além e tornaram-se exemplos do protagonismo feminino e de liderança familiar, ao assumirem a frente da administração das suas fazendas. . Levando em conta a existência na região de um imenso manancial de fontes disponíveis para pesquisa, podemos considerar que resta muito ainda por fazer pois os estudos nessa área ainda são poucos, pontuais e, em sua maioria, ainda de cunho memorialístico.

Esta dissertação é resultado do trabalho que objetivou documentar, analisar e compreender melhor a vida de uma destas mulheres fazendeiras do Vale do Paraíba à luz dos preceitos emanados da História de Gênero. A eleita foi Maria Joaquina de Almeida, fazendeira de café na então Vila do Bananal SP, na segunda metade do século XIX, viúva do Comendador Luciano José de Almeida, rico cafeicultor bananalense que fez fortuna no segundo quartel daquele século.

A Fazenda Boa Vista foi a joia da coroa do Comendador Luciano José de Almeida. Este ,em 1854, por ocasião do seu falecimento, possuía quarenta e oito escravos, setecentos mil pés de café, cultivados em uma área de 1.500 braças de frente por 3.500 de fundo, totalizando 323 alqueires geométricos (equivalendo cada alqueire geométrico a 48.400m<sup>2</sup>) Nesse ano a fazenda foi avaliada em 121:711\$750 (cento e vinte e um contos, setecentos e onze mil e setecentos e cinquenta reais).

A origem desta propriedade na Vila de Bananal remontava à sesmaria recebida em doação por Manoel de Sá Carvalho, natural de São Luiz do Paraitinga, nascido em 1723 e falecido em 1755. Ele foi sucedido por Antônio Rodrigues Pinto, cuja filha Ana Maria casou-se depois com Luiz José de

Almeida. Seguiu-se um período de prosperidade, com as terras da fazenda sendo utilizadas para a produção de anil e cana-de-açúcar. Entretanto, coube ao filho do casal, Luciano José de Almeida, nascido em 1796, o mérito de converter a fazenda em uma das mais opulentas produtoras de café da região valeparaibana paulista.

Segundo estudo feito por Camila dos Santos (2011), com o passar do tempo outras terras e propriedades rurais foram incorporadas ao patrimônio da família do Comendador Luciano José de Almeida e que listamos a seguir: a Fazenda Cachoeira do Córrego Fundo, que possuía 228 alqueires; o Sertão da Jararaca, área com 330 alqueires de campos e matas; a "Fazendinha", fazenda que era vizinha da célebre Resgate, então de propriedade do Comendador Manoel de Aguiar Valim e de sua esposa Domiciana Maria de Almeida, filha e uma das sucessoras da viúva Maria Joaquina de Almeida; a Fazenda Campo Alegre, no Município de Barra Mansa/RJ, com 222 alqueires; Sertão do Olho D'água, no município de Arapeí/SP, com 61 alqueires; a Fazenda Bocaina, na cidade de Silveiras/SP, com 800 alqueires no campo da fazenda e 220 no sertão; campos e matas na Serra da Bocaina, com 1.400 alqueires e 400 cabeças de gado. No total, o patrimônio do Comendador Luciano José de Almeida somava no momento do seu falecimento, 3.995 alqueires de terras, plantadas com 993.000 pés de café, 816 escravos, tropas de 149 muares, 800 cabeças de gado e 20.000 arrobas de café colhido. Tal patrimônio está contemplado no *Inventário de Luciano José de Almeida – 1854*, que integra o acervo do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, sediado em Cruzeiro (SP).

Falecido em 1854, o comendador deixou este considerável cabedal para a viúva, Dona Maria Joaquina, que soube administrá-lo com competência por quase trinta anos, conseguindo manter e até ampliar os bens que integravam o seu patrimônio – caso das lavouras de café.

Através do estudo dos feitos de Maria Joaquina de Almeida, que ficou conhecida popularmente como a "Matriarca de Bananal", procura-se articular a história de vida da fazendeira à conjuntura econômica do período de formação e consolidação da cafeicultura em Bananal (SP), na primeira metade do século XIX e assim entender como se deu a atuação desta personagem como

administradora destes negócios no âmbito das relações sociais que regravam a atuação das mulheres naquele período.

Pretende-se assim estudar as diversas perspectivas que se descortinam face à singularidade do seu protagonismo feminino em uma sociedade marcada visceralmente pelo patriarcalismo e conservadorismo vigente: a sua história familiar, as formas de acúmulo de fortuna, notadamente as do marido, e a administração do patrimônio transmitido. Para levarmos a bom termo tal empreitada, utilizamos como fonte documental principal o inventário *post mortem* da personagem e obras referenciais necessárias para a análise e compreensão dos dados coletados. Há que se lamentar (até o presente momento) a impossibilidade de novas pesquisas calcadas em consultas às preciosas fontes documentais existentes no acervo do Museu Histórico Pedagógico Major Novaes, situado na vizinha cidade de Cruzeiro-SP, por estarem embargadas pela justiça devido ao seu estado de conservação e da precariedade das instalações onde se encontram guardadas.

O inventário *post mortem* consta de cinco volumes, processados no Cartório do 1º Ofício da Vila de Bananal, em 1882, tendo como inventariante o filho, Laurindo José de Almeida. Atualmente faz parte do acervo do Museu Histórico Pedagógico Major Novaes, da cidade de Cruzeiro. Foi aberto em 24 de janeiro de 1882, um dia após a morte de Maria Joaquina, pelo Juiz de Órfãos, Doutor Antônio Manuel de Freitas<sup>2</sup>.

Em anexo consta o testamento da referida fazendeira, escrito em 10 de fevereiro de 1879, tendo como testemunhas: Padre Manuel Gomes Pedras de Almeida, João de Oliveira Guimarães Jr., Alferes Moises Claudino de Freitas, Antônio José da Cunha Figueiredo e Joaquim Francisco de Lima. Atuou como

---

<sup>2</sup> No rol dos herdeiros aparecem nove filhos e sete netos, a saber: Laurindo José de Almeida, 45 anos, casado, morador em Bananal; Domiciana Maria de Almeida Vallim, 55 anos, viúva do Comendador Manuel de Aguiar Valim; Placidina Maria de Almeida Nogueira, Baronesa de Joatinga, 53 anos, casada com o Barão de Joatinga; Francisca de Almeida e Silva, 50 anos, viúva de Manuel de Freitas Silva; Luiz Antônio de Almeida, 43 anos, casado; Alexandrina de Almeida Vallim, 40 anos, casada com o Comendador José de Aguiar Valim; Antônio Luiz de Almeida, 34 anos, solteiro, residente em Barra Mansa; Dona Maria Luiza de Almeida Leite, 33 anos, casada com o Doutor Rodrigo Pereira Leite; Dona Antônia Cândida de Almeida, falecida, casada que foi com o Doutor João de Azevedo de Carneiro Maia, residente em Rezende. Ficaram como herdeiros os seguintes netos: Adélia de Almeida Maia, Adolpho Carneiro de Almeida Maia, Dona Maria Cândida de Almeida Ramos, Dona Lucília de Almeida Leite, João Carneiro de Almeida Maia, Dona Luisa de Almeida Maia e Dona Ismênia de Almeida Maia.

tabelião João Domingues Guedes e escrivão interino o Capitão Honorário do Exército Ponciano Barreto Faria Souto. A abertura, leitura e o *cumpra-se* ocorreram em 23 de janeiro de 1882 na Fazenda das Antinhas, de propriedade de Laurindo José de Almeida, seu filho. A aceitação deu-se em 04 de fevereiro de 1882. Foram testamenteiros: em primeiro lugar, Laurindo José de Almeida (filho); em segundo, Luiz Antônio de Almeida (filho), morador na vila de Barra Mansa, Província do Rio de Janeiro; em terceiro, Rodrigo Pereira Leite (genro), morador na vila de Rezende, da mesma província.

No primeiro volume do inventário constam basicamente os herdeiros, o testamento, a relação de matrícula dos escravos, descrição e avaliação dos bens (juntamente com as dívidas ativas e passivas) e diversos requerimentos, uma lista de apólices, notas fiscais e recibos de pagamentos.

No segundo volume inúmeras petições e certidões de herdeiros acerca do inventário e o Auto de Partilha. No subsequente, guias e recibos de transmissão de herança, procurações e outros documentos. No quarto volume, novamente a partilha dos bens para cada herdeiro. E no último, guias de escravos e outras de diversas naturezas.

Com o estudo destas fontes primárias, o que pretendemos foi explorar e analisar os resultados do trabalho de Maria Joaquina como gestora dos bens herdados do marido, o seu universo de opções e a esfera social por ela abrangida na fazenda, na vila de Bananal e na Côrte.

Quanto às obras bibliográficas, o instigante artigo escrito por Joaquim Roberto Fagundes (2009) foi considerado como ponto de partida para nossos estudos. Intitulado *Mulheres anônimas e independentes em Guaratinguetá: século XIX*, o referido artigo apresenta várias mulheres de diferentes classes sociais que se destacaram na sociedade guaratinguetaense do século XIX. Muitas dessas também eram viúvas que deram continuidade aos negócios da família, exercendo liderança e poder ao nível local.

Quanto ao que vem sendo produzido sobre o assunto no Vale Fluminense, gostaríamos de ressaltar dois trabalhos que demonstram proximidade com o tema aqui tratado. O primeiro: *As Memórias da Viscondessa – Família e Poder no Brasil do Império*, de autoria de Mariana Muaze. Publicada em 2008, a obra trata das relações familiares para

manutenção do poder e prestígio de famílias através dos laços do matrimônio em sociedades do Vale do Paraíba Fluminense, o que contribuiu para o entendimento do casamento de Maria Joaquina de Almeida no contexto social e econômico da época.

Uma segunda obra é um artigo de autoria de Leila Alegrio que tem como título: *O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira*, disponibilizado na internet<sup>3</sup> e que relaciona os inventários de fazendas no Vale do Paraíba Fluminense. Este artigo apresenta um valioso estudo sobre mulheres que, tal qual Dona Maria Joaquina de Almeida, após ficarem viúvas foram guindadas à frente dos negócios da família e assim assumiram o papel outrora desempenhado pelos maridos na administração das propriedades rurais desdobrando a sua própria esfera de atuação e de mando.

Há de se destacar também, dentre outras obras que tratam da história da cidade de Bananal-SP, o livro *Resgate – Uma Janela para o Oitocentos*, organizado por Hebe Castro. Este livro possui uma série de artigos que trabalham variantes do tema em questão ligados à própria formação de Bananal-SP e aspectos relacionados com o cotidiano e as relações sociais nas unidades produtoras do município.

Merece destaque ainda um dos primeiros trabalhos preocupados com o processo de inserção das mulheres na vida social brasileira do século XIX e que foi escrito por Maria Odila Leite da Silva Dias. No estudo, intitulado *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, a autora recorreu à análise de maços de população, processos de divórcio, inventários e processos crimes para identificar dois planos distintos do perfil social das mulheres livres e pobres neste período: um em função do discurso oficial e das normas de dominação impostos às mulheres, que criavam obstáculos ao trabalho feminino fora dos lares; o outro plano considera a própria estrutura do meio urbano que possibilitava às mulheres a realização de trabalhos informais.

Quanto à estrutura da presente dissertação, a mesma foi pensada da seguinte forma: o primeiro capítulo traz à luz o mundo de Dona Maria Joaquina de Almeida, em duas partes distintas: a primeira referente à sua origem

---

<sup>3</sup> ALEGRIO, Leila Vilela. *O Café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira*. Disponível em: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/28\\_leila-alegrio.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/28_leila-alegrio.pdf). Acessado em setembro/2013.

familiar, o casamento e a construção da fortuna da família dos Almeida, focando olhar na trajetória do marido no decorrer da década de 1810, passando pela implantação da cultura do café em Bananal SP. A segunda parte, ainda deste primeiro capítulo, trata do cotidiano da viúva fazendeira na segunda metade do século XIX, procurando fazer sobressair as características da sua atuação frente à administração dos negócios que garantiram não só a manutenção bem como a ampliação dos bens recebidos por morte do marido, as relações familiares neste contexto e suas ações no seio da sociedade local.

O segundo capítulo discorrerá a respeito do plantel de escravos discriminado neste mesmo documento que é o inventário *post mortem* de Maria Joaquina de Almeida destacando aspectos do cotidiano de Dona Maria Joaquina de Almeida referentes à sua energia e capacidade de liderança dos trabalhadores de suas fazendas.

Por fim, o terceiro capítulo dará ênfase ao estudo e análise das dívidas ativas e passivas presentes no inventário de 1882.

Encerraremos nossa dissertação com as considerações finais onde apresentamos algumas reflexões críticas quanto ao alcance, limitações e perspectivas sobre o tema, sem, de qualquer modo, pretendermos esgotar o assunto. A história de gênero e a história social das mulheres tanto ao nível local como regional ainda é área aberta para novas pesquisas e estudos aprofundados.

## Capítulo I – O mundo de Maria Joaquina de Almeida

Maria Joaquina de Almeida, conhecida como “a Matriarca de Bananal”, vivenciou o apogeu e a decadência do mundo do café e do trabalho escravo no Vale do Paraíba Paulista no século XIX. Precisamente entre 1825 e 1882, na então Vila de Bananal, no extremo limite de São Paulo com o Rio de Janeiro<sup>4</sup>.

Sua vida foi pontuada pela imposição e superação do papel tradicionalmente reservado às mulheres na estrutura social e econômica da época, principalmente durante o período de viuvez, deixando transparecer a delicada trama do tecido conjuntural no qual viveu<sup>5</sup>.

A corroborar e lançar mais luzes sobre as brechas no tecido social que permitiam tal protagonismo feminino no transcorrer do século XIX e limiar do XX, nós temos a obra da historiadora Marina Maluf, intitulada *Ruídos da Memória*. Alicerçada no estudo de memórias de duas mulheres da elite agrária do oeste paulista do final do século XIX, reforçada também pela consulta de inventários e escrituras, a autora discute símbolos, códigos, valores, comportamentos socialmente aceitos para a mulher neste período que foram transgidos em face da questão da herança, da necessidade de liderança feminina exigida pela empresa cafeeira e pela própria importância no grupo familiar. Diz a autora:

Ao buscar recuperar as experiências mais concretas e cotidianas das mulheres fazendeiras de café no final do século XIX e início do XX, o que as fontes consultadas revelaram, contrariando a voz do uso e do costume, é que as tarefas aí desempenhadas encontram-nas se desincumbindo não só de suas funções complementares, mas muitas vezes trocando e improvisando papéis, alguns deles masculinos, por força das necessidades da fazenda na ausência do marido.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> A freguesia de Bananal é um dos exemplos mais significativos da ocupação territorial em áreas de fronteira agrícola abertas na segunda metade do século XVIII, efetivamente a partir do último quartel, na rota do chamado Caminho Novo ou da Piedade. (REIS, 1988, p. 51.)

<sup>5</sup> A dialética do pormenor e do global, das relações entre minúcias e o conjunto do processo social de uma época implica, para o historiador, em uma atitude aberta para a possibilidade de papéis informais que escapam aos papéis, às normas, às institucionalizações, situados num espaço intermediário entre a norma e a ação dos agentes históricos, como colocado por Maria Odila Leite da Silva Dias (1995).

<sup>6</sup> MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p.238.

Outra contribuição é dada pela pesquisadora Leila Vilela Alegrio, ao estudar *O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira*, em que destaca a inusitada liberdade experimentada por estas mulheres ao enviuvarem:

A sociedade cafeeira conservadora e escravista do vale paraibano certamente era muito mais opressora do que a dos centros urbanos, e não é de se estranhar que a grande maioria das mulheres, quando enviuvavam, raramente voltavam a se casar, mesmo quando a viuvez atingia-as ainda jovens. Por que esse comportamento era tão frequente? Seria porque, com a viuvez, elas adquiriam a liberdade tão desejada, mas que estava até então reprimida?<sup>7</sup>

Assim, na medida em que outras mulheres do pretérito nacional são destacadas pelo seu protagonismo em estudos recentes da historiografia brasileira, vai caindo por terra o referencial estereotipado da mulher brasileira submissa<sup>8</sup>.

Observe-se que, embora a imposição de regras sociais e direitos estabelecidos obrigassem a mulher a adotar uma posição em que a obediência ao marido ou ao pai era fundamental, muitas vezes a mulher assumia um papel de mando através de brechas possíveis<sup>9</sup>. Pois, como acentua Stanley Stein, ao se referir a mulher fazendeira em Vassouras:

Embora as mulheres da classe dos fazendeiros dependessem de seus pais e, após o matrimônio, de seus maridos, geralmente havia uma época em que se tornavam econômica e intelectualmente emancipadas. Tal oportunidade podia surgir com a morte do marido, ficando a esposa livre para tomar as decisões que achasse necessárias. Em alguns casos, quando a esposa era de meia-idade, ela administrava sua propriedade com uma sabedoria e perspicácia ausentes em seu falecido marido.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> ALEGRIO, Leila Vilela, op. cit., 2009, p. 455.

<sup>8</sup> Em seus escritos sobre a *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*, June E. Hahner (2003) afirma que a origem desta percepção da condição feminina brasileira de submissão tem sua origem nos relatos dos viajantes ainda no começo do século XIX, observada a partir da cidade do Rio de Janeiro. Esses relatos teriam contribuído para criar um estereótipo comum e endógeno da família patriarcal brasileira, constituída de marido autoritário, cercado de concubinas escravas, que dominava os filhos e uma mulher submissa.

<sup>9</sup> Destaque-se que: “Ainda assim, a mulher exercia o poder da doçura e da dignidade, virtudes que sabiamente usava para dirigir a família e mansamente ocupar seu espaço”. (ALEGRIO, 2009, p. 453).

<sup>10</sup> STEIN Stanley J. Grandeza e Decadência do Café. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, p. 187.

Nesse sentido, o trabalho de Alegrio (2009) também ressalta que, além de educarem seus filhos, as mulheres fazendeiras ainda souberam administrar com maestria o patrimônio deixado por seus esposos, enfrentando todas as crises pelas quais passou a cultura do café.

Portanto, podemos observar na trajetória de vida de diversas mulheres que integravam a elite agrária brasileira no século XIX que elas incorporavam tanto o desempenho do papel tradicional esperado delas, de mães e esposas exemplares, como a de competentes gestoras de propriedades. E, no caso distinto de Maria Joaquina, podemos observar e identificar, do mesmo modo, o desempenho de tais papéis em períodos específicos de sua vida: do nascimento ao casamento, durante a convivência matrimonial e, posteriormente, na viuvez.

Também podemos estabelecer aqui um contraponto social e destacar que as dificuldades de inserção das mulheres no mundo do trabalho, que tradicionalmente era circunscrito aos limites do lar, foi experimentado tanto pelas opulentas senhoras de fazendas de café quanto pelas mulheres livres e pobres de São Paulo no século XIX, como tão bem demonstrou Maria Odila Leite da Silva Dias em seu estudo acerca destas últimas<sup>11</sup>.



**Ilustração 01:** Maria Joaquina de Almeida. Quadro a óleo de Barandier, 1844. Coleção particular - Família Almeida/Vallim.

---

<sup>11</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX. São Paulo: Brasiliense.1995.

Inserida neste universo que formalmente limitava os papéis que a mulher podia desempenhar na sociedade, Maria Joaquina, já na condição de viúva e gestora do espólio do marido, teve de terminar de criar os filhos, ao mesmo tempo em que assumia as exigentes tarefas de administração da fazenda, o controle das terras, dos capatazes, dos escravos, da alimentação em geral, da ordem, e, sobretudo, dos negócios.

## 1.1. Nascimento, Casamento e Fortuna

Maria Joaquina nasceu em Taubaté-SP, por volta de 1803 (a data não é confirmada pelas fontes documentais). Era filha de Antonio José de Sampaio e Silva<sup>12</sup>, nascido na antiga freguesia do Facão (atual cidade de Cunha-SP), e de Anna Joaquina de Toledo, nascida em 1758, em Taubaté<sup>13</sup>. Ambos eram descendentes de famílias portuguesas, oriundas do planalto de Piratininga e assentadas na vila de Cunha em princípios do século XVIII. Estes pioneiros possuíam vivência nas lides do pequeno comércio que acompanhou o desbravamento dos sertões incultos do Vale do Paraíba Paulista no período colonial.

Seus pais foram agricultores, primeiramente na vila de Cunha, onde residiram logo após o casamento, ocorrido em 1778, e posteriormente no Caminho Novo da Piedade<sup>14</sup>. Tal mudança pode ser explicada pela notícia que nos é dada por Píndaro de Carvalho Rodrigues (1980), de que coube ao Capitão-Mor de Guaratinguetá, Manoel da Silva Reis, com os poderes outorgados pelo Capitão General da Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, subdividir as terras do Caminho Novo da Piedade em sesmarias menores, que foram doadas aqueles que o ajudaram a retificar a referida via. Estas ordens administrativas geraram intenso movimento

---

<sup>12</sup> Segundo o termo de casamento, realizado em 1778, em Cunha/SP, Antônio José de Sampaio era filho de pais incógnitos, exposto na casa do Reverendo Padre José Gomes Granito, cujo apelido liga-se parentalmente com a família de André de Sampaio, estabelecida na mesma localidade. Não existe prova cabal de consanguinidade que o pai de Maria Joaquina possa ser filho do padre. Cúria Diocesana de Lorena – Registros Paroquiais da Vila de Cunha.

<sup>13</sup> Tal informação vem por tradição oral, por descendentes de Maria Joaquina de Almeida que, entre tantas informações, afirmam que a mesma foi trazida ainda jovem numa liteira até a vila de Bananal (depoimento de Marco Aurélio, trineto de Maria Joaquina). E até o momento o casal Antônio José de Sampaio e Ana Joaquina foi localizado nos recenseamentos em período e local especificados.

<sup>14</sup> Foi Rodrigo Cesar de Meneses, governador geral da capitania de São Paulo, quem ordenou a abertura do chamado Caminho Novo da Piedade, em 1725. Seu propósito era o de ligar a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (que abrangia o território da atual cidade de Lorena até Bananal) ao Rio de Janeiro, substituindo a ligação marítima feita com a Corte através de Paraty-RJ. Mas foi somente em 1778, após muitos percalços, que se verificou a conclusão da estrada e o início da ocupação de suas margens, com a distribuição de lotes de terra. Foi o que ocorreu com Manoel da Silva Reis, capitão-mor de Guaratinguetá, que recebeu terras na região do novo caminho. Ele recebeu também o direito de doar outros lotes àqueles que o tivessem ajudado na retificação do caminho e ofertou uma sesmaria para João Barbosa de Camargo e sua mulher, Maria Ribeiro de Jesus, que ergueram uma capela dedicada a Bom Jesus do Livramento, em 1783. Foi ao redor desta capela que nasceu a cidade de Bananal (RODRIGUES, 1980, p. 31-54).

migratório para a região, pois mesmo os que já possuíam terras no Vale do Paraíba resolveram se instalar às margens do novo caminho. Também acorreram para a região muitos forasteiros, principalmente das Minas Gerais que, com o arrefecimento da produção mineradora, estavam sem perspectivas de sustento e rumaram para o novo local com todos os seus pertences e disposição, como bem descreve Alcir Lenharo:

O movimento centrífugo de populações após a mineração também favoreceu a ocupação das áreas virgens que medeavam Minas ao litoral, especialmente as terras férteis do Vale do Paraíba. Pode-se destacar dois tipos de pioneiros que aí surgiram: os posseiros, com suas pequenas roças de produtos de primeira necessidade, voltados para o comércio miúdo à beira das estradas, que povoaram rapidamente a região. Um outro tipo fixava-se em condições de melhor segurança: pleiteavam terras em função da prestação de serviços públicos já realizados; abriam trechos de estradas, ou se prestavam a fornecer alimentos para as tropas e tropeiros, pastagens para os animais ou abriam pousos e vendas necessários à organização do tráfico mercantil.<sup>15</sup>

Segundo a *Lista de moradores do Caminho Novo da Piedade*, em 1780 existiam 300 pessoas residindo em 43 “fogos” (ou moradias). Destes moradores, 250 eram listados como brancos e 50 negros escravos. A categoria dos homens livres é integrada por “sesmeiros”, “posseiros”, “jornaleiros”, “camaradas”, dos “que vivem a favor”, “agregados”, dos “vivem em terras alheias” e dos que “possuem nada” (Documentos Interessantes, LXXXI: p. 27).

Assentados na terra, muitos dos novos ocupantes passaram a plantar alimentos para sua subsistência, principalmente milho e feijão, além de cultivarem anil e cana-de-açúcar. Também criavam porcos, cavalos e algum gado. Outros moradores, na medida em que se intensificava o movimento de viajantes e de tropas pelo caminho, se ocupam de oferecer pouso e abastecimento. Surgem os ranchos e as vendas na beira da estrada. A aglutinação desta população nas margens do novo caminho vai originar novos núcleos urbanos, como é o caso de Bananal.

---

<sup>15</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. SP: Símbolo, 1979. p. 75.

Nas palavras de Paulo Pereira dos Reis, em sua obra *Lorena nos séculos XVII e XVIII*, bem antes do café “este caminho levaria a exploração, posse e povoamento das terras a E. da Freguesia da Piedade”<sup>16</sup>

A forma pela qual os pais de Maria Joaquina buscavam seu sustento pouco diferia dos primeiros desbravadores da região, pois viviam da prática de uma agricultura de subsistência, da criação de animais e plantio de café – cultura que iniciava sua difusão pela região. Assim, tal modo de vida ilustra o próprio processo de povoamento e desenvolvimento econômico vivenciado no Vale do Paraíba dos seus primórdios até o século XIX<sup>17</sup>.

É possível encontrar uma visão geral deste modo de vida dos primeiros desbravadores da região no artigo *A formação histórica e cultural do Vale do Paraíba Paulista*, escrito por José Luiz Pasin. Nele, o pesquisador afirma que o Vale do Paraíba foi uma das primeiras regiões no interior do Brasil a ser desbravada e explorada pelos portugueses, em busca de índios e metais preciosos. A condição de núcleo irradiador da ocupação e povoação da região valeparaibana coube à Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, erigida por Jacques Félix, em 05 de dezembro de 1645. Depois, à medida que a região era desbravada, roças e sítios foram abertos. Ali cultivavam milho, feijão, mandioca, açúcar, arroz, algodão, criavam porcos, vacas e galinhas, enquanto as últimas tribos indígenas eram exterminadas.

Isolados nas suas “roças” e sítios, localizados à beira dos caminhos que levavam aos portos do litoral ou às margens dos ribeirões que banhavam as sesmarias, os povoadores da região valeparaibana desenvolveram, nas primeiras décadas do povoamento, uma economia de subsistência, cultivando uma parcela mínima das terras recebidas, obtendo o suficiente para o sustento da família. A mão-de-obra era indígena, escassa e sem grandes possibilidades de uma

---

<sup>16</sup> REIS, Paulo Pereira do. *Lorena nos Séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Centro Cultural Objetivo/Fundação Nacional do Tropeirismo, 1988, p. 51.

<sup>17</sup> Tal perspectiva enquadra-se na situação econômica encontrada para a região no final do século XVIII e início do seguinte, tendo como fulcro, além do autoconsumo domiciliar, o comércio para abastecimento alimentar do Rio de Janeiro, principalmente na região entre Bananal e Lorena, onde a oferta de terras era considerável. Reiterando o comércio interno anteriormente praticado com as Minas Gerais em parte do século XVIII, durante o surto da mineração. E que com a decadência do ouro, a chegada da Corte em 1808, e conseqüentemente a intensa urbanização do Rio de Janeiro, teve o foco transferido para tal localidade como potencial mercado de consumo. O que, em alguns casos, proporcionou certa acumulação endógena por parte de algumas famílias, que com o capital auferido por esse tipo de atividade pudesse investir na cultura cafeeira (cf. Marcondes, Renato Leite, p. 39).

utilização mais racional – o isolamento das comunidades valeparaibanas desestimulava qualquer iniciativa maior e não havendo mercados consumidores, nem estímulo para a implantação de uma atividade monocultora, a população vegetava em suas terras, buscando no sertão os meios para sobreviver. Dos índios, recebiam a influência dos produtos da terra. Instalavam engenhocas rudimentares para a fabricação do açúcar, da farinha, do fubá, do melado da aguardente. As casas eram construídas de pau-a-pique, cobertas de sapé, e o mobiliário bastante reduzido. As atividades sociais reduziam-se às missas, novenas e trezenas e a “guarda” dos dias santificados. As vilas, pobres e limitadas, com duas ou três ruas, o “largo” da igreja, a “casa da câmara”, quebravam a monotonia do dia-a-dia com a passagem de viajantes, estranhos e aventureiros, as solenidades religiosas, os rituais de nascimento, casamento e morte, os inventários e testamentos, motivando reuniões e disputas para “acertos de contas”, “partilha de bens” e “arremate de espólios”.<sup>18</sup>

Nos últimos anos do século XVII, os bandeirantes taubateanos, atravessaram o rio Paraíba do Sul na região de Guaypacaré (Lorena) e adentraram pela garganta do Embaú, atingindo o planalto mineiro em busca de ouro e outras riquezas minerais. Coube ao taubateano Antonio Rodrigues Arzão, em 1693, a primazia de descobrir as primeiras lavras de ouro na região de Caetés (bacia do rio Doce). Tal descoberta iniciou uma verdadeira “febre do ouro”, com milhares de pessoas acorrendo à região das Minas Gerais.

Nas primeiras décadas do século XVIII, a região das Minas Gerais foi abastecida de gêneros alimentícios a partir da vila de Guaratinguetá, povoação paulista que havia sido elevada à categoria de vila em 13 de fevereiro de 1651. Tal tarefa coube aos tropeiros que utilizavam tropas de muares para realizar o transporte dos minerais preciosos oriundos das Minas Gerais com destino aos portos de Paraty e Mambucaba (Angra dos Reis), e de bens de consumo e alimentos da região do Vale do Paraíba para as Minas Gerais.

Com o declínio da exploração aurífera, no final do século XVIII, as tropas de muares e os caminhos já estabelecidos para o litoral mostraram-se também fundamentais para o sucesso da cultura cafeeira estabelecida no Vale do Paraíba e que se tornaria o principal sustentáculo da economia brasileira, no decorrer do século XIX. Afinal, aquelas tropas de fortes e resistentes burros, mulas e bestas eram o meio mais eficiente que havia na época para o transporte dos grãos de café; os tropeiros eram exímios conhecedores das trilhas e caminhos que ligavam a região aos portos do litoral, utilizados para

---

<sup>18</sup> PASIN, José Luiz. Vale do Paraíba: História e Cultura. Lorena, CCTA, 2007, p.10.

escoar a produção cafeeira. Assim, sem os tropeiros e seus muars, dificilmente a cafeicultura teria se tornado uma prática lucrativa e viável na região do Vale do Paraíba.

Em sua obra *Homens livres na ordem escravocrata*, Maria Sylvania de Carvalho Franco discorreu sobre o valor de que se revestiu a atividade tropeira para o abastecimento e escoamento da produção das propriedades rurais. Afirma que “o traçado das estradas e a precariedade crônica de sua conservação tornaram a besta de carga o único meio possível de trânsito”.<sup>19</sup>

Mas, antes de alcançarem a prosperidade gerada pelo plantio do café, os moradores do Vale do Paraíba tiveram de encontrar uma alternativa de geração de renda que atenuasse o prejuízo causado pelo declínio da produção aurífera e o fim do comércio com a região das Minas Gerais. Assim, por volta de 1750, já temos notícias da instalação de engenhos de açúcar e aguardente em Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Lorena. O açúcar e a aguardente produzidos nestes engenhos valeparaibanos eram levados em lombo de burros e mulas para os portos de Ubatuba, São Sebastião e Paraty. É importante ressaltarmos que essa atividade produtiva, além do emprego majoritário da mão de obra africana, na quase totalidade de suas tarefas, também acelerou o processo de urbanização das precárias vilas valeparaibanas.

Contudo, foi efêmera a eleição da cultura canavieira como a redentora econômica da região valeparaibana. Assim, no final do século XVIII, acompanhando o novo caminho aberto da Vila de Nossa Senhora da Piedade (atual Lorena) até a cidade do Rio de Janeiro, o café chegava à localidade de Areias, transformando a paisagem geográfica, econômica e humana do Vale do Paraíba paulista. Rapidamente, se tornou a cultura predominante. Em 1836, com este domínio já estabelecido sobre a economia valeparaibana, foram exportados 510.000 arrobas de café contra apenas 8.000 arrobas de açúcar. Os portos de Paraty, Mambucaba, Ubatuba e São Sebastião, Ariró e Jurumirim eram utilizados para este propósito.<sup>20</sup>

O período áureo da produção cafeeira no Vale do Paraíba paulista ocorreu na década de 1850 a 1860, sendo atingida uma produção total de

---

<sup>19</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: Kairós, 1983, p. 60.

<sup>20</sup> PASIN, José Luiz. Op. cit., 2007, p.11.

2.330.639 arrobas, em 1854, cabendo a Bananal responder por 554.600 arrobas deste total produzido na região. Aliás, tal destaque na produção de café datava de 1836, quando Bananal tornou-se o segundo maior produtor de café da Província de São Paulo, produzindo 64. 822 arrobas - o que correspondeu a 11,02% da produção paulista<sup>21</sup>.

**Tabela 01: Produção de Café no Vale do Paraíba Paulista em 1854**

Localidade	1854	Porcentagem
Areias	386.094	16,6
Bananal	554.600	23,8
Guaratinguetá	100.885	4,3
Jacareí	240.010	10,3
Lorena	125.000	5,4
Paraibuna	118.320	5,1
Pindamonhangaba	350.000	15,0
São Luis do Paraitinga	41.000	1,8
São José dos Campos	60.000	2,6
Taubaté	354.730	15,2
<b>TOTAL</b>	<b>2.330.639</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MILLIET, 1951, p.139.

A prosperidade que viria bafejar Bananal foi antevista por Saint-Hilaire que, ao atravessar seu território, em 1822, escreveu em suas anotações o seguinte:

A três quartos de légua do rancho onde passáramos a última noite, alcançamos a aldeia do Bananal, sede de paróquia. Esta vila fica situada num vale bem largo entre morros cobertos de mata e compõe-se de uma única rua. Pareceu-me de fundação inteiramente nova, mas é provável que adquira logo importância, pois se acha no meio de uma região onde se cultivava muito café e cujos habitantes, por conseguinte, possuem rendas consideráveis.<sup>22</sup>

Complementando as observações feitas pelo viajante francês sobre a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Bananal, o historiador Francisco Sodero Toledo nos informa que:

Compunham-na diversos bairros, como o de Santo Antônio, Retiro e Três Barras. Neste último, verificava-se a pujança econômica apontada por Saint-Hilaire, através da posição de seus habitantes, entre eles: Brás de Oliveira Arruda (54 anos, sargento-mor de Milícias, casado com Aurora Maria

<sup>21</sup> CASTRO, Hebe Maria. SCHNOOR, Eduardo (orgs.) Resgate – Uma janela para o Oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 69.

<sup>22</sup> SAINT-HILAIRE, Aguste de. Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo. São Paulo, 1954. p. 129.

Nogueira, ambos naturais do Rio de Janeiro, com 13 filhos, todos naturais de Bananal), o qual havia colhido 3.000 (três mil) arrobas de café, conseguira 2.000 de açúcar, 500 caixas de aguardente, 1.000 alqueires de feijão, 1.500 de arroz e 400 de toucinho; possuía 45 escravos. Outro cafeicultor deste bairro era Luís Gonçalves de Lima (54 anos, casado com Joana Maria, de 60 anos, ambos naturais do Rio de Janeiro, com 2 filhos naturais de Bananal), dono de 158 escravos; colhera 2.800 arrobas de café; fizera 400 de açúcar, 200 de toucinho, 200 caixas de aguardente; colhera 900 alqueires de feijão e 1.000 de arroz. Bananal já se apresentava como grande centro produtor de café. Neste ano (1822), produziu e exportou 22.472 arrobas de café e 22.200 arrobas de açúcar.<sup>23</sup>

Foi justamente nesta região, que ofereceria a alguns a oportunidade de prosperarem com o cultivo da terra, que se estabeleceram os pais de Maria Joaquina. Eles não tardaram em manter e estreitar seus contatos com outras famílias que também haviam se estabelecido ao longo do Caminho Novo da Piedade, entre as quais a dos pais do futuro esposo da filha Maria Joaquina. Esta interação era fundamental em um ambiente natural de extrema rusticidade e onde ainda eram poucos os meios de ganhos. Sem recursos, com pouco ou nenhum escravo, predominava a utilização dos membros da família como mão de obra para os trabalhos que se faziam necessários. O pouco excedente produzido nestas propriedades era comercializado no Rio de Janeiro, como indicam os recenseamentos populacionais de época. Em 1798, por exemplo, destacam-se açúcar, aguardente, fumo, gado vacum, o anil e, pela primeira vez, a produção e exportação de café da região para o Rio de Janeiro<sup>24</sup>.

Portanto, neste período inicial de ocupação da região do Caminho Novo da Piedade, a preocupação primeira dos pioneiros era criar condições para subsistir, plantando e colhendo apenas para comer, e, mais tarde, quem sabe, prosperar com o cultivo e comercialização de um produto tropical: anil, açúcar

---

<sup>23</sup> TOLEDO, Francisco Sodero. O ciclo do café no Vale do Paraíba e o processo de Independência. In: Revista da Faculdade Salesiana. Lorena, 1974, ano 15, nº 22, p. 92.

<sup>24</sup> João Fragoso evidencia fortemente a importância da agricultura mercantil, com maior especialização das culturas alimentar e animal; o que para ele significa estreita ligação com a circulação mercantil de caráter interno. Substanciada principalmente pelo intenso comércio de mulas e bovinos entre a Capitania de São Paulo e a praça carioca, evidenciando, a nosso ver, uma complexa estrutura de funcionamento da agricultura mercantil na região (Fragoso, João Luís Ribeiro. Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 113. Situação evidenciada em toda a região nos Maços de População para domicílios que combinavam atividade agrícola e criação de animais em maior escala, como o caso do Capitão-Mór de Guaratinguetá em 1809, que declara criar animais e exportar para o Rio de Janeiro (Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maços de População de Guaratinguetá. Ordem 0051 – fogo 81).

e, finalmente, café. Por conta destas necessidades primordiais, não havia por que se preocupar ou despender recursos com, por exemplo, a educação dos membros da família, especificamente das mulheres – caso de Maria Joaquina, que não sabia ler e escrever.

É muito esclarecedora a leitura do relato deixado por Saint-Hilaire sobre o modo de vida dos habitantes da região, fruto das observações feitas em sua segunda viagem de volta da Província de São Paulo para a cidade do Rio de Janeiro, em 1822. Logo ao adentrar no Vale do Paraíba, ele constatou a penúria dos seus moradores. Contudo, ouvia aqui e acolá que era para lá de Lorena que se começa a encontrar os homens ricos, que deviam sua fortuna à cultura do café. Motivo pelo qual escreveu que isto motivara os lavradores das cercanias de Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá a se entregarem ao cultivo do café, pois até então as pessoas abastadas só tinham se ocupado da cana-de-açúcar e os pobres do algodão, com o qual produziam tecidos grosseiros. Mais tarde, já próximo da divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro, nas cercanias da Vila de Areias (SP) e rumando para a Vila de Rezende (RJ), o viajante europeu surpreendeu-se com enorme produção de café de toda área e escreveu o seguinte:

Quanto mais me aproximo da Capitania do Rio de Janeiro mais consideráveis se tornam as plantações. Várias existem também muito importantes, perto da Vila de Rezende. Proprietários desta redondeza possuem 40, 60, 80 e até cem mil pés de café. Pelo preço do gênero, devem estes fazendeiros ganhar somas enormes. Perguntei ao francês a quem me referi ontem, em que empregavam o dinheiro. “O Sr. pode ver”, respondeu-me, “que não é construindo boas casas e mobiliando-as. Comem arroz e feijão. Vestuário também lhes custa pouco, nada gastam também com a educação dos filhos que se entorpecem na ignorância, são inteiramente alheios aos prazeres da convivência, mas é o café o que lhes traz dinheiro. Não se pode colher café senão com negros; é pois comprando negros que gastam todas as rendas e o aumento da fortuna se presta muito mais para lhes satisfazer a vaidade do que para lhes aumentar o conforto”.<sup>25</sup>

Para Maria Joaquina, a prosperidade foi definitivamente alcançada após seu matrimônio, que foi realizado em Bananal, na data de 26 de outubro de 1825, quando se casou com o Comendador Luciano José de Almeida, filho de Luiz José de Almeida e de Ana Maria da Conceição<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> SAINT-HILAIRE, Aguste de. Op. cit., 1954, p. 127.

<sup>26</sup> RAMOS, Agostinho. Pequena História de Bananal. São Paulo: Gráfica Sangirad, 1975, p. 372.

Os pais do noivo descendiam de pequenos agricultores, que também haviam se estabelecido na mesma região do Caminho Novo da Piedade, entre as últimas décadas do século XVIII e início do XIX, sendo reconhecidos como os primeiros povoadores de Bananal. Ali se tornaram proprietários de consideráveis porções de terras, obtidas oficialmente pelo sistema de doação de sesmarias<sup>27</sup>. Posteriormente, elas foram partilhadas entre os descendentes e transformadas em grandes fazendas de café. Esse processo de ocupação de tais terras foi facilitado pela distribuição inicial de sesmarias nas margens do Caminho Novo da Piedade, movida pela necessidade governamental de povoar esta área que era constituída de terras abundantes e ligava São Paulo ao Rio de Janeiro (sede da Corte), além do comércio<sup>28</sup> que ali se estabeleceu.

Luiz José de Almeida provinha de família oriunda de Baependi (MG), região de tropeiros e de abastecimento da Corte. O seu pai, o Alferes Pedro de Almeida Leal<sup>29</sup>, casado com Isabel da Silva Leme, foi um dos primeiros povoadores de Bananal, que aparece recenseado em 1779, vivendo da pequena agricultura e da criação de gado. Já Ana Maria da Conceição descendia de Ana Joaquina da Conceição e Antônio Rodrigues Pinto, outro pequeno agricultor originário de Taubaté que também obtivera sesmaria naquela mesma região de Bananal.

Foi o fato de descenderem dos primeiros desbravadores da região, que retiravam seu sustento da prática da agricultura e da criação de animais, em terras próprias, que permitiu ao casal Luciano e Maria Joaquina o posterior acesso e posse de consideráveis porções de terra por heranças legadas pelos

---

<sup>27</sup> Paulo Pereira do Reis, em sua obra *Lorena nos séculos XVII e XVIII*, afirma que as primeiras sesmarias na região do Caminho Novo da Piedade foram concedidas a partir do segundo quartel do XVII, pouco tempo depois o início de sua abertura, especificamente a partir de 1733, quando foram concedidas terras a João Francisco de Castro, morador em Guaratinguetá. Intensificadas no Governo do Capitão General Morgado de Mateus, com a migração de famílias oriundas do Médio Vale do Paraíba e do sul de Minas Gerais. Fase caracterizada por povoamento esparso, fraca comercialização de excedentes e relativamente pouco escravista.

<sup>28</sup> Um significativo exemplo do acúmulo de riquezas geradas pelo comércio tem destaque no Vale Fluminense, especificamente na vila de Vassouras. A grande maioria dos fazendeiros de café da região, que exerceram hegemonia social, econômica e política na localidade, tinham antepassados oriundos de Minas Gerais, Portugal, Rio de Janeiro e Vale Paulista; todos foram negociantes ou pequenos proprietários de terras, cultivando em pequenas glebas, possuindo quase sempre patentes militares. Famílias como os Correia e Castro, os Werneck, os Ribeiro de Avelar, os Pais Leme e os Teixeira Leite eram as famílias influentes de Vassouras (Ibid, 1990, p.146).

<sup>29</sup> Pedro de Almeida Leal, natural das Ilhas, nascido em 1723, recebeu, em 16/02/1780, sesmaria de 6.800 braças de terras de leste a oeste com duas léguas de sertão norte sul, nos locais conhecidos como Água Comprida e Pirapetinga. (CARVALHO, p. 32).

pais de ambos, pelo inventário de irmãos solteiros falecidos, pela compra dos demais herdeiros, pela reconvenção de dívidas e dote de casamento<sup>30</sup>. O que foi decisivo para a posterior constituição destas terras em fazendas dedicadas ao cultivo do café, em uma época em que esta cultura começava a adentrar o território bananalense e se intensificar o seu plantio na região valeparaibana. Tal situação, além de outras variáveis, possibilitou a formação de uma considerável fortuna fundada na ampliação das áreas de cultivo do café e na aquisição de um crescente plantel de escravos. Em suma, os dividendos obtidos com o cultivo do café eram revertidos não só para manutenção desta estrutura produtiva bem como para sua ampliação.

Exemplifica muito bem este processo de concentração de terras e acúmulo de riqueza, que transformaria os descendentes dos desbravadores da região do Caminho Novo da Piedade em proprietários de ricas fazendas de café, a história de como foi constituída a principal unidade produtiva do casal Luciano e Maria Joaquina: a Fazenda Boa Vista. Sua origem remonta às sesmarias recebidas por Pedro Almeida Leal, avô do futuro comendador Luciano José de Almeida. Estas terras, as sesmarias de Água Comprida e Pirapitinga, eram próximas à sesmaria de Manoel de Sá Carvalho, e localizadas no bairro da Boa Vista.

Posteriormente, as terras de Pedro Almeida Leal couberam a seu filho, Luiz José de Almeida<sup>31</sup>. Ele casou-se com Ana Maria da Conceição Pinto e, posteriormente, contraiu novas núpcias. Teve três filhos, sendo que Luciano José de Almeida foi um deles.

Luiz José de Almeida, no período de residência na vila de Lorena, recebeu uma sesmaria de meia légua de terras de testada e uma de sertão (fundos) na estrada do Caminho Novo da Piedade, ao lado de outras terras que

---

<sup>30</sup> É “por meio do dote aproximava-se o genro da família da esposa, o qual, com o tempo, passava a integrar a esfera da produção familiar. Nessa época, as doações eram compostas de terras e escravos, animais, ferramentas e outros meios de produção. Dessa forma, consistia numa grande vantagem sobre a herança [...] Sendo as mulheres mais ricas do que os homens, o que estava em jogo para a família [...] eram o branqueamento, o empobrecimento e a capacidade do trabalho do noivo.”(MUAZE,2008 p. 45). Tal acontecimento seria a pedra molar para a manutenção das famílias como grupo seletivo e privilegiado, dando continuidade social e familiar da elite. Para o casal Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida, segundo a tradição familiar, houve dote considerável. Mas nada foi encontrado nesse sentido.

<sup>31</sup> Não foi encontrado nenhum documento que comprove que as terras da Fazenda Boa Vista tivessem origem na sesmaria de Antônio Rodrigues Pinto, sogro de Luiz José de Almeida. A informação consta na obra *Bananal – Cidade Histórica, Berço do Café* de Maria Aparecida Rezende Gouveia de Freitas (1981).

já possuía contíguas a esta. Com seu falecimento, em 1806, passou em herança para os filhos do primeiro e do segundo casamentos<sup>32</sup>, respectivamente o Alferes Antônio José Nogueira, casado com Mariana da Silva; Domiciana Maria da Conceição, casada com José Ramos Nogueira; e Luciano José de Almeida, ainda solteiro naquele tempo. Parte destas terras ainda eram posse comum em 1817, conforme declara os bens rústicos da vila de Bananal<sup>33</sup>, com 300 braças<sup>34</sup> de testada e 300 de sertão, trabalhadas por 20 escravos.

Segundo as escrituras anexas ao inventário de Luciano José de Almeida, supõe-se que partes das terras declaradas em 1817 passaram para as suas mãos em anos posteriores, por escrituras particulares firmadas de próprio punho.

Conforme a primeira escritura, de 06 de novembro de 1814, Antônio José Nogueira vendeu parte das suas terras ao Alferes Antônio Joaquim de Oliveira, pela quantia de 500\$000: *“Os outorgantes vendedores marido e mulher são senhores e possuidores entre mais bens que possuirão, huma sorte de terras citas no Caminho Novo, cujas terras as houverão por herança Conceição”*<sup>35</sup>.

Através da segunda escritura, datada de 05 de maio de 1816, sabemos que José Ramos Nogueira e sua esposa Domiciana Maria da Conceição (irmã de Luciano José de Almeida) fizeram a venda de outra sorte de terras ao mesmo Alferes Antônio Joaquim de Oliveira, por 600\$000, onde se lê:

Boa Vista – Digo eu José Ramos Nogueira e minha mulher Domiciana Maria da Conceição que somos legítimos senhores e possuidores de huma sorte de terraz attodo tempo que houver devisã ficando eu enchido de uma légoa e meyo quarto que nós pertensser por erança no em Ventario dos noços fallecidos pays e sogros Luiz José de Almeida e Anna Maria da Consseição [...]”<sup>36</sup>.

Por fim, em 21 de junho de 1823, por escritura de reconvenção de dívida, as terras do Comendador Antônio José Nogueira e sua mulher foram

---

<sup>32</sup> Luiz José de Almeida casou duas vezes, sendo Luciano José de Almeida, nascido em 1797, filho do segundo matrimônio (FREITAS, 1981, sem paginação.).

<sup>33</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Tombamento dos Bens Rústicos.

<sup>34</sup> A braça equivale a 2,2 m.

<sup>35</sup> Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes. Inventário de Luciano José de Almeida – 1854. Fls. 582.

<sup>36</sup> Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes. Inventário de Luciano José de Almeida – 1854. Fls. 583.

repassadas a Luciano José de Almeida, que nessa altura já possuía também a parte de sua irmã, que havia sido a ele vendida pelos herdeiros do Alferes Antônio Joaquim de Oliveira, tornando-se desse modo o único proprietário da Boa Vista<sup>37</sup>.

Assim, a história de formação da Fazenda Boa Vista nos permite conhecer um processo muito comum no período, relativo à formação de patrimônios dentro de uma dinâmica específica da economia regional, como bem explicitou Stanley Stein:

Recorriam os fazendeiros aos estabelecimentos já existentes. Terras e escravos eram fornecidos frequentemente pela herança e o dote de casamento. Os mais próximos parentes, e, às vezes, os mais distantes, achavam-se amiúde em situação de fornecer os necessários recursos financeiros<sup>38</sup>.

Do mesmo modo, Lucila Herrmann também realçou tal processo de concentração de terras a partir de tendências observadas na Vila de Guaratinguetá, onde a constituição de latifúndios por fazendeiros privilegiados era resultado da compra de propriedades de vizinhos ou parentes:

Ao mesmo tempo, na medida em que aumentava a produção cafeeira, a grande fazenda se tornou o fator preponderante na produção do café, com tendência para absorver com voracidade as propriedades média e pequenas. Essa tendência iria intensificar-se ainda mais nas décadas seguintes, posteriores a 1850, anos de prosperidade sem precedente.<sup>39</sup>

Com o passar do tempo, além da Fazenda Boa Vista, Luciano José de Almeida foi adquirindo outras porções de terras que garantiriam a formação de outras unidades produtoras menores, como as fazendas Cachoeira, Córrego Fundo, Fazendinha e o sertão da Jararaca, na Serra do Mar, próximas da unidade principal, compondo um núcleo apenas. Como também as fazendas Campo Alegre, no município de Barra Mansa, e Bocaina, na vila de Silveiras<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. *Bananal – Cidade Histórica Berço do Café*. São Paulo: Massai Ihno Roswitha Kempf – Editores. 1981, sem paginação.

<sup>38</sup> Ibidem, 1981, sem paginação.

<sup>39</sup> HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo, IPE-USP, 1948, p. 31.

<sup>40</sup> RAMOS, Agostinho. Op. cit., 1975, p. 372.

Com a posse desses estabelecimentos rurais, formados pouco antes do seu casamento com Maria Joaquina, pôde Luciano José de Almeida iniciar sua trajetória de enriquecimento a partir da Fazenda Boa Vista. Antes, ainda nos tempos de parceria com os herdeiros dos seus pais, não tinha tantas posses, como atesta o recenseamento de Bananal, de 1818<sup>41</sup>, em que ele aparece solteiro, morando em fogo independente, com 14 escravos ao seu serviço, plantando gêneros alimentícios e produzindo toucinho, que consumiu em sua casa. E o café, produzido ainda em pequena escala, era exportado para o Rio de Janeiro ao preço de 120 réis<sup>42</sup>.

No ano de 1822, Luciano José de Almeida havia aumentando o plantel para 59 escravos e a produção de café para 1.000 arrobas, que foram vendidas no Rio de Janeiro pelo valor de 5\$200 a arroba<sup>43</sup>.

Em 1839, já estando casado com Maria Joaquina, sua produção era de 3.000 arrobas de café e o seu plantel de cativos havia alcançado a marca de 104 escravos<sup>44</sup>.

A expansão do patrimônio de Luciano José de Almeida e Maria Joaquina, em considerável pouco tempo, possivelmente está dentro das possibilidades apontadas por Maria Sylvia Carvalho Franco que considera que o comércio de mantimentos<sup>45</sup> e a exploração da cana de açúcar foram os fatores que

---

<sup>41</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de População da Vila de Bananal.

<sup>42</sup> Em artigo intitulado *Preços e Comercialização do Café no Vale do Paraíba Paulista: Bananal em Inícios do Século XIX*, MARCONDES & MOTTA (1999: 188) levantaram os seguintes preços médios da arroba do café vendido pelos fazendeiros bananalenses para o Rio de Janeiro: 2\$368 em 1814, 1\$886 em 1816, 5\$200 em 1822, 2\$977 em 1825, 2\$407 em 1828, 2\$637 em 1829. Mais adiante, na página 190, complementam com a informação sobre o preço pago por arroba em 1840 (3\$750 réis) e em 1861(6\$500 réis).

<sup>43</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de População da Vila de Bananal - 1822.

<sup>44</sup> Sobre o tamanho médio dos plantéis de escravos, José Flávio Motta afirma que entre 1872 e 1874 era de 15,2 cativos. E que "(...) em 1801, dos 44 plantéis existentes em Bananal, 13 (29,5%) eram formados por 10 ou mais escravos e 23 (52,3%) por 4 ou menos cativos. Já em 1817, os plantéis de maior tamanho, agora em número de 26, têm sua participação relativa diminuída para 21,5%, enquanto os plantéis menores agora são 73, aumentando o seu peso relativo para 60,3%, em um total de 121 plantéis. Por fim, em 1829, na 6ª Cia. de Ordenanças, há 119 plantéis, dos quais 33 (27,7%) possuem 10 ou mais escravos e 56 (47,1%) possuem 4 ou menos cativos. De outro lado, o número médio de escravos por plantel, considerando-se todas as faixas de tamanho, que era de 9,11 em 1801, passa a 8,35 em 1817 e a 11,28 em 1829 (MOTTA, 1999, p. 158-323).

<sup>45</sup> Vários estudos indicaram que a introdução da cafeicultura na região do Vale do Paraíba ocorreu fundada no trabalho de pequenos agricultores, que não eram proprietários de cativos ou possuíam um pequeno contingente de cativos. Posteriormente, eles partilharam com os grandes proprietários o cultivo do café e sua expansão. Entre tais trabalhos, podemos citar a pesquisa feita por HERRMANN (1986), MARCÍLIO (2000), MOTTA (1999) e COSTA (1992).

proporcionaram os capitais necessários<sup>46</sup> para a introdução e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Para a autora, o resultado prático foi que:

As plantações de café invadiram o Vale do Paraíba, tanto prosperou o antigo dono de engenho com foros de cortesão, quanto o tropeiro rude, o bronco mercador de escravos, o esperto vendeiro de beira da estrada, o lavrador rústico, iluminados todos por projetos idênticos e realizáveis por um só meio: enriquecer, afazendendo-se.<sup>47</sup>

Tal incremento patrimonial do casal de cafeicultores da cidade de Bananal também pode ser explicado pelo próprio aumento da produção de café, cujos lucros possibilitaram o investimento na compra de maior número de escravos<sup>48</sup>, seja por via normal de aquisição antes de 1831, ou pelo tráfico internacional depois desta data, quando houve a proibição deste tipo de comércio. Em 1853, teve início o processo criminal denominado Bracuhy, envolvendo desembarques clandestinos de escravos após a proibição do tráfico em 1850, levando a júri inúmeros fazendeiros da região compreendida entre o porto fluminense do mesmo nome, Barra do Piraí, São João Marcos e Bananal. Entre eles, Luciano José de Almeida, Joaquim José de Souza Breves e outros ricos sé cafeicultores de Bananal. O fato ganhou repercussão através da imprensa carioca e chegou à Câmara dos Deputados<sup>49</sup>. Este fato pode ser corroborado

---

<sup>46</sup> Renato Leite Marcondes ao trabalhar com os inventários da vila de Lorena constatou que diversos fatores condicionaram o acúmulo de riquezas de alguns indivíduos naquela localidade, como, por exemplo, as condições materiais iniciais, inclusive os dotes e heranças, atividade desenvolvida, faixa etária, empenho e astúcia. Destacando, nesses itens, o número de escravos, notadamente em 1829. O que significou que “em geral, quanto maior o plantel da pessoa em 1829 mais elevada seria a riqueza obtida ao fim de sua vida” (MARCONDES, 1998,175).

<sup>47</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Op. cit., 1983, p. 209.

<sup>48</sup> Motta & Nozoe (1994), em estudo sobre o processo de acumulação vivido pelos cafeicultores de Bananal no período de 1799 a 1829, detectaram a ocorrência de ritmos diferenciados de acumulação, medida fundamentalmente pela magnitude da escravaria possuída. Dessa forma, anteriormente à difusão do cultivo do café, na segunda década do século XIX, o fator crucial que condicionava as possibilidades de acumulação em cativos era a colocação de parte da produção no mercado, mediante a comercialização de gêneros tais como toucinho, fumo, açúcar ou aguardente. Posteriormente, a difusão do cultivo do café e o fato dele ser um produto por excelência destinado à exportação tornou-se o elemento primordial para o estímulo ao processo de acumulação. Assim, na medida em que generalizava a lavoura cafeeira em Bananal, o tamanho do plantel de escravos de cada cafeicultor assumiu o papel de fator de diferenciação no seu processo de acumulação, tendo em vista as maiores unidades produtivas da cidade. (MOTTA, 1994).

<sup>49</sup> Em 11 de dezembro de 1852 houve o desembarque de 500 africanos no porto do Bracuhy, freguesia da Ribeira, próximo a Angra dos Reis, em terras da Fazenda Santa Rita do Bracuí, de propriedade do Comendador José de Souza Breves. Foram presos vários traficantes

pelo inventário de Maria Joaquina, em 1882, quando foram arrolados oito escravos de origem Quilamane e diversos oriundos de Moçambique, com idade variando entre 55 e 60 anos. O que parece expressar que foram trazidos para o Brasil ainda na década de 1840 pela via do tráfico internacional.

Mas foi na década de 1840, que possivelmente o casal aumentou de maneira substancial seus bens, multiplicando o número de escravos e a produção de café, período em que se iniciava na localidade o auge econômico do produto<sup>50</sup>.

No inventário do marido, processado em 1854, verifica-se que o casal tinha um considerável patrimônio acumulado, que foi dividido entre seus herdeiros (50%) e Maria Joaquina de Almeida (50%). Dali para frente ela administraria os bens entregues em meação<sup>51</sup> por direito constituído através do casamento, e que multiplicou até a sua morte em 1882.

Pela análise das informações do inventário percebe-se a pujança da estrutura econômica que a viúva passou a administrar dali por diante, com diversidade de unidades produtoras, cada qual com cafeeiros plantados e escravos designados para o trabalho na lavoura, formando um todo autossuficiente e produzindo tudo aquilo que precisava para a sua subsistência. Produziam-se velas de cera e sebo, fumo, aguardente, farinha de milho, de mandioca, mel de abelha, tecidos de algodão, de lã de carneiro, meias, rendas para vestidos.

---

nacionais e estrangeiros, bem como documentação que incriminava o Comendador Luciano, o Major Antônio José Nogueira, o Comendador Manuel de Aguiar Vallim e Pedro Ramos Nogueira, grandes fazendeiros de Bananal. O episódio ganhou repercussão e foi divulgado principalmente pelos jornais Correio Mercantil, O Grito Nacional e Diário do Rio de Janeiro. Algumas autoridades do governo foram acusadas de conivência e suborno no episódio, pois já teriam informações acerca do assunto meses antes da apreensão e nada fizeram para coibir tal prática delituosa, segundo as notícias da época. (CASTRO, 1995).

<sup>50</sup> É por volta de 1836 que se inicia o período de maior desenvolvimento econômico de Bananal, fruto da expansão das plantações de café e da riqueza gerada com a sua comercialização. O auge é atingido durante as décadas de 50 e 60 do século XIX. COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. Ensaio Sócio- Econômico de Áreas Valeparaibanais. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1984. p. 47

<sup>51</sup> Meação é a parte que cabe a cada cônjuge sobre os bens que integram o patrimônio total do casal. Corresponde à metade dos bens idealmente considerados. Representava um importante pecúlio para viúva por força do casamento e demonstrava a importância da mulher ao prover a casa, mesmo com filhos maiores ou menores.





**Ilustração 02:** Luciano José de Almeida  
Bananal – Terra dos Barões do Café.  
Coleção Conto Canto e Encanto minha terra.

Segundo a Revista Atalaia, uma publicação editada em Bananal, no ano de 1942, o espólio do Comendador Luciano José de Almeida totalizava 3.995 alqueires de cem por mil (100x1000) braças quadradas de terra, referentes àquelas propriedades já mencionadas: Boa Vista, Jararaca, Cachoeira, Bocaina e Campo Alegre. Ele também possuía 1.810.000 cafeeiros, assim distribuídos: na principal unidade, a Fazenda Boa Vista, 700.000 cafeeiros; na Fazenda Campo Alegre, 310.000; na Fazenda Cachoeira, 800.000. O total de escravos alocados nestas unidades produtivas era de 816<sup>52</sup>. Há de se acrescentar ainda mais 400 alqueires de terras em sertão e matas virgens no lugar denominado Jararaca, além da presença de cerca 800 cabeças e 150 de muares<sup>53</sup> utilizados para abastecimento da fazenda e para o serviço de tropa para transporte do café até o porto de Jurumirim, no litoral fluminense, próximo de Mangaratiba e ao porto de Brachuy. Este último era utilizado em larga

<sup>52</sup> FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. *op.cit.*, 1981, sem paginação.

<sup>53</sup> Museu H.P. Major Novaes – Inventário de Luciano José de Almeida – 1854.

escala por produtores das regiões de Barra Mansa, Rezende e Bananal para o escoamento da produção, como se vê no jornal Diário do Rio de Janeiro, do ano de 1848.

 <b>MOVIMENTO DO PORTO.</b> 	
SAHIDAS NO DIA 28.	
<b>BALTIMORE</b> , brigue americano <i>Selina</i> , 221 tons., M. John J. Jackson, equip. 13: carga café; passag. José Baptista da Rocha	e 1 escravo a entregar. — E intermedios, vapor <i>Paquete do Norte</i> , M. José Manuel Teixeira; conduz varios passag.
<b>LIVERPOOL</b> , brigue inglez <i>Equator</i> , 330 tons., M. W. Fordyce, equip. 14: carga café e generos	<b>JERUMIRIM</b> , vapor <i>Paquete de Jerumirim</i> , 84 tons., M. Manuel Gomes Caparica, equip. 13: carga varios generos; passag. <b>Luciano José de Almeida</b> , José Francisco da Silva, Manuel Pinto de Lemos, Custodio Ramos Figueira, João Vieira Ballo, Francisco Antonio de Araujo, Francisco Joaquim de Sousa Castro, e o francez Frederico Conto
<b>BENEVENTE</b> por Campos, escuna <i>S. João Baptista</i> , 69 tons., M. João Francisco Cardoso, equip. 7: em lastro.	<b>ITAGOANHY</b> , sum <i>Maria da Gloria</i> , 71 tons., M. Bento José Lourenço, equip. 7: carga varios generos; passag. Antonio da Silva Resende, e o portuguez Valentim José Coelho.
<b>UBATURA</b> , sum <i>Princesa Amelia</i> , 105 tons.	

**Ilustração 03:** Presença de Luciano José de Almeida no Porto de Jurumirim - 1848  
 Fonte: Biblioteca Nacional

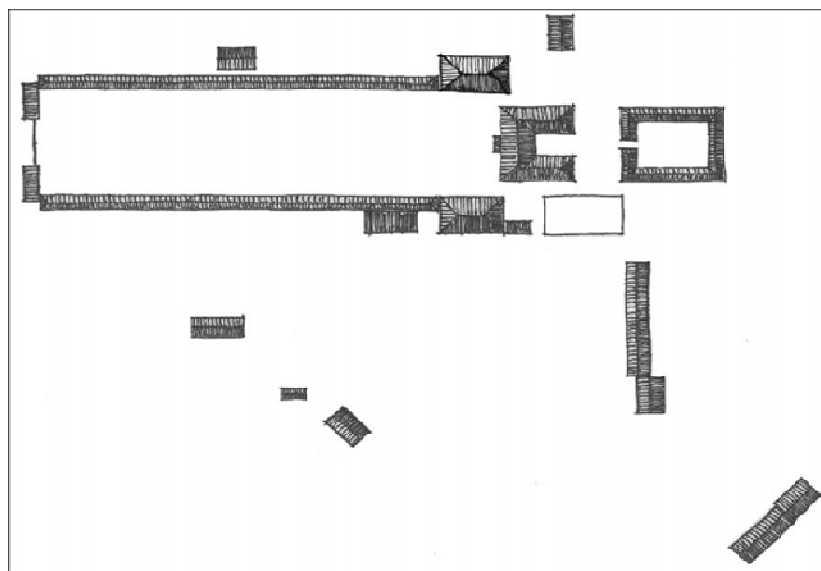
A sede da fazenda Boa Vista, construída entre as décadas de 1830 e 1850<sup>54</sup>, foi avaliada em 121:711\$750. Edificada no estilo casarão, com um pavimento sobre um porão alto, a construção destaca-se na paisagem campestre e era acessada por uma grande escadaria inserida em sua fachada principal. Possuía capelão, boticário, parteira, sapateiro, celeiro, ferreiro, marceneiro, carpinteiro de mobílias, serralheiro, mecânico, colchoaria, alfaiataria e cabeleireiro. Contava com 45 lanços de senzalas, “no feicho de dentro”, cobertos por telhas (avaliados em 30\$000 cada lanço), mais dois lanços de varanda e ainda outros dois cobertos de telhas, que servem de enfermaria dos escravos e ainda “uma varanda que serve de latrina e cocheira”

<sup>54</sup> Até o momento não foram encontrados registros de relatos orais e documentais a respeito da construção e sucessivas reformas da sede da fazenda. Para obter mais informações sobre as casas-sedes da fazenda cafeeira, detalhando sua edificação, estilo construtivo, configurações e partições da sua arquitetura, ver o texto das páginas 87 a 112, do livro intitulado *O Vale do Paraíba e a arquitetura do café*, de Augusto Carlos da Silva Telles, da Capivara Editora, de 2006. Também se recomenda a leitura do artigo *Aspectos de uma arquitetura rural do Século XIX*, de Alcides da Rocha Miranda e Jorge Czajkowski, que apresenta as características construtivas das casas-sede do café que foram edificadas no Vale do Paraíba e integra o livro *Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil Imperial*, editado em 1990 pela Nova Fronteira, e organizado por Fernando T.F. Pires. Não podemos esquecer também da clássica obra *Vale do Paraíba: velhas fazendas*, de Tom Maia e Sérgio Buarque de Holanda, editado pela Companhia Editora Nacional, em 1975.

e mais 51 lanços de senzala “no feicho de frente”. Também contava com telhas “assoalhadas de asfalto” e outras de cimento, para o café; dois lanços que servem para as carapinas e quatro, com varanda, para o Engenho<sup>55</sup>.



**Ilustração 04:** Fazenda Boa Vista em 1880, obra atribuída a Georg Grimm – *in* MARQUESE (2007).



**Ilustração 05:** Planta baixa, 2005 – Fazenda Boa Vista – Osmar Cassiano Gomes *in* MARQUESE (2007).

<sup>55</sup> PORTO, Luiz de Almeida Nogueira. Bananal no Império: Famílias e Fazendas. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1994.p.70.

O valor bruto dos bens deixados por Luciano José de Almeida chegou a 2:505.744\$515, valor significativo para época, considerando-se que a produção cafeeira ainda não havia atingindo o seu auge. Entre bens de outra natureza, em ouro, prata, joias, móveis e trastes, deixou um total de 723:496\$165; em bens de raiz, 677:290\$250<sup>56</sup>. Tais valores, se equiparados com outros inventários feitos no mesmo período e região, colocam Luciano José de Almeida e sua esposa como grandes potentados do Vale do Paraíba paulista. Isso porque, relacionados com os valores brutos encontrados nos inventários dos grandes cafeicultores da cidade de Lorena, por exemplo, referentes ao mesmo período, trabalhados pelo pesquisador Renato Leite Marcondes, vê-se que o montante é bastante expressivo. Entre as décadas de 1840 e 1850, foram registrados, nos inventários de Lorena, os valores brutos de 215:660\$690, deixados por José Vicente de Azevedo (1844); 177:433\$716, deixados por Antônio Dias Teles de Castro (1854), e 168:214\$881 por Anacleto Ferreira Pinto (1857)<sup>57</sup>.

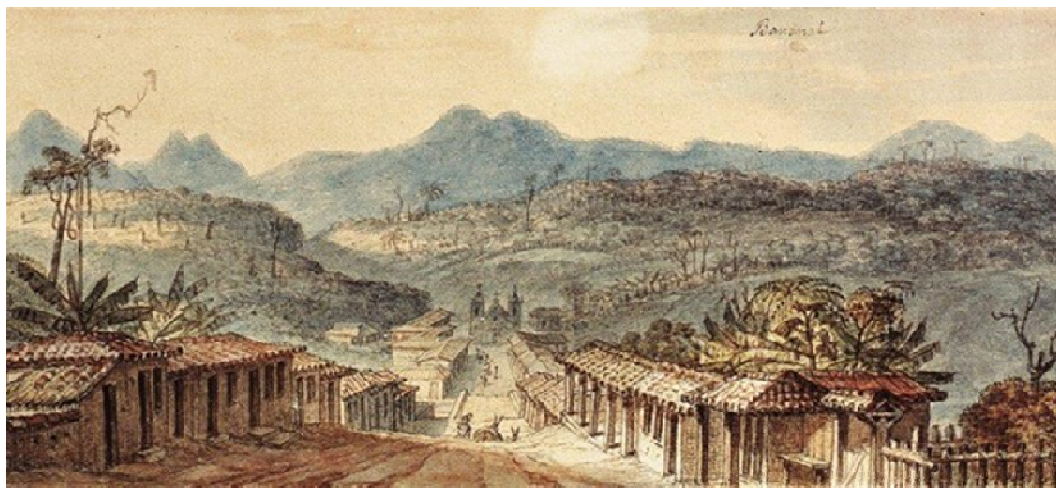
---

<sup>56</sup> Museu H.P. Major Novaes – Inventário de Luciano José de Almeida – 1854.

<sup>57</sup> MARCONDES, Renato Leite. Op. Cit., 1998, p. 311-318.

## 1.2. O Cotidiano de uma viúva Fazendeira

Com 50 anos aproximadamente, Maria Joaquina de Almeida assumiu o papel de *chefe de família*, com a obrigação de gerir os negócios deixados pelo marido. Teria de administrar as fazendas de café e o considerável plantel de seus escravos. Na forma da lei, Maria Joaquina tinha direito a 50% de toda a fortuna acumulada até aquele momento pelo casal e recebeu a posse de 415 cativos e a Fazenda Boa Vista. O restante coube a seus onze filhos, alguns menores de idade. Esse momento coincidiu com o início do período áureo do café em Bananal<sup>58</sup>.



**Ilustração 06:** Bananal, em 1827. Aquarela de Jean B. Debret.  
**Fonte:** O Café. São Paulo: Banco Real/ABN AMRO Bank, p.21.

Após a morte do marido, Maria Joaquina transcendeu a esfera doméstica que tradicionalmente era reservada à mulher nesta época e inseriu-se também no âmbito público. Nesse sentido, a sua trajetória de vida compreendeu tanto o desempenho do papel de mulher do lar quanto o de gestora que manteve a fortuna que ajudara a formar com o marido.

Verifica-se um deslocamento de papéis sociais – o de esposa, progenitora e gestora do lar para um papel oposto ao estereótipo originário dos relatos dos

---

<sup>58</sup> Em 1854, Bananal já é o maior produtor da Província e do País, com mais de 500.000 arrobas de café, e sua população de escravos, de 7.622 almas, supera muito a população branca. A riqueza do Município é de tal ordem, que os banqueiros ingleses pedem o aval de sua Câmara para garantir os empréstimos que o Governo Imperial negociava em Londres (PORTO, 1994, p. 100).

viajantes e memorialistas, como observou Raquel Mendes Pinto Chequer<sup>59</sup> em sua dissertação de mestrado sobre gerências de viúvas. Esta autora aponta a existência de senhoras administradoras de bens nas Minas Gerais, e chama a atenção de que a fixação da imagem da mulher por um olhar ideológico e religioso unilateral contribuiu para que os estudiosos do século XX reforçassem esse estereótipo, em conjunção com os valores transmitidos pelas memórias escritas e orais. Mantinha-se assim, também na historiografia, a imagem da mulher com fulcro na submissão. Como afirma igualmente June E. Hahner (2003) em seus escritos, apoiando-se em Gilberto Freyre, onde destaca que as observações daqueles visitantes contribuíram para criar um estereótipo comum e endógeno da família patriarcal brasileira, constituída de marido autoritário, que submetia mulher e filhos, cercado de concubinas escravas.

Esta perspectiva parece corroborada pelo relato de John Luccock, um mercador britânico que, em 1808, causticamente comentava o crescente mau-humor, a obesidade e o envelhecimento prematuro das mulheres de classe alta do Rio de Janeiro. Este mesmo estrangeiro atribuiu essas características, ou seja, o rápido envelhecimento da mulher carioca, aos hábitos de reclusão e indolência, afirmando que essas mulheres eram raramente vistas fora de casa, exceto quando iam à igreja. Assim, as atividades dessas mulheres eram restritas praticamente ao ambiente interno de suas residências, onde recebiam auxílio de criados escravos. Ou seja, fora do mundo privado, a vida social ou pública praticamente inexistia para a mulher e para qualquer habitante das cidades que ainda não tinham calçadas e ruas comerciais burguesas<sup>60</sup>.

Mas, como nos alerta Hahner (2003), esse estereótipo sobre a condição da mulher no século XIX era relativo e as restrições observadas por Luccock refletiam na verdade considerações sobre a honra feminina, que permaneciam estritamente relacionadas à honra familiar, concluindo haver uma gama

---

<sup>59</sup> CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de Família, Gerência de Viúvas. Senhoras Administradoras de Bens e Pessoas (Minas Gerais 1750-1800). Dissertação de Mestrado. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais. 2002, p.18.

<sup>60</sup> Mesmo com a constatação que os viajantes difundiram estereótipos sobre a condição da mulher na sociedade brasileira, temos que fazer aqui um contraponto e destacar que existiram casos em que a submissão da mulher era realmente extrema, como observou Stein (1957) em Vassouras (RJ): “As esposas se submetiam tão docilmente quanto seus filhos: durante quatorze anos um fazendeiro ‘proibiu’ sua mulher de ‘visitar a sua mãe e tomar-lhe bênção’, isto sem motivo algum... tratando-a sempre como uma escrava, admoestando-a com palavras desonestas ou impróprias”. (STEIN, 1957, p. 77).

diferenciada de mulheres vivendo em situações diferentes e que “*Mesmo dentro da elite, nem todas as mulheres eram confinadas à esfera privada da casa e excluídas da esfera pública de uso restrito aos homens*”<sup>61</sup>.

Nesse sentido, os poucos informes sobre a trajetória de Maria Joaquina de Almeida, mediante a documentação existente e alguns estudos memorialísticos, nos revelam que ela desempenhou um papel diferente dos estereótipos tradicionalmente estabelecidos para a mulher do período<sup>62</sup>. Eles nos mostram a mulher fazendeira<sup>63</sup>, a mãe de família, a benemérita, a mulher atuante na sociedade e que, ainda que não sabendo ler e escrever, sem ter, portanto, estudos regulares suficientes, soube acompanhar as novas tendências econômicas, sociais e políticas do seu tempo.

No que tange a administração dos negócios, Maria Joaquina desempenhou seu papel de gestora com competência e conseguiu manter o espólio deixado pelo marido, entre os anos de 1854 e 1882.

Em 1854, por ocasião do falecimento e abertura do inventário do marido, Maria Joaquina havia recebido algo em torno de 1:250:000\$000, distribuídos entre bens móveis e semoventes<sup>44</sup>.

Entre os bens recebidos figura a principal unidade produtora existente no espólio, a Fazenda da Boa Vista, com os seus cafezais, além das outras unidades também exploradoras do produto. Esta fazenda foi registrada em 1856, no Registro de Paroquial de Terras de Bananal, constando de 349 alqueires em meio de terras de cultura<sup>64</sup>.

---

<sup>61</sup> HAHNER, June E. Op. Cit., 2003, p. 40.

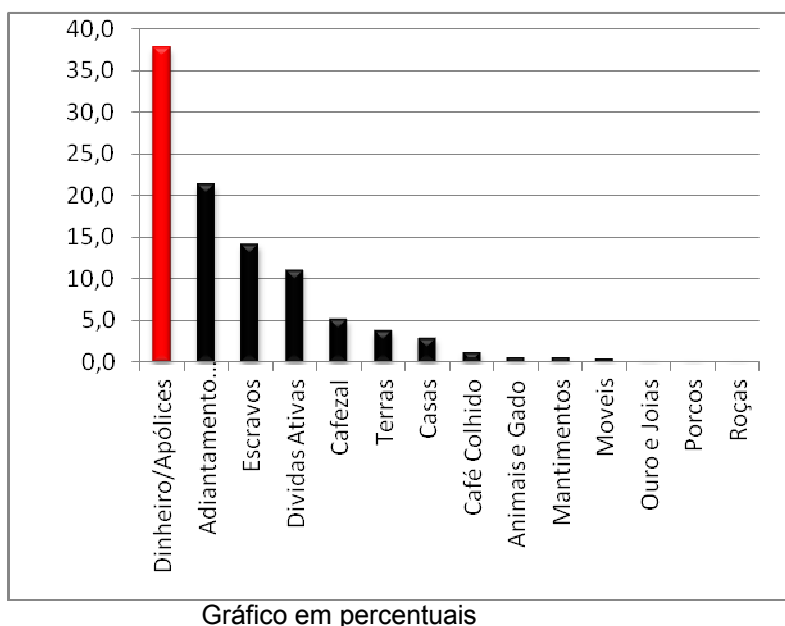
<sup>62</sup> Em uma obra sobre mulheres na época do café, Ana Luisa Martins afirma: “Ocorre que o papel normativo da mulher na sociedade patriarcal brasileira confinou sua imagem, relegou-a ao silêncio, perpetuando sua representação em postura recôndita, obediente e reverente ao proprietário e, senhor das terras e da família. No cotidiano, porém, estas mulheres severas, de um olhar absorto ou infeliz – conforme mostra os retratos -, desestabilizavam as fronteiras simbólicas entre os sexos, desfazendo papéis ancestralmente construídos. Aliás, na galeria das mulheres do café, todas compareceram com a efetiva significação social, fosse escrava, imigrante, sinhá, agregada, fazendeira poderosa, esposa de proprietário despossuído ou arruinado, viúva que tocava sozinha suas terras” MARTINS, Ana Luiza. História do Café. São Paulo: Contexto. 2009. P. 269.

<sup>63</sup> Nesse sentido, “a prática cotidiana da mulher fazendeira, as necessidades da vida nas frentes da expansão agrícola, o trabalho, a colaboração e a divisão dos papéis acabam por ameaçar e quebrar o feminino idealizado e oculto”. (MALUF, 1995).

<sup>64</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo – Registro de Terras de Bananal. No referido documento a viúva declara, através do seu genro, Comendador Manuel de Aguiar Vallim, confrontar pelo norte com a fazenda da Cachoeira, pertencente aos seus filhos; pelo sul com o Comendador Antônio José Nogueira, José Antônio de Oliveira Guimarães e José Ramos

Analisando seu inventário *post mortem* constata-se uma gestão eficiente da viúva à frente dos negócios, pois não só manteve como dobrou a meação obtida com a herança deixada pelo marido. Assim, em 1882, por ocasião do falecimento de Maria Joaquina, o valor bruto do inventário alcançou 2:103:500\$610, considerável margem de diferença do marido, assim distribuídos:

**Gráfico 01: Distribuição dos Bens deixados por Maria Joaquina.**




---

Fragoso; pelo leste com o Capitão Antônio Domingues Guedes, João Raimundo, Gertrudes Maria da Conceição e Maria Alves Moreira; pelo oeste com Camilo da Silva Reis, filhos de João Braz de Oliveira Arruda, Marcos de Oliveira Arruda e Pedro Ramos Nogueira.

**Tabela 02: Distribuição dos Bens deixados por Maria Joaquina de Almeida**

Descrição	Valor
Ouro e Joias	6:084\$000
Moveis	9:006\$000
Mantimentos	11:710\$000
Café Colhido	27:407\$000
Animais e Gado	12:496\$000
Porcos	5:361\$000
Escravos	298:865\$000
Terras	80:650\$000
Cafezal	109:294\$000
Roças	1:060\$000
Casas	62:330\$000
Dinheiro/Apólices	795:106\$420
Dívidas Ativas	233:130\$690
Adiantamento Herdeiros	451:000\$000

**Fonte:** Inventário de Maria Joaquina de Almeida  
Arquivo do Museu H.P. Major Novaes.

Pelos dados vê-se que a distribuição da riqueza da personagem aumentou o montante deixado em dinheiro e apólices, representado em quase 40% do valor total dos bens. Investimento esse que já era praticado por Luciano José de Almeida pouco tempo antes do seu falecimento, cujo investimento aparece no processo de inventário aberto em 1854<sup>65</sup>. Esse montante em dinheiro e apólices não desqualifica o valor deixado em escravos, que foi multiplicado durante os 28 anos de sua gestão frente aos negócios. Os 394 cativos representavam um plantel significativo para a região, se comparado a inventários trabalhados por Renato Marcondes (1998), cuja totalidade média de escravos não excedia a cem. Também foi significativo o valor relativo aos cafezais, onde parece ter havido reinvestimento – corroborando para o entendimento de que houve um equilíbrio entre os investimentos financeiros e rurais feitos pela viúva.

Nesse sentido parece que Maria Joaquina manteve em posse da família as terras e fazendas, animais de tropa, gado, caracterizando ainda uma economia essencialmente rural com base na produção de café, embora tenha

<sup>65</sup> No referido instrumento aparecem além Apólices Gerais emitidas pelo governo e pela província do Rio de Janeiro, dinheiro investido no Banco do Comércio do Rio de Janeiro (fls. 16v. e 17).

investido em apólices que lhe rendiam juros cujo montante foi acrescido até o final de sua vida. Tendência essa que já mostrava a percepção dos fazendeiros quanto à evidente possibilidade de esgotamento da terra e a iminência da libertação dos escravos que vinha sendo preparada paulatinamente a partir da proibição do tráfico no início da década de 1850, quando da publicação da Lei Eusébio de Queirós<sup>66</sup>.

Em 1882, quando de seu falecimento, Maria Joaquina deixou todas as fazendas formadas pelo marido, com todos os seus bens, para os seus herdeiros; e mais 651 apólices da dívida pública de 1:000\$000, mais 19:530\$000 de juros no semestre, e um depósito corrente de 58:699\$300 na firma Monteiro & Cia., do Rio de Janeiro, correspondentes às vendas dos cafés das fazendas. Retomando a comparação anterior, verifica-se um efetivo muito maior que o deixado pelo Visconde de Guaratinguetá poucos anos antes e que deixou a metade do valor bruto de Maria Joaquina. Efetivo nem mesmo equiparável aos valores registrados nos inventários deixados por titulares do vale fluminense<sup>67</sup>. Nesse período, as atividades presentes nas fazendas de Maria Joaquina denotam uma diversificação de atividades ligadas não somente ao plantio e colheita do café, mas voltadas, principalmente, para a pecuária, com número expressivo de cabeças de gado, bem como de animais para tropas, utilizados no transporte do café na rota para o Rio de Janeiro. Devem-se considerar também aquelas atividades centradas no plantio de gêneros alimentícios para manutenção e subsistência dos animais, dos escravos e da família.

Entre a produção do café nas fazendas de propriedade de Maria Joaquina e a chegada do café ao porto do Rio de Janeiro, onde era embarcada com destino ao consumidor final, um longo percurso era feito em lombo de burros. Porém, ao chegar à capital do Império, o café não era embarcado imediatamente nos porões dos navios. Antes, por força de contratos, era acomodado nos armazéns de alguma Casa Comissária e só depois disso é que era então vendido aos exportadores.

---

<sup>66</sup> CASTRO, Hebe Maria. SCHNOOR, Eduardo (orgs.) Resgate – Uma janela para o Oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>67</sup> ALEGRIO. Leila, Donas do Café – Mulheres fazendeira no Vale do Paraíba. Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2011. p.73.

Os comissários de café eram grandes comerciantes, geralmente de origem portuguesa ou ainda ricos fazendeiros que resolviam diversificar suas fontes de ganho e se punham a praticar esse tipo de intermediação comercial. Eles financiavam as plantações de café, que era garantida por uma hipoteca e pela venda antecipada da futura colheita do cafeicultor.<sup>68</sup>

Essa negociação de venda do café, que era realizada diretamente com casas comissárias do Rio de Janeiro, pode ser constada no processo de prestação de contas de tutela realizada por Maria Joaquina após o falecimento do marido. Essa peça jurídica abre portas para perceber a atuação da sua gestão frente aos negócios e como mulher pública prestando contas do espólio deixado aos filhos menores<sup>69</sup>.

Na referida peça, a viúva relaciona os valores e quantidades totais de arrobas de café negociadas em diversas firmas no Rio de Janeiro e que, nos documentos, aparecem como “correspondentes” – que na verdade eram firmas comissárias de café<sup>70</sup>. Como exemplos, nas contas de venda de 1854, ano do falecimento do seu esposo, aparecem no rol as seguintes firmas: Guerra & Monteiro, Ulrich e Cia., Antônio Tavares Guerra, Carvalho e Rocha, Francisco Ferraz de Oliveira Sobral, Cornélio Filho & Irmão e Manuel Ferreira Guimarães<sup>71</sup>. Esses valores, que somavam por volta de 92:000\$000, mais os valores das apólices gerais, chegavam a totalizar pouco mais de 99:000\$000. Segundo relatos de familiares, sob a forma de memórias, Maria Joaquina esteve sempre atenta aos negócios, ficando a par de tudo o que se passava

---

<sup>68</sup> Um estudo pormenorizado a respeito da atuação dos comissários de café ainda carece de pesquisa histórica, destacando nessa área os trabalhos de Maria Sylvia de Carvalho Franco e Alcir Lenharo. No capítulo 3 trataremos com mais detalhes destes sujeitos sociais de importância destacada na vida da fazenda e nos relacionamentos de Maria Joaquina: os tropeiros e os comissários.

<sup>69</sup> Autos de Contas de Tutelas – Maria Joaquina de Almeida – Museu H.P. Major Novaes. Caixa 80.

<sup>70</sup> Segundo Carvalho Franco: “... cultivado e colhido em medidas variáveis e beneficiado sob condições muito diversas, apenas esse procedimento de congregar um volume apreciável do produto poderia introduzir uma certa regularidade no fluxo da mercadoria oferecida e abrir a possibilidade de sua padronização. De fato as remessas eram feitas pelos fazendeiros em partidas pequenas e transações entre comissário e ensacador eram realizadas englobando vários lotes, de diferentes procedências. Esses ensacadores, que eram realmente os compradores de café nas praças brasileiras, revendendo-o aos exportadores, trabalhavam com grandes quantidades de grãos, uniformizando-os, fazendo as ligas, brumindo-os ou colorindo-os. Processavam a adaptação do produto aos interesses e preferências dos compradores estrangeiros.” (FRANCO, 1983, p.161).

<sup>71</sup> Nenhum desses possuía parentesco com a família de Maria Joaquina ou com famílias aliadas pelos casamentos dos filhos.

em suas fazendas. Diariamente, ao cair da tarde, se informava das atividades dos administradores de cada uma de suas fazendas, demonstrando especial competência como administradora. Dirigia e orientava pessoalmente a fabricação de móveis, a confecção das rendas e linhas, dos tecidos, e acompanhava em tudo o trabalho de seus escravos, fossem os trabalhadores da roça ou aqueles que cumpriam atividades de manufatura e manutenção: carpinteiros, pedreiros e ocupados das tarefas domésticas. Ainda permitia a cada um de seus escravos que tirasse para si uma parte do lucro obtido pela venda dos produtos da fazenda<sup>72</sup>.

Muitos dos móveis utilizados na fazenda: mesas, arcas, camas, foram feitos em marcenaria própria, assim como os produzidos como excedentes, para serem vendidos em Bananal. É um dado pitoresco o fato de que, pela recompensa permitida aos escravos, os negros de suas fazendas fossem conhecidos pelo “tilintar de suas moedas”, que traziam nas sacolas e embornais<sup>73</sup>.

No aspecto social, Maria Joaquina foi uma mulher lembrada por sua simplicidade<sup>74</sup>. Apesar da enorme fortuna com que se viu cercada desde o nascimento e dos bens materiais que essa mesma fortuna pode lhe proporcionar, não gostava de ostentação, tendo usufruído de sua riqueza com maior sobriedade possível. Muitos nem podiam ver naquela mulher austera e severamente vestida, sempre de preto depois da morte do marido, a possuidora de tamanhos bens.

Mas, mesmo com toda sobriedade que caracterizava seu modo de vida e tendo fixado residência permanente na fazenda Boa Vista, de vez em quando Maria Joaquina vinha à cidade. Nessas ocasiões, ela abria as portas do enorme palacete, construído em 1847<sup>75</sup>, que na sua época viveu dias de grande esplendor. Situado no Largo da Matriz, nos seus salões foram

---

<sup>72</sup> FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. *op.cit.*, 1981. sem paginação.

<sup>73</sup> *Ibidem*, 1981. sem paginação.

<sup>74</sup> Diante da suntuosidade das festas. D. Maria Joaquina de vez em quando, segredava aos ouvidos dos nobres de sua família – “Tomem cuidado, nobreza, também, trás pobreza” (RAMOS, 1974, p.378).

<sup>75</sup> Não foram encontrados documentos que pudessem esclarecer a situação do imóvel durante os anos pesquisados.

realizadas inúmeras festas que ficaram gravadas para a posteridade pela repercussão que alcançaram.



**Ilustração 07:** Casa do Comendador Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida  
**Foto:** Arison Henrique de Assis Lopes (2014)

As recepções se alternavam, ora em sua casa, ora nos salões de sua filha Domiciana. Esses dois antigos casarões foram o ponto convergente dos acontecimentos sociais mais importantes da localidade e onde debutou a alta sociedade de Bananal do século XIX. Um dos mais significativos eventos aconteceu em setembro de 1876, quando Maria Joaquina ofereceu, em seu palacete, suntuoso baile em homenagem ao Visconde de Aguiar Toledo que fora agraciado com este título. Na ocasião tocou uma banda alemã, especialmente vinda da Corte, bem como as bandas do Dr. Rodrigo Pereira Leite e do Comendador Antônio Luiz de Almeida, respectivamente, genro e filho da anfitriã.

Foi uma das maiores festas sociais realizadas em Bananal. Da Corte também vieram os melhores cozinheiros e doceiros. A fina flor da sociedade bananalense esteve presente, e a festa foi realizada com banquetes, fogos de artifícios, distribuição de brindes. As honras da casa estiveram a cargo do filho da anfitriã, Dr. Laurindo José de Almeida<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> RAMOS, Agostinho. *op. cit.*, 1975, p.378.



**Ilustração 08:** Detalhe da fachada da casa com as iniciais do Comendador Luciano  
**Foto:** Arison Henrique de Assis Lopes (2014)

Nessas festas um dos pontos altos era a apresentação das bandas de música formadas pelos próprios fazendeiros com escravos ou ex-escravos. Maria Joaquina, servindo de exemplo a outros, organizou a primeira banda de Bananal, para a qual foi desenhado e confeccionado uniforme próprio, que tocava em festas particulares e nas datas cívicas e religiosas<sup>77</sup>.

A partir do inventário de Maria Joaquina é possível ter uma ideia da imponência presente na sede da fazenda Boa Vista. Era uma unidade bem montada que, em 1882, contava com 394 escravos e quase um milhão de pés de café.

Em termos de organização do espaço a casa, monumental, ocupava posição central e as senzalas apenas uma de suas faces, obedecendo claramente modelo em U, conjugando-a com duas senzalas em quadra, uma defronte e outra atrás da casa. Havia ainda outros anexos que possivelmente serviam para guardar apetrechos de tropa, ferramentas, para os cuidados com animais e estoque de mantimentos oriundos de roças plantadas, como vêm descritos no inventário. Roças, preferencialmente, de milho, feijão, mandioca e cana.

---

<sup>77</sup> FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. *op.cit.*, 1981, sem paginação.

A sede da fazenda contava com inúmeras salas, quartos e uma capela interna, possuindo requintada mobília, fruto da sofisticação de época trazida pela riqueza do café, a despeito daquelas peças produzidas na própria fazenda. Na sala de jantar uma mobília de jacarandá forrada com 32 cadeiras, e, distribuídas em outros cômodos, marquesas e aparadores, cadeiras de palhinha, etageres de jacarandá, armários, guarda-louças e relógio. Nos quartos, camas de armação, cama francesa para casal e móveis com lavatórios comoringas de vidro. Na varanda, cadeiras de palhinha, mesas e sofás. Na cozinha havia fogão, conjunto de trens de cozinha e outros apetrechos<sup>78</sup>.

O serviço de jantar de sua casa contava com um conjunto de faqueiros de prata, salvas de prata, paliteiros, castiçais, copos de viagem, cálices e tigelas. Para o uso pessoal de Maria Joaquina, uma liteira com arreios prateados.

Para administrar todo esse complexo ela contava com os diversos escravos domésticos e os de roça (estes, a maior parte no plantel). Contava ainda com dois administradores, José Alves Caetano e Antônio José da Cunha Figueiredo que aparecem no inventário como assalariados, tendo em atraso os seus respectivos ganhos em doze meses (respectivamente 1:595\$818 e 1:423\$328), além de outros empregados na mesma situação e de um capelão que recebia por seus serviços religiosos permanentes na fazenda. Para controle financeiro fazia parte do pessoal administrativo um guarda-livros, que organizava a contabilidade, rigorosamente anotada no que foi chamado no inventário como “caderno da casa”. Nele era registrado inclusive o dinheiro fornecido a empregados trabalhando na sede fazenda<sup>79</sup>.

No cotidiano da fazenda, Maria Joaquina mantinha mesa farta, pelo que se vê nas notas fiscais pendentes de pagamentos anexas ao inventário. Nelas aparecem compras de vinhos franceses e portugueses, macarrão, batata, lasanha, azeitona, pimenta do reino, manteiga, massa de tomate, queijos e bacalhau. Além do cuidado com vestuário, com grande quantidade de tecidos e linhas para a confecção de roupas, adquiridas em firmas comerciais no Rio de Janeiro, Bananal e Barra Mansa. E um grande número de medicamentos.

---

<sup>78</sup> Inventário de Maria Joaquina de Almeida - Arquivo do Museu H.P. Major Novaes – 1882: vol. 1 – Caixa 185.

<sup>79</sup> Autos de Contas de Tutelas – Maria Joaquina de Almeida – Museu H.P. Major Novaes. Caixa 80.

Pode-se tentar uma comparação entre o seu inventario e outros inventários de fazendeiras no Vale do Paraíba Paulista e Fluminense.

Não é exagero deixar-se impressionar pelo fato de que, mesmo sem saber ler ou escrever, Maria Joaquina tenha sabido administrar com inteligência, e competência impar, os bens deixados pelo marido. A memória regional transmitida pela oralidade afirma que foi somente depois de casada e do crescimento dos filhos, que Maria Joaquina tomou contato com noções elementares de educação, particularmente porque os filhos tiveram preceptores e professores de primeiras letras especialmente contratados pelo marido. Segundo essa tradição, a certa altura da vida ela passou a tomar lições de línguas e outras ciências, e chegou a criar uma linguagem própria de comunicação com símbolos diferenciados com base em caracteres latinos, que até os dias atuais não foi possível explicar como foi elaborado ou transmitido, por inexistir fonte documental nesse sentido<sup>80</sup>.

No relacionamento com os filhos, ainda segundo a tradição oral, Maria Joaquina foi o esteio da família, tanto na condução da educação dos filhos quanto na expansão dos seus bens, já que podia comprar uma fazenda de “porteira fechada” e pagá-la à vista, como fez com a que adquiriu para o filho Laurindo, pela quantia de 80 contos de réis<sup>81</sup>. Sozinha geria seus negócios, fazia transações e aplicava os lucros das mesmas.

Maria Joaquina deixou nove filhos: Domiciana Maria de Almeida, Placidia Maria de Almeida, Francisca Carolina de Almeida, Laurindo José de Almeida, Antonia Cândida de Almeida, Luiz Antonio de Almeida, Alexandrina de Almeida, Antonio Luiz de Almeida, Maria Luiza de Almeida. Todos casados com as principais famílias de Bananal e entorno, entre elas as famílias Aguiar Valim, Pereira Leite, Nogueira e Azevedo Maia<sup>82</sup>. Alguns fixaram residência fora da localidade, principalmente as filhas que, após o casamento, tiveram domicílios nos locais de moradia dos seus maridos, como na Vila de Rezende e Barra

---

<sup>80</sup> Informações transmitidas pela tradição oral.

<sup>81</sup> Informação oral de familiares, não comprovada por não conseguir acesso aos antigos registros de escrituras de Bananal. (RAMOS, 1975. P. 378).

<sup>82</sup> O casamento foi grande aspecto condicionante para o acúmulo de fortuna e bens, atrelado ao dote e as heranças. Segundo Muaze, o casamento era o divisor de águas da vida do indivíduo, nitidamente distinguindo duas etapas da mesma. Tal acontecimento seria a pedra molar para a manutenção das famílias como grupo seletivo e privilegiado, dando continuidade social e familiar da elite. (MUAZE, 2008, p. 54).

Mansa. Um dos filhos estabeleceu-se na região de Barra Mansa, também grande produtora de café, próxima da vila de Bananal.

Logo após a morte do marido, a viúva recebeu como incumbência testamentária a tutela dos filhos, da qual prestava contas em 1856. Nela demonstrava claramente a preocupação com os direitos deles, dizendo na petição inicial “*que Ella quer prestar contas de tal tutela embora à isso não fosse obrigada a fim de não se amontoar o direito dos orfãos em proveito deles...*”<sup>83</sup>. Esta postura pode ser percebida com a administração da Fazenda da Cachoeira, que coube em herança aos filhos Laurindo José de Almeida, Luiz Antônio de Almeida, Luciano José de Almeida e ao genro Azevedo Maia, calculada em 120 alqueires de terras de cultura, correspondendo 30 alqueires a cada um<sup>84</sup>. Destaca-se o fato de transações que eram realizadas com os escravos residentes naquela fazenda e que plantavam mantimentos necessários para subsistência e vendiam para a proprietária, como o caso das plantações de feijão, cujos montantes vendidos à viúva foram totalizados em 249 alqueires<sup>85</sup>.

Como benemérita da vila de Bananal, Maria Joaquina de Almeida ajudou na reforma da Igreja Matriz<sup>86</sup>, que abrigava o senhor Bom Jesus, antes venerado em primitiva capelinha. Contribuiu de todas as maneiras, com dinheiro e com festas, e foi ela que doou a imagem do Padroeiro que hoje se encontra no altar central da igreja<sup>87</sup>.

Em todas as listas de doações para a festa do Bom Jesus, o padroeiro da localidade, que era festejado todo dia 6 de agosto, o nome da “Matriarca de Bananal” aparecia em primeiro lugar, com a sua maior oferta. O altar de São

---

<sup>83</sup> Autos de Contas de Tutelas – Maria Joaquina de Almeida – Museu H.P. Major Novaes. Caixa 80.

<sup>84</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo – Registro Paroquial de Terras de Bananal.

<sup>85</sup> Comprados pela própria fazendeira como consta nos Autos de Contas de Tutelas – Maria Joaquina de Almeida – Museu H.P. Major Novaes. Caixa 80.

<sup>86</sup> Ao Bispo de São Paulo (julho – 1856): “Diz Maria Joaquina de Almeida, viúva do falecido comendador Luciano José de Almeida, da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Livramento, da cidade de Bananal, desta diocese de São Paulo que, tendo feito voto de mandar erigir um altar de canto, junto ao arco-cruzeiro, da Igreja Matriz de sua Freguesia que, aliás, já tem cinco altares, desejando a mesma suplicante que os ossos do seu falecido marido, que recebeu todos os sacramentos, muito, pia e cristamente, antes de falecer” ... se para tudo obtiver licença, sejam colocados de baixo da urna do mesmo altar”... ficando a mesma suplicante, obrigada, por si e herdeiros de seus bens a mandar erigir outro altar igual no outro ângulo do arco cruzeiro”... “para se completar simetria da Igreja”... (RAMOS, 1974, p. 377).

<sup>87</sup> RAMOS, Agostinho. Op. Cit ., 1975. p. 377.

Luciano também foi doação sua, em homenagem ao seu falecido marido, em cuja urna deveriam ser *“guardados os despojos desse varão extraordinário que foi o comendador Luciano José de Almeida.”*<sup>88</sup>.

Em junho de 1862 foi homenageada publicamente por ter concluído, às suas expensas, o Corpo da Igreja e sua decoração interna, por parte da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Livramento, com expressiva mensagem de agradecimento da mais alta significação. Firmaram esse documento: padre João Guedes Alves Pereira, José Eloi Machado, Serafim Ferreira Paulino, José Alves de Oliveira, Francisco Xavier de Valia Durão e Francisco de Paula Ferreira<sup>89</sup>.

Os incontáveis benefícios prestados a Igreja, a cidade, aos pobres justificavam o ser considerada a “Matriarca de Bananal”. Não foi fundadora da Santa Casa, mas foi quem assistiu a essa instituição em todas as suas necessidades, nos seus momentos mais difíceis. Manteve a Santa Casa<sup>90</sup> enquanto viveu; reabriu-a por três vezes, sendo a primeira em 1873, quando teve suas portas fechadas por absoluta falta de recursos. Da terceira vez, decidiu tomar conta dela até morrer, e assim o fez<sup>91</sup>.

Em abril de 1876, Maria Joaquina foi homenageada pelos serviços prestados à vila de Bananal, com a ereção de um busto confeccionado pelo artista Antônio Basílio Monteiro, o busto foi colocado no salão principal do edifício da Santa Casa, quando foi então realizada uma esplêndida festa, digna da pessoa que a ela deu causa. O salão esteve repleto de convidados, em sua maioria membros da elite bananalense, que vieram prestar as devidas honrarias à Maria Joaquina. Dentre eles, destacava-se quase que a totalidade dos membros da família Almeida e Aguiar, além da presença do Comendador Manoel de Aguiar Valim, um dos mais ricos fazendeiros deste município. Para coroar e destacar ainda mais o pomposo evento, ao redor do venerado busto

---

<sup>88</sup> RAMOS, Agostinho. Op. Cit ., 1975. p. 377.

<sup>89</sup> Ibidem, 377.

<sup>90</sup> “Santa Casa: consta da lista de subscrição uma assignatura muito importante de 3:000\$00 da exma. Snra. D. Maria Joaquina de Almeida, a benfeitora infatigável, que tantas vezes tem franqueado sua bolsa generosa em benefícios da obra do lugar.” (FREITAS, 1981, sem paginação).

<sup>91</sup> FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. Op . Cit., 1981, sem paginação.

havia um círculo formado por vinte meninas da sociedade, que traziam flores em suas mãos<sup>92</sup>.

Depois de prolongados sofrimentos falleceu no dia 23 do corrente, na cidade do Bananal, a Exma. Sra. D. Maria Joaquina de Almeida, respeitavel matrona e a mais abastada fazendeira d'aquelle municipio.

Esta respeitavel senhora era o symbolo da caridade e geralmente estimada n'aquelle logar. Por isso, logo que alli circulou a noticia de tão infansto acontecimento, a cidade cobriu-se de crepe, o commercio em pezo cerrou suas portas, bem como muitas casas particulares.

A estimada senhora era viuva do commendador Luciano José de Almeida, e mãe do Dr. Laurindo José de Almeida, tenente-coronel Luiz Antonio de Almeida, commendador Antonio Luiz de Almeida, D. Domiciana de Almeida Valim e outros, e avó do conselheiro Dr. Pedro Luiz Pereira de Souza e do deputado Dr. Almeida Nogueira.

**Ilustração 09:** Gazeta de Notícias – Ano VIII – Rio de Janeiro – 26/01/1882

Por ocasião da sua morte, deixou em testamento, ainda para a Santa Casa, um considerável montante de apólices para que a mesma não perecesse. Era uma benemérita e, em todas as ocasiões em que a necessidade era premente, ela se fazia presente<sup>93</sup> repartindo o que tinha em abundância. Fato observável em algumas partes do seu testamento: “Ordeno que meu testamenteiro distribua pelos pobres a quantia de quatrocentos mil réis ficando ao seu arbítrio fazer essa distribuição como e quando entender mais útil e conveniente.”<sup>94</sup>.

<sup>92</sup> RAMOS, Agostinho. Op. Cit., 1975, p.378.

<sup>93</sup> Uma ocasião, quando o Nordeste foi assolado por grande seca, Maria Joaquina promoveu uma semana de festas em benefício dos flagelados. Foram quermesses, jogos, bailes, jantares, que renderam 200 contos de réis, e o dinheiro foi enviado às cidades mais necessitadas, juntamente com enorme quantia de víveres de sua fazenda (FREITAS, 198, sem paginação).

<sup>94</sup> Inventário de Maria Joaquina de Almeida - Arquivo do Museu H.P. Major Novaes – 1882: vol. 1 – fls. 6 e 7.



**Ilustração 10:** Antiga Santa Casa de Bananal  
**Foto:** Arison Henrique de Assis Lopes – 2014

No que se refere ao relacionamento com os escravos, ficou notório o caso que aconteceu em 1873, um ano após a lei do ventre livre quando deu liberdade, sem condições, a seus escravos: João Cavaco, Maria Rebola e Catarina Rebola. Nesse mesmo dia, a seu pedido, seu filho, Dr. Laurindo José de Almeida, alforriou sua escrava Firmina<sup>95</sup>.



**Ilustração 11:** Maria Joaquina de Almeida – 1875  
Óleo sobre tela – James Stewart.

<sup>95</sup> RAMOS, Agostinho. Op. Cit., 1975, p.378.

Maria Joaquina faleceu em 02 de janeiro de 1882, e foi sepultada no cemitério da Santa Casa. Quando do sétimo dia de falecimento, a Matriz de Bananal celebrou missa por sua intenção, com uma afluência abundante de gente da cidade e das fazendas. Além desta, foram celebradas outras missas, à mesma hora, em Barra Mansa/RJ, em São Paulo, nas Fazendas Boa Vista e Bela Vista e também na Corte do Rio de Janeiro.



**Ilustração 12:** Túmulo de Maria Joaquina – Cemitério da Santa Casa.  
**Foto:** Arison Henrique de Assis Lopes – 2014.

## Capítulo II – A Fazendeira e seus escravos

*O Brasil é o café, e o café é o negro*

Emília Viotti da Costa

Durante a segunda metade do século XIX, o Vale do Paraíba se apresentou como o grande promotor do tráfico de escravos<sup>96</sup>, ainda que pelas vias do contrabando. A sociedade escravista no Brasil esteve ligada, desde o princípio, aos interesses econômicos voltados ao mercado internacional. Neste cenário internacional, para os *barões do café* no Brasil, a institucionalização da nobiliarquia traduziu-se na prática pela atribuição de honrarias subordinadas ao enriquecimento, poder e prestígio decorrentes da propriedade de terras e escravos. Compreender este cenário social da qual Maria Joaquina fez parte no século XIX implica em remontar as práticas sociais, políticas e religiosas engendradas durante o período colonial, de um sistema complexo de relacionamentos entre população e instituições oficiais religiosas e administrativas, de lógica consistente, solidificada e reiterada ao longo dos anos. entre a população residente e a Coroa Portuguesa.

Apesar de não possuir títulos nobiliárquicos, não deixou de realizar ações que lhe garantiam um prestígio social. Uma destas ações foi relacionada ao tamanho do seu plantel de escravos.

### **2.1. Cotidiano da escravaria e da dona de escravos**

Quando o Comendador Luciano José de Almeida faleceu, deixou representativo número de cativos, um total de 816 escravos (lembrando que a metade deste montante foi deixado como herança para a viúva), quantidade bastante expressiva quando nos baseamos na análise de historiadores que consideram grandes proprietários aqueles que possuíam de 30 ou mais

---

<sup>96</sup> “Nessas condições domésticas, começou a surgir a primeira resposta brasileira à nova conjuntura mundial do abolicionismo, do dismantelamento da escravidão nas Índias Ocidentais e da ampliação do mercado mundial. A estratégia consistia, basicamente, em alavancar as *plantations* do Vale do Paraíba por meio da reabertura do contrabando e, ao mesmo tempo, minimizar os riscos de desordem social.” (PARRON, 2011. p.130).

cativos<sup>97</sup>. Um exemplo comparativo de abastado senhor de escravos é o Visconde de Guaratinguetá considerado grande fazendeiro da época, homem de considerável fortuna, no ano seu falecimento em 1879 possuía 266 escravos citar fonte.

Estes elevados números se devia às necessidades do trabalho exigido pelas fazendas, engenhos e demais áreas e atividades de produção. Representamos no grafico abaixo a extensa diversidade de tarefas executadas numa fazenda por escravos roceiros, ferreiros, feitores, e mais uma lista de outras tantas categorias de trabalhadores, para manutenção da estrutura de produção como um todo.

**Tabela 03: Divisão dos Escravos por serviços em 1854**

<i>Serviço</i>	<i>Qtdade</i>	<i>Local</i>
Roça	249	Fazenda Boa Vista
Ferreiro	2	
Areador	1	
Feitor	3	
Carreiro	7	
Tropeiro	2	
Engenheiro	1	
Serrador	1	
Sapateiro	1	
Pedreiro	2	
Costureira	2	
Enfermeira	1	
Paneleiro	1	
Serviços Domésticos	4	
Carpinteiro	2	

<sup>97</sup> Em Lorena, os grandes proprietários (com 20 ou mais cativos foram aumentando a sua escravaria durante todo o período analisado, independentemente dos momentos da desigualdade da posse escrava. Tal resultado aproximou-se do evidenciado em Bananal por José Flávio Motta para os maiores escravistas. “Verifica-se, por exemplo, a participação crescente, no total da massa escrava, dos plantéis formados por 30 ou mais cativos, inclusive entre 1801 e 1817, período que se mostra favorável à proliferação dos plantéis de menor porte, possuídos por senhores, em média, mais jovens que o verificado em 1801.” (MOTTA, 1990, p.20 apud MARCONDES, 1998, p.91.

Ama	1	
Roça	49	Fazenda Cachoeira
Carreiro	1	
Alfaiate	1	
Cozinheiro	1	
Campeiro	2	Sertão da Jararaca
Cozinheira	1	Casa da Cidade
<b>Total</b>	<b>335</b>	

**Fonte:** Inventário de Luciano José de Almeida.  
Museu Major Novais. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, nº1443, 28/08/1854

Conforme mencionado anteriormente, em 1854, Maria Joaquina herdara 415 escravos, divididos em 292 cativos do gênero masculino e 123 do gênero feminino. O desequilíbrio entre os sexos com uma minoria de mulheres escravas era uma característica universal dos planteis de grande lavoura<sup>98</sup>. Durante sua viuvez, concedeu liberdade a mais de 40 escravos sendo que os últimos cinco, com carta de alforria, às vésperas de seu falecimento. Nisso também refletia uma tendência geral da segunda metade do século XIX para o aumento do número de forros e diminuição do total de escravos<sup>99</sup>.

Não podemos aqui definir as atitudes de Maria Joaquina de forma precisa já que não encontramos registros específicos além dos dados que extraímos do seu inventário. Podemos inferir que Maria Joaquina se obrigara a assumir atitudes ligadas ao mundo estabelecido como masculino conforme caracterizado por Marina Maluf como o mundo das *coisas de dentro* e das *coisas de fora*. Nesse sentido, tendo abraçado as atividades de administradora, a fazendeira acabava tendo que lidar com os escravos, os feitores, os agregados e outros empregados da fazenda, agindo com a autonomia que a caracterizava, tomando as decisões que lhe pareciam cabíveis. Para sinalizar suas relações com os cativos, há de se salientar que mesmo depois de alforriados os ex-escravos ainda permaneciam na fazenda trabalhando nos serviços que até então lhes tinham sido determinados.

<sup>98</sup> CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil (1850-1888)**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 394p.

<sup>99</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. 2a. ed. São Paulo: HUCITEC, 2009.

Maria Joaquina, entretanto, não apresenta características de uma mulher que montava cavalo e que coordenava seus escravos com um mando direto, mas, por outro lado, soube fazer o gerenciamento de seus negócios a partir dos registros e contas apontadas pelo seu guarda livros, e a administração dos escravos a partir dos relatos e prestação de contas diárias dos feitores da fazenda Nenhum fazendeiro faria isto

O funcionamento de uma fazenda variava diretamente em função da eficiência da mão-de-obra: numa época de poucas máquinas o trabalho escravo tinha que ser dirigido e supervisionado de perto. Em um dia de trabalho os fazendeiros tinham que, por muitas vezes, procurar um escravo fugitivo, considerar a punição de um segundo, decidir se podiam enviar um terceiro para ajudar a um vizinho, inspecionar a carpina, providenciar a colheita, explicar a cada manhã aos escravos, em detalhes, as tarefas da lida diária que deveriam executar e, ao final do mesmo dia de trabalho, verificar se foram cumpridas. Pois apenas com uma vigilância permanente os escravos trabalhariam duro<sup>100</sup>.

Para se conhecer o percurso da administração de uma fazenda, nada mais apropriado do que o precioso registro do Barão de Paty de Alferes, registro este organizado pelo seu genro Francisco Werneck<sup>101</sup>.

Antes do raiar do sol, o administrador manda tocar o sino para reunir os escravos em local específico para dali serem levados para os diversos trabalhos na fazenda. Os escravos eram organizados com separação dos sexos, ficando os ficando os mais altos á direita e as mulheres defronte dos homens, e os feitores no centro. Essa tarefa tinha como objetivo ter uma ideia geral dos escravos, como ausências, possíveis fugas e estados doentios, dando providências necessárias para cada caso. Bem como checar se cada qual estava munido de sua ferramenta de trabalho, em acordo com as ordens dadas nas vésperas. Assim feito procedia-se orações e a caminhada para o destino final de cada trabalhador. Todos acompanhados pelos feitores. No

---

<sup>100</sup> LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Trabalhando com escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, a autora destaca no primeiro capítulo da sua obra, os diversos mecanismos de controle social e reprodução da ordem escravocrata.

<sup>101</sup> WERNCK, Luiz Peixoto de Lacerda. Memória sobre a Fundação e Castelo de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro pelo Barão do Paty do Alferes. Rio de Janeiro: Editores Eduardo & Henrique Laemmert. 1863, p. 32-36 e 43-44.

mesmo ínterim, o administrador vai checar a situação dos doentes e as providências para tal fim, indo logo a seguir inspecionar o cuidado com os animais (alimentação) e com o funcionamento das fábricas (moinhos e outras tipos de beneficiamento). Na sequência percorre as roças de café e outras plantações, os terreiros de café, onde estão os escravos trabalhando, verificando o bom andamento do rocio, colheita e plantio.

Chegada a noite, o administrador faz outra revista, verificando trouxeram capim para a cavalaria, ou lenha para si ou para gasto da casa. E ordenará então o serão da noite, ou no paiol ou no engenho de mandioca que não exceda das 8 1/2 às 9 horas. Findo o serão os escravos seguem para as suas senzalas, ficando proibida a saída até ao toque da chamada da madrugada. Todo o que infringir este preceito policial deve ser castigado, conforme a gravidade do caso.

A alimentação do escravo deveria ser simples e sadia, três vezes ao dia, como carne, feijão temperado com sal e gordura, e angu de milho. E os cuidados com a saúde seguia a regra da cura total antes de ir para qualquer serviço, o que poderia significar prejuízos financeiros.

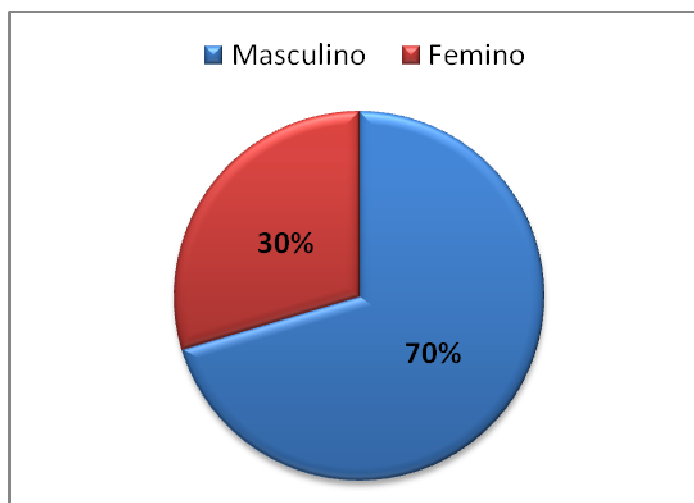
## 2.2. Escravaria: número e gênero

Maria Joaquina de Almeida não comprou escravos no tráfico internacional, uma vez que assumia a administração da fazenda a partir de 1854, quatro anos após a publicação da Lei Eusébio de Queirós<sup>102</sup>. Neste contexto, quando os ventos da abolição do trabalho escravo começaram a se fazer sentir de modo concreto e formalizado, a viúva, gestora de extensas fazendas e numeroso plantel, optou por aplicar os cabedais herdados em outras formas de investimento, não mais em terras ou escravos, mas vertendo partes de seus valores em títulos e apólices. Entretanto, o número de cativos permaneceu equilibrado: no ano do seu falecimento, isto é, trinta anos após a morte do Comendador Luciano, ela ainda possuía 418 cativos, entre homens e mulheres.

---

<sup>102</sup> “Com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós em 1850 chegava ao fim o tráfico internacional de escravos africanos. Acabava a imensa oferta de cativos que abasteciam continuamente as fazendas de café do Vale do Paraíba. Até o início da década de 1870 os senhores encontraram no tráfico inter e intraprovincial e na reprodução natural dos escravos a forma de dar continuidade do regime escravocrata. Porém após 1871, com a libertação do ventre das escravas, a segunda possibilidade começou a perder importância do ponto de vista do longo prazo. A Lei Rio Branco, entretanto, concedia aos senhores a utilização da mão de obra dos ingênuos até que estes completassem 21 anos. Ainda que esta tenha sido a opção da maioria esmagadora dos senhores, que, dessa maneira, estendiam seu controle sobre o trabalho desses ingênuos, a escravidão no Brasil estava com os seus dias contados. Mais ainda, a partir da lei, as relações entre senhores e escravos passavam a sofrer a intervenção direta do Estado, o que era, até então, inusitado.(...) Nesse mesmo período foram promulgadas as primeiras leis de proteção ao cativo: a Lei de 1869, que proibia a separação das famílias escravas por venda ou doação, e a regulamentação, em 1872, do Fundo de Emancipação para a libertação dos escravos. Na ordem de classificação para alcançar o benefício estavam em primeiro lugar as famílias. Estas leis davam garantias aos cativos e reconheciam a partir de então a intervenção do Estado nos caminhos da escravidão no país. Nesse contexto, o senhor havia perdido o pleno poder de decisão que tinha sobre a vida de seu escravo.” (SANTOS, 2011, p.40)

**Gráfico 02: Distribuição por gênero dos escravos herdados por Maria Joaquina em 1854.**



**Fonte:** Inventário de Luciano José de Almeida.  
Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, nº1443, 28/08/1854

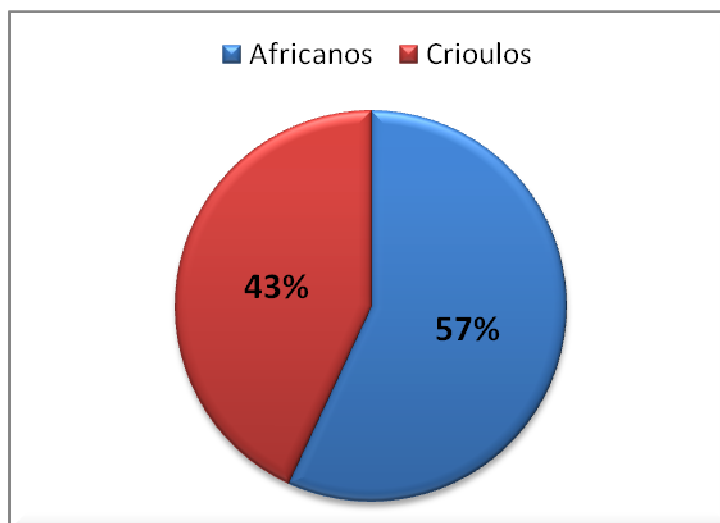
O inventário do Comendador Luciano José de Almeida traz muitas informações, embora não tenha chegado a detalhar as origens e proveniência dos seus escravos. Entretanto é possível observar um maior número de africanos em relação aos crioulos. Os homens africanos eram maioria e somavam 173, enquanto que os crioulos eram em número de 88. Entre as mulheres verificava-se o contrário: 36 eram africanas e 70 eram crioulas. Talvez porque uma minoria de escravas mulheres eram trazidas pelos traficantes que sempre preferiram escravos homens jovens.

**Tabela 04: Divisão por origem dos escravos do Comendador Luciano**

Sexo	Origem	Qtidade
Homens	Africanos	173
	Crioulos	88
Mulheres	Africanas	36
	Crioulas	70
<b>Total</b>		367

**Fonte:** Inventário de Luciano José de Almeida.  
Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, nº1443, 28/08/1854  
Os valores totais por origem são: 209 africanos e 158 crioulos.

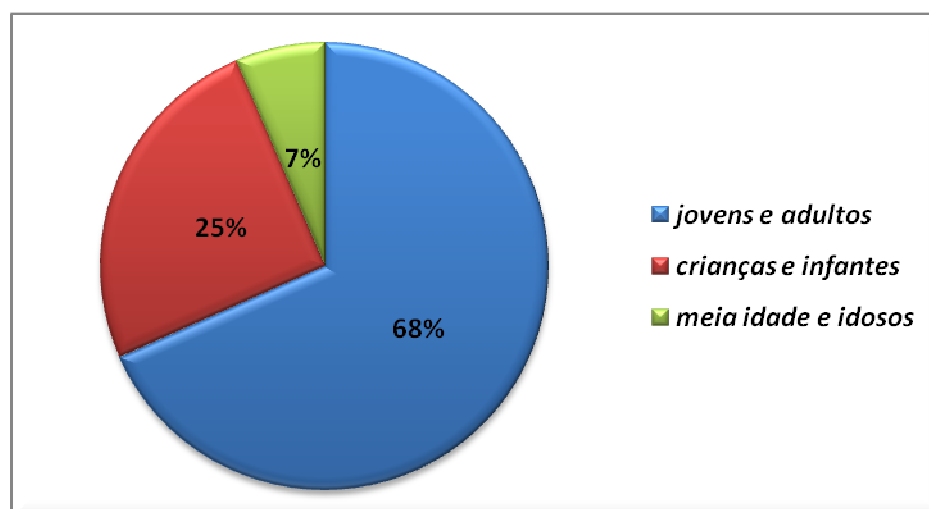
**Gráfico 03: Distribuição por origem (totais) dos escravos do Comendador Luciano.**



**Fonte:** Inventário de Luciano José de Almeida.  
Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, nº1443, 28/08/1854

Quanto a divisão etária, 276 cativos eram jovens e adultos, 102 crianças e infantes e 26 de meia idade e idosos.

**Gráfico 04: Distribuição por faixa etária dos escravos do Comendador Luciano.**



**Fonte:** Inventário de Luciano José de Almeida.  
Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, nº1443, 28/08/185.

Ao longo da década de 1840, o a opinião publica em prol da abolição do trafico esboçado, mas não respeitado, em 1831, foi ganhando consistência a partir das pressões externas<sup>103</sup> que o Brasil passou a sofrer, especialmente vindas do governo inglês, culminando na aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850 que aboliu definitivamente o trafico africano. Encerrava-se assim uma prática ignominiosa que sustentara a produção econômica brasileira desde finais do século XVI. Mas, para a abolição definitiva da escravidão muito tempo ainda haveria de passar, muitas adequações e ajustes na estrutura produtiva deveriam ser efetivadas.

Como consequência dessas transformações na legislação contra o tráfico os plantéis dos fazendeiros acabaram sofrendo alterações. ainda que não estivessem ameaçados de imediato: havia, por assim dizer, um excedente de mão de obra impórtada na decada de quarenta que garantia por mais de uma geração mão de obra e investimento. O comércio interno de escravos sobretudo com a Bahia e a o nordeste supriu ate 1881 as necessidades de mão de obra das fazendas.. Nas regiões em franco desenvolvimento passou-se a investir fortunas em escravos através do mercado inter-provincial, com subsequente majoração dos valores de cada cativo<sup>104</sup>.

A situação da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista se agravou com o escravo se tornando cada vez mais raro e mais caro, com mais expressivos números de cativos adquiridos do nordeste, onde a produção de açúcar e algodão sofria abalos constantes, quer pela concorrência internacional, quer pelas seguidas crises provocadas pelas intermitentes secas. Lá, os grandes senhores de engenho experimentavam vertiginosa decadência econômica, a ponto de o Ceará iniciar um cadenciado processo de libertação de cativos a partir de 1883.

Representativo daquele mercado inter-provincial é o fato de que, entre 1852 e 1859 foram traficados, de outras províncias do Brasil para o Rio de

---

<sup>103</sup> Leslie Bethell aponta as pressões da Inglaterra a partir da década de 1840, em especial com o ato do *Bill Aberdeen* além da intrusão de navios ingleses nas praias brasileiras.

<sup>104</sup> SLENES, Robert Wayne Andrew . **Família Escrava e Trabalho**. Tempo - Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 6, p. 37-42, 1998 e CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil (1850-1888)**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 394p.

Janeiro e cidades do Vale do Paraíba, expressivos números de cativos, computados num total de 26.622 escravos de acordo com a seguinte relação de Stanley Stein:

**Tabela 05: Número de escravos chegados ao Vale do Paraíba pelo tráfico inter-provincial, por ano**

<i>Ano</i>	<i>Quantidade</i>
1852	4.409
1853	2.090
1854	4.418
1855	3.532
1856	5.006
1857	4.211
1858	1.993
1859	963
<b>Total</b>	<b>26.622</b>

**Fonte:** STEIN, 1961.

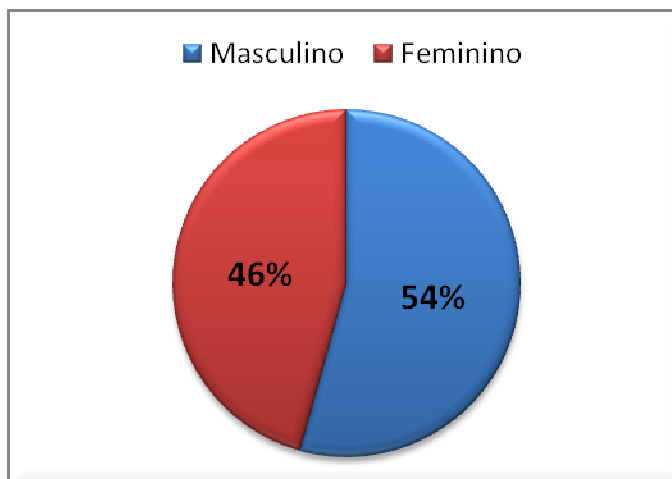
Maria Joaquina faleceu em 1882, próxima aos 80 anos de idade. Nos quase 30 anos em que administrou a fortuna herdada do marido, acumulou um patrimônio superior ao que havia recebido. Dentre os bens inventariados, deixou para seus quinze herdeiros, oito filhos e sete netos, as fazendas Boa Vista, Cachoeira e Jararaca, 418 escravos e 567.200 pés de café.

As transformações históricas deste período em que a viúva esteve à frente dos negócios, foram marcadas particularmente pelas mudanças na política escravagista, conforme comentamos anteriormente. O “negócio” escravidão passava a apresentar sinais de desagregação. As leis implementadas e as pressões internacionais, sempre crescentes, obrigaram os fazendeiros a alterar suas estratégias administrativas, para bem gerir os grandes negócios.

O plantel de escravos de Maria Joaquina apresentaram uma relação mais equilibrada quanto à distribuição de gênero: 227 eram homens (54% do plantel), enquanto as mulheres somavam 191 (46% do plantel). Foi uma

tendência geral entre os fazendeiros que se abasteciam no tráfico interprovincial<sup>105</sup>.

**Gráfico 05: Distribuição por gênero dos escravos de Maria Joaquina em 1882.**



**Fonte:** Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, nº 3725 04/02/1882.

Quando comparados os números de 1882 com os de 1854 (ano em recebeu a herança), as variações foram: para os homens, houve um decréscimo de 16%; para as mulheres, um crescimento de 18%<sup>106</sup>.

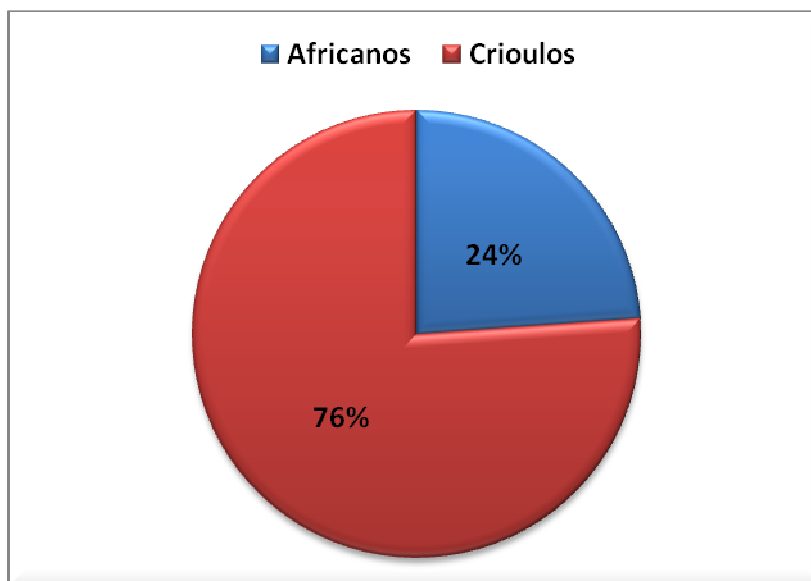
Nestas mesmas ordens de grandeza aparecerão as relações verificadas para as origens dos escravos e, ainda que pareça óbvio, é importante destacar a variação ocorrida entre estas datas – do recebimento da herança ao falecimento (1854 – 1882). Logo após a proibição do tráfico, em 1850, o mercado de escravos trazidos da África tende à zero, descontados aqueles que foram arrastados pela via do contrabando. Assim, o aumento do número de crioulos importados do nordeste pelo tráfico interprovincial em relação ao de africanos foi se tornando evidente na população escrava no Brasil<sup>107</sup>.

<sup>105</sup> CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil (1850-1888)**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 394p.

<sup>106</sup> Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, nº1443, 28/08/1854

<sup>107</sup> CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil (1850-1888)**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 394p.

**Gráfico 06: Origem dos escravos de Maria Joaquina em 1882.**



**Fonte:** Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, nº 3725 04/02/1882.

Em 1882, os escravos do plantel de Maria Joaquina somavam 303 crioulos (76%) e 95 africanos (24%), sinalizando uma comunidade cada vez mais crioula. Comparados com os números de 1854, há houve um decréscimo de 33%; para os escravos de origem africana para os de origem crioula, um crescimento de 33% (com esta curiosa coincidência numérica).

### 2.3. Escravaria: relações sociais e casamentos

Estas expressivas variações vão levar a outras questões pertinentes, relativas às relações sociais que proporcionaram ou promoveram a criouliização: casamentos, deslocamentos interprovinciais, falecimento dos negros africanos.

Em Ricardo Salles encontramos uma relação de categorias de análise relativas à escravidão e ao universo social da escravaria, classificadas como antes e depois de 1865, que fornece elementos para nossas inferências e vem corroborar as considerações que temos feito até aqui.

**Tabela 06: O universo social da escravaria em meados do século XIX no Brasil**

Até cerca de 1865	Depois de 1865
Generalização territorial	Concentração regional
Generalização social	Concentração social
Alto grau de africanidade	Crioulização e ladinização
Alta taxa de masculinidade	Maior equilíbrio entre os sexos
Maior inorganicidade da comunidade escrava	Maior organicidade da comunidade escrava
Instabilidade demográfica e dependência do tráfico internacional como base para a reprodução das relações sociais escravistas	Estabilidade demográfica e auto-reprodução natural com base para a reprodução das relações sociais escravistas muito discutível
Quadro internacional desfavorável mas neutralizado em relação a escravidão	Quadro internacional hostil à escravidão
Cultura moral e política interna condescendente em relação a escravidão	Cultura moral e política interna desfavorável à escravidão;
Elasticidade como elemento de reprodução da escravidão explicitar o sentido	Elasticidade como elemento da crise da escravidão.

Fonte: SALLES. 2008.

Deste quadro sistematizado por Salles destacamos as características das relações sociais no universo da escravaria definidas como: crioulização e ladinização; maior equilíbrio entre os sexos; maior organicidade da comunidade escrava; estabilidade demográfica; autorreprodução das relações sociais escravistas e cultura moral e política interna desfavoráveis à escravidão.

Já foi possível constatar, pelos números expressos nos inventários do Comendador Luciano e de Maria Joaquina, as significativas mudanças demográficas que se deram a partir da aprovação da Lei Eusébio, em 1850, no que se refere à participação de africanos na formação do plantel. Observamos, nos números que apresentamos acima, a queda progressiva desta população africana e o crescimento acentuado da crioulização, processos gerados pelo abandono efetivo do tráfico do Atlântico.

Assim, podem-se lançar como possíveis hipóteses para a transformação no plantel de Maria Joaquina os motivos sinalizadas por Salles:

- aumento do número de mulheres, devido a suspensão da compra de escravos homens<sup>108</sup>
- tendência de equilíbrio dos gêneros, a partir dos casamentos que passam a ser realizados entre os cativos (uma vez que preferência por homens nas compras, para os trabalhos efetivos na produção, deixaram de existir, diversidade de gêneros é dada pelos casamentos intra-escravos);
- crioulização crescente, igualmente devida à suspensão do tráfico Atlântico e ao abastecimento no mercado interno do nordeste onde já predominavam a mais tempo a população crioula

Nos estudos realizados por Camila Santos, para sua dissertação de mestrado, encontramos informações substanciais relativas aos casamentos de escravos realizados nas fazendas do Comendador Luciano José e de Maria Joaquina. A tabela apresentada abaixo sintetiza os dados recolhidos pela autora:

---

<sup>108</sup>Embora essa tendência constada por Salles no Vale Fluminense nos parecer consistentes, não foi possível checar e comparar com o plantel de Maria Joaquina, por não existir os livros de compra e venda de escravos para a vila de Bananal no período.

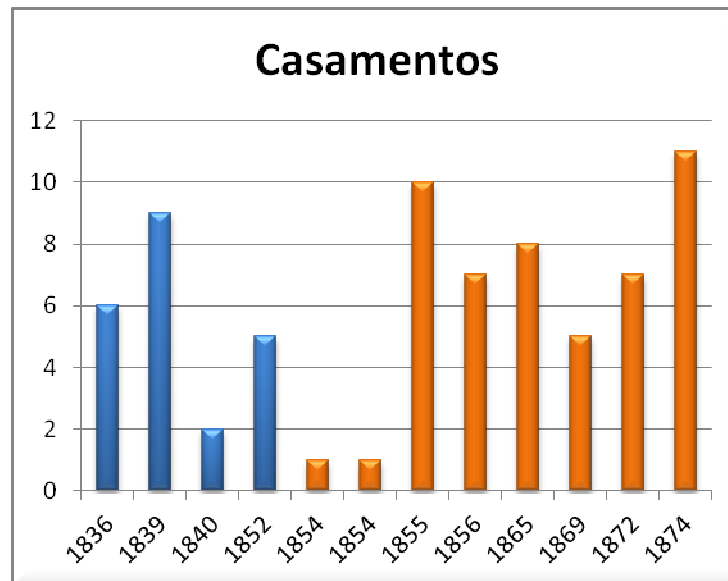
**Tabela 07: Casamentos oficiais dos escravos de Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida**

Senhor(a)	Localidade	Ano	Casamentos	
Luciano José de Almeida	Matriz de Bananal	1836	6	
	Faz. Boa Vista	1839	9	
		1840	2	
	Matriz de Bananal	1852	5	
	<b>Totais</b>	16	22	
<b>Média casamentos/anos</b>		1,375		
Maria Joaquina de Almeida	Oratório da Faz. Boa Vista	1854	1	
		1854	1	
		1855	10	
		1856	7	
		1865	8	
		1869	5	
		1872	7	
		1874	11	
		<b>Totais</b>	20	50
		<b>Média casamentos/anos</b>		2,500

**Fonte:** Livros de registros de casamentos de escravos. Cúria Metropolitana de Lorena

As quantidades apresentadas na tabela proporcionam uma imagem mais contundente das transformações que ocorreram nestes tempos e nas diferenças entre uma e outra administração. O número de casamentos entre escravos realizados no período em que Maria Joaquina estava à frente da gestão das fazendas foi bem maior que o anterior. As médias são bastante expressivas: num período de 16 anos, entre 1836 e 1852, na administração do Comendador Luciano foram realizados 22 casamentos, com a média de 1,4 casamentos/ano. Com Maria Joaquina, em 20 anos, entre 1854 e 1874, foram realizados 50 casamentos, com a média de 2,5 casamentos/ano – quase o dobro.

**Gráfico 07: Casamentos oficiais dos escravos**



**Fonte:** Livros de registros de casamentos de escravos.  
Cúria Metropolitana de Lorena

Nos registros dos casamentos realizados na administração de Maria Joaquina podem ser verificadas as seguintes ocorrências: todas as cerimônias foram realizadas no oratório da fazenda Boa vista, em cerimônias coletivas, exceto em duas, quando apenas um casal contraiu núpcias. Anteriormente, alguns casamentos, também em cerimônias coletivas, foram realizados na Matriz de Bananal. Dois fatores provavelmente teriam contribuído para esta diferença: com as cerimônias realizadas na capela da fazenda não era preciso deslocar os cativos até a cidade e, a partir de 1855, um padre capelão passou a residir na fazenda Boa Vista, facilitando a realização dos casamentos. É possível interpretar estes fatos como habilidade da viúva gestora: manter um capelão residente demonstrava ao mesmo tempo suas disposições religiosas, seu poder econômico e tino administrativo. Os casamentos entre escravos eram tidos como um controle contra as fugas dos escravos. Com o casamento, recebiam em geral um casebre e uma pequena roça que supostamente lhes daria oportunidade de fazer pequenos negócios e supostamente de motivá-los a permanecer na fazenda.

É preciso considerar que a administração do Comendador Luciano ocorria nos tempos em que o tráfico de escravos pelo Atlântico era um grande negócio, havia um mercado que vivia tempos de euforia e a oferta de mão de obra era abundante. Essa conjuntura promovia outras necessidades e outro modo de administrar: não havia preocupação com a formação de famílias de negros e sua natural reprodução. Na lógica senhorial da primeira metade do século XIX a constituição de famílias poderia, inclusive, causar problemas no momento de possíveis vendas de plantéis ou mesmo de “peças” isoladas – nesta lógica, a mercadoria “escravo” deveria ser desimpedida no processo de compra e venda.

Diferentemente na administração de Maria Joaquina, que herdou o plantel em 1854. A partir daquele momento as novas configurações do mercado de escravos, as contundentes alterações na fonte de oferta pelo mercado interprovincial obrigaram os fazendeiros a adotarem novas estratégias de administração dos plantéis. Promover melhor tratamento e incentivar casamentos foram ações que passaram a ser mais bem consideradas a família escrava aos poucos foi ganhando mais significado para os senhores, preocupados com o crescimento da frequência de fuga de escravos

Entretanto, pode-se ainda verificar que nem a morte do Comendador Luciano José de Almeida e a divisão de seus bens entre os seus herdeiros significou o rompimento dos laços familiares já existentes. Pela leitura dos inventários pesquisados é possível verificar que mais da metade das famílias escravas formadas sob domínio do Comendador passou pelo processo das partilhas da herança sem sofrer desmembramentos. Observando os dois inventários é possível encontrar famílias que se formaram antes de 1854 e permaneceram nesta condição por mais de vinte anos sob a administração de Maria Joaquina.

## 2.4. Concentração de cativos: panorama na década de 1880

Queremos, no entanto, retornar à questão da aglomeração de cativos, seja para a realização dos casamentos, seja para a execução dos trabalhos na produção cafeeira, especialmente quando da colheita.

Se parece lógico e acertado manter um capelão e realizar as cerimônias de casamentos dos cativos na própria fazenda o deslocamento de grandes grupos de escravos, das fazendas para a cidade. Verificamos que em 1874, por exemplo, foram realizados os casamentos de 11 casais. Isso significa 22 cativos. Se levamos em conta a possibilidade de participarem das cerimônias, por mais simples que sejam, mais alguns outros escravos (lembramos que a liturgia católica pede a presença de padrinhos), chegaremos a grupos mais expressivos e ainda plausíveis: 28 ou 30 cativos neste dia, em momento de euforia pelo acontecimento.

A respeito deste momento, nada mais emblemático do que a ilustração feita por Debret, em que mostra uma cerimônia de casamento de negros no início do século XIX.



**Ilustração 14:** Casamento de negros de uma família rica.

**Fonte:** DEBRET, 1834-1839.

Se o deslocamento e a aglomeração de cativos para a cidade era um fato a ser considerado pelo administrador, a concentração de grande número de escravos no momento da colheita era ainda mais grave. Encontramos em petições judiciais pesquisadas<sup>109</sup> que, em 1882, os herdeiros da fazendeira faziam tramitar judicialmente uma discussão sobre a reunião dos escravos, que eram de sua mãe, para que se pudesse ser realizada a colheita do café da Fazenda Boa Vista. É possível inferir que antes de sua morte Maria Joaquina tenha feito a divisão de seu plantel e distribuído aos filhos, organizando assim os lotes que ficariam por herança. É possível verificar que esta divisão ocorreu antes da sua morte e conclusão do inventário, por conta de Maria Joaquina estar com o estado de saúde debilitado, aos 79 anos, não podendo mais assumir a administração de seus bens.

Esta discussão judicial se desenvolve, entretanto, numa conjuntura de extrema instabilidade da ordem escravista representada pela atuação dos movimentos abolicionistas, que passaram a contar com a participação crescente de ex-escravos, e pelo aparecimento cada vez maior de convulsões, insurreições e rebeliões escravas, de diferentes dimensões, que passaram a ocorrer nas regiões cafeeiras<sup>110</sup>.

A rebeldia escrava na década de 1880 apresentou-se assustadora em todas as regiões onde a concentração de cativos foi expressiva. O temor de uma possível revolta de grandes dimensões estava esteve presente no universo dos senhores e de suas fazendas. Um exemplo desse momento ficou relatado nas discussões judiciais entre os herdeiros dos escravos da fazenda Boa Vista. Havia entre eles uma divergência de opinião a respeito da reunião dos escravos das suas fazendas para que a colheita do café na fazenda Boa Vista pudesse acontecer.

Segundo relato de um dos herdeiros, Luis Pereira Leite:

(...) tendo se retirado da fazenda Boa Vista grande parte dos escravos da mesma, com autorização de V. Sa., baseado nas razões bem elucidadas, apresentada por um dos herdeiros e aprovadas por todos, e achando-se os frutos pendentes dos cafeeiros em estado de

---

<sup>109</sup> Estes documentos são petições judiciais que discutem a união dos escravos da Fazenda Boa Vista e estão anexados ao inventário de Maria Joaquina de Almeida em 1882.

<sup>110</sup> MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994.

colher, o que se torna difícil de se fazer agora, não só pela retirada dos escravos, como pelo perigo da aglomeração dos mesmos, de diferentes senhores, em um só lugar (caso tivessem eles de voltar) e ainda principalmente pela impossibilidade em que se colocava a inventariante de fiscalizar a colheita, agora que acham-se todos preocupados em suas fazendas, - é de conveniência dos herdeiros que V. Sa., mandando dar vista aos mesmos das avaliações, depois de outras diligências, - se procedão as partilhas.<sup>111</sup>

Este era o pensamento de um dos herdeiros de Maria Joaquina, em 1882. O temor das rebeliões dos escravos chegou à Fazenda Boa Vista. Stein já havia apresentado alguns destes atos de rebeldia, quando em seus estudos relacionados com Vassouras no Vale do Paraíba Fluminense.<sup>112</sup> Percebemos através da análise dos documentos que a divisão dos escravos entre os herdeiros antes do falecimento de Maria Joaquina também ocorreu por conta deste temor que invadia as regiões cafeeiras.

A petição dirigida ao juiz em 1882 demonstra este temor:

Por uma petição dirigida a V. Sa. Pelo herdeiro Dr. Laurindo José de Almeida e sobre o qual se pronunciaram em unânime acordo todos os mais herdeiros acreditam os suplicantes estar judicialmente demonstrado o perigo e os gravíssimos inconvenientes, que resultarão para a ordem pública e para os interesses particulares em jogo no inventário, da permanência da grande escravatura possuída

---

<sup>111</sup> Documento anexado ao inventário de Maria Joaquina de Almeida de 1882.

<sup>112</sup> “Parece, no entanto, que os escravos nutriam uma permanente animosidade contra os fazendeiro enquanto grupo. Se no geral, os escravos acomodavam-se às condições de sua existência, alguns poucos jamais se resignaram a elas. As relações eram as mais variadas – de uma submissão meramente verbal às ordens do amo até a insurreição violenta e organizada. (STEIN, p.175). “A reação a um regime que considerava medo e coerção, os únicos meios de conseguir que os escravos trabalhassem, nem sempre era tão sutil ou controlada. Feitores portugueses, como símbolos de autoridade constantemente visados pelos escravos, sofreram muita violência. *Um escravo da viúva Dona Joaquina atirou em Manoel, feitor da casa e da terra da viúva, sendo necessário que ele sofra castigo, a fim de se evitar a repetição de atos semelhantes, que constituem péssimo exemplo, especialmente em lugares onde a população escrava é muito maior que a população livre.*” (Registrado em Vassouras, em 1837.) [...] Nas duas últimas décadas de escravidão, os ataques aos feitores aumentavam à medida que se espalhavam rumores de que os escravos presos recebiam alimento e roupa sem trabalhar.[...] Quando um crime era cometido, os escravos se rendiam voluntariamente à polícia, confessavam o crime *com desdém cínico e tranquilamente aguardavam a inevitável condenação.* Dessa maneira, Faustino, *escravo do Dr. Antonio José Fernandes, matou seu feitor com uma podadeira às 20:30h e então se rendeu,* registrou o mesmo jornal local, que concluiu: *Rara é a semana em que tais fatos não são registrados.* Quando os escravos não podiam resolver se reagiam por meio de resistência passiva ou violência, muitos se suicidavam. *Eva escrava de Francisco Soares Torres, um fazendeiro da paróquia de Mendes, suicidou-se em 7 de abril com facada no abdome.* De maneira semelhante, *na manhã de 3 de novembro, Maximiano, escravo de José Manoel Teixeira Coelho, suicidou-se abrindo seu estômago.* De acordo com um ex-escravo, alguns se enforcaram *para evitar espancamento,* e outros, *para se tornarem inúteis ao seu amo.* (STEIN, 1957, p.176-177).

pelo acervo nas fazendas a partilharem-se, e os fortes motivos, que existiam para ela ser repartida e ássa a posse de cada um dos herdeiros, na forma que haviam amigavelmente combinado. Estando assim divididos os escravos entre os herdeiros, alguns dos quais residem em lugares consideráveis distância, e não podendo a colheita do café ser feita sem que voltem todos as fazendas de onde saíram, é obvio que, desde que isso se realize, reaparecerão e até com maior intensidade os mesmos receios e apreensões, que determinaram aquela acertada medida.<sup>113</sup>

Os fortes motivos que levaram os herdeiros a temer a união de seus escravos estavam justificados nas ondas de revolta que se propagavam e ganhavam cada vez mais amplitude e adesão. Como destaca Maria Helena Machado:

O temor de uma revolta geral, acompanhada de motins urbanos que envolveriam tantos libertos quanto o populacho volátil das cidades que inchavam sob o influxo do desenvolvimento cafeeiro, surgia, já em meados da década de 1880, como um dos principais terrores dos senhores, das populações citadinas e, sobretudo das autoridades policiais dos distritos escravistas.<sup>114</sup>

Também no caso da Fazenda Boa Vista, para os herdeiros e senhores desses escravos reuni-los significava abrir possibilidades para as temidas revoltas que passaram a acontecer com intensidade nas regiões cafeeiras, nestas últimas décadas da escravidão.

Em 1836, a concentração dos escravos no Vale do Paraíba paulista já era ponderável. Areias, Jacareí, Lorena, Taubaté contavam com mais de dois mil cativos, e, em Lorena e Taubaté, o número ia a mais de três mil. Bananal, Cunha, Guaratinguetá, Jacareí, entre outras, contavam mais de mil. Entre 1836 e 1854, estes números cresceram e, em algumas regiões, chegaram a triplicar e até a quadruplicar. Em Bananal, por exemplo essa cifra passou de 1.679, em 1836, para 7.621, em 1854.<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> Documento anexado ao inventário de Maria Joaquina em 1882.

<sup>114</sup> MACHADO, Maria Helena, "Teremos grandes desastres, se não houver providencias enérgicas e imediatas": a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão, in In Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). O Brasil Imperial Vol.III: 1870-1889. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009, pag 377.

<sup>115</sup> COSTA, Iraci de Nero da. Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP Editores, 1992, p. 98.

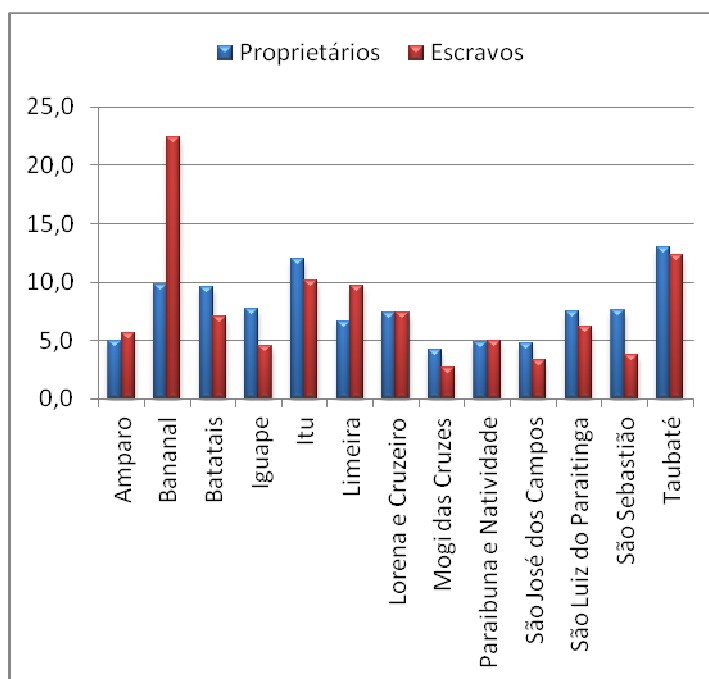
Os números de escravos e sua concentração por região/cidade eram tanto mais impressionantes, especialmente no caso de Bananal, quando demonstrados pelos valores recolhidos por Leite Marcondes, conforme apresentamos na tabela e gráficos a seguir.

**Tabela 08: População escrava segundo a posse de cativos (1873)**

<i>Localidades</i>	<i>Proprietários</i>	<i>%</i>	<i>Escravos</i>	<i>%</i>
Amparo	251	4,9	1.889	5,6
Bananal	498	9,8	7.536	22,4
Batatais	486	9,5	2.361	7,0
Iguape	392	7,7	1.539	4,6
Itu	612	12,0	3.397	10,1
Limeira	338	6,6	3.274	9,7
Lorena e Cruzeiro	376	7,4	2.501	7,4
Mogi das Cruzes	214	4,2	900	2,7
Paraibuna e Natividade	249	4,9	1.685	5,0
São José dos Campos	244	4,8	1.110	3,3
São Luiz do Paraitinga	383	7,5	2.079	6,2
São Sebastião	385	7,6	1.277	3,8
Taubaté	663	13,0	4.164	12,4
<b>Totais</b>	5.091		33.712	

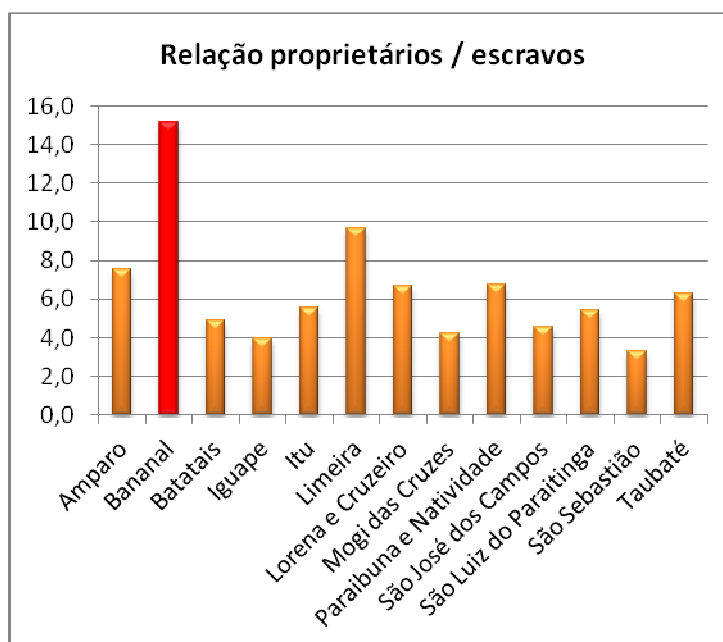
**Fonte:** MARCONDES, Renato Leite.  
***Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870.***  
 Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2009. p.107

**Gráfico 08: População escrava segundo a posse de cativos (1873)**



Fonte: MARCONDES, Renato Leite.

**Gráfico 09: População escrava segundo a posse de cativos (1873).**



Fonte: MARCONDES, Renato Leite.

A relação proprietários / escravos em Bananal chamava a atenção. Com menor número de proprietários que Taubaté e Itu, grandes centros produtores de café e abrigando expressiva escravaria, Bananal extrapolava os números

dos municípios vizinhos com a maior quantidade de escravos concentrados nas fazendas.

Pensar sobre concentrações, insurreições e outros movimentos de escravos era ordem do dia para os administradores e proprietários de grandes fazendas.

## 2.5. O caso Bracuhy: transformações na ordem escravocrata

Queremos retornar a questão do título de nobiliarquia, não recebido por Maria Joaquina, uma vez que ela se revelava dona de expressiva fortuna e também como competente administradora naqueles anos do auge de desenvolvimento da cultura do café.

Os extraordinários números de escravos nas propriedades dos fazendeiros de Bananal foram crescendo ao longo da primeira metade do século XIX, nas transações de compra e venda promovidas por um mercado aquecido pela produção do café – as terras do vale do Paraíba ainda não sinalizavam a exaustão – e pelo tráfico negreiro via África/Atlântico. Entretanto, a partir de 1850, com a Lei Eusébio, a aquisição/manutenção da mão de obra desta grande indústria do café exigiu outras alternativas, as quais foram: tráfico legal interprovincial; tráfico Atlântico, ilegal, via contrabando.

Alguns cafeicultores se envolveram com o tráfico de escravos via contrabando. A família de Maria Joaquina não escapou desta conjuntura e o Comendador Luciano José de Almeida acabou sendo citado no *processo Bracuhy*<sup>116</sup>.

Em 1853, três anos após a abolição do tráfico de escravos via Atlântico, foram encontrados negros africanos em terras de Manoel de Aguiar Vallim, genro de Maria Joaquina, e de outros membros da sua família. As averiguações policiais na época indicaram que todos estariam envolvidos em um grande carregamento, desembarcado no porto do Bracuhy, em Angra dos Reis. Vallim foi diretamente acusado, juntamente com Joaquim de Souza Breves, de haver importado estes africanos. Conseguiram ambos, entretanto ser despronunciado. Luciano José de Almeida e um outro seu genro, Pedro Ramos Nogueira, acusados de terem comprado africanos entrados ilegalmente no país, foram levados a júri, e depois absolvidos.

O pronunciamento de Vallim, Breves e Luciano José de Almeida, titulares que eram das maiores fortunas não só de Bananal, mas do Brasil, na época, nos permite inferir que os legisladores brasileiros se prontificavam, mais do que

---

<sup>116</sup> CASTRO, Hebe Maria. Op. Cit., 1995. P. 78.

a aplicar castigo exemplar em compradores de africanos entrados ilegalmente no Brasil, se propunham a uma nova ordem, que ensaiava, ainda que timidamente, as transformações da estrutura escravocrata no país. Estava estabelecida a proibição do tráfico internacional de escravo: era preciso o controle policial para tornar esta lei efetiva.

Em 1859, Vallim tentou obter o título de Barão do Bananal, propondo um donativo de 15:000\$000 ao Hospício Pedro II. A resposta do Marquês de Abrantes foi feita nos seguintes termos:

Não posso encarregar-me da pretensão da pessoa de que trata o memorial junto. À vista dos papéis existentes na Secretaria, relativos à questão Negreira do Brachuy, e examinados por ocasião da pretensão idêntica d'outra pessoa, foi-me insinuado que não propusesse indivíduo algum que tinha [sic] sido pronunciado naquela questão, embora despronunciado ou absolvidos depois. Rio, 6 de março de 1859.<sup>117</sup>

Entretanto, anos mais tarde, dois netos de Maria Joaquina, filhos de Manoel de Aguiar Vallim, receberam título de barão: um, em 1884, e outro, em 1888. Assim como seu sogro, o Comendador Luciano, Manoel de Aguiar Vallim também teve o seu pedido de deferência negado pelo Estado Imperial.

Provavelmente, como apontado por Sheila Faria, Vallim teria se precipitado quando pleiteou o baronato, já que o caso Bracuhy, de 1859, ainda era recente. Anos depois, com o fim efetivo do tráfico africano, um dos que foram levados a júri, no processo, Pedro Ramos Nogueira, também genro de Maria Joaquina, veio a receber o título de Barão da Joatinga, em 1877, 24 anos depois de sido pronunciado.

“Por estranho que pareça, conquanto o esto do tráfico negro tenha possibilitado a rápida expansão da cultura cafeeira durante a década anterior, foi a cessação desse mesmo tráfico que incentivou a prosperidade e a opulência. Para as pequenas fazendas, com poucos escravos, a vertiginosa alta de preço do escravo, depois de 1852, constituiu verdadeira calamidade. Ao contrário, para os grandes fazendeiros que haviam contraído dívidas para a aquisição de grandes contingentes de escravos no período dos preços baixos, a determinação do tráfico constituiu uma bonança. Em consequência dessa valorização dobrou também o valor das garantias que podiam oferecer contrair novos empréstimos, que iriam permitir-lhes superar a primitiva economia de autossuficiência característica da primeira fase

---

<sup>117</sup> CASTRO, Hebe Maria. Op. Cit., 1995. P. 78.

agrícola. Além disso, é duvidoso que a falta de mão-de-obra escrava fosse sentida imediatamente.<sup>118</sup>

A ordem escravocrata no país sinalizava caminhar para seu limite, com as transformações, políticas, jurídicas, sociais e econômicas se sucedendo paulatinamente. Maria Joaquina de Almeida, vivendo estes tempos em que o sentido dessas mudanças, irreversíveis, implicavam igualmente em mudanças nas estruturas das grandes fazendas, soube adequar sua administração, juntamente com os demais grandes fazendeiros, homens que ditavam as regras e comportamentos sociais, mas que dividiam com aquela mulher os espaços da administração das grandes fortunas daquele tempo. Fatos que colocaram Maria Joaquina entre as mulheres das elites do Império.

---

<sup>118</sup> STEIN, Stanley J. Op. Cit., 1957, p. 36.

## **Capítulo III – A Fazendeira e suas relações Sociais.**

### **3.1. Mulheres além das compressões sociais**

O reconhecimento da competência de Maria Joaquina, enquanto administradora, como mulher na gestão das quatro grandes fazendas de café de sua propriedade, dos negócios de produção e venda desta empresa e da expressiva fortuna que acumulou, pode, sem exageros, ser considerado como um tributo devido. Há de ser tratado, com justiça, como fato significativo, ainda que não exclusivo na história do Brasil.

São muitas as mulheres que assumiram, ao longo de nossa história, posições de liderança, comando e responsabilidade em empresas de qualquer natureza – entendendo aqui empresa não no sentido estritamente econômico/industrial como o tomamos hoje, mas como cometimento, intento arrojado, empreendimento de vulto. É notório o caso de Dona Brites de Albuquerque, mulher de Duarte Coelho. Este donatário da capitania de Pernambuco a partir de 1535, vencidas as muitas tribulações que os primeiros colonizadores enfrentaram e tendo enriquecido com os negócios do açúcar em franca expansão, viajou a Portugal para assuntos administrativos e, fato inusitado certamente, quem sabe inédito, deixou sua esposa, Dona Brites, no comando da capitania, que soube manter o desenvolvimento dos empreendimentos coloniais sem perdas ou prejuízos.

Hoje não nos surpreende encontrar mulheres nas mais diferentes atividades sociais, exercendo profissões que até não há muito tempo atrás eram consideradas exclusivas para homens. Se surpreendeu, em 1934, a eleição de Carlota Pereira Queirós para a Câmara Federal – a primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal – parece que já nos acostumamos com outros fatos desta ordem em nossa história. Nosso objetivo, conforme nos propomos desde o princípio, é contribuir para desmitificar imagens padronizadas da mulher brasileira, particularmente a mulher do Vale do Paraíba, e, em especial, aquelas imagens construídas sobre a mulher do

século XIX. O tipo acentuadamente frágil, as vezes franzino<sup>119</sup>, de pele alva, vestido com tecidos ornados em delicada aparência, reclusa entre bordados de rendas ou livros de poesia, com a tarefa única e exclusiva de procriar, não representava a totalidade do gênero<sup>120</sup>.



**Ilustração 14:** Cena de Família, de Almeida Júnior, 1891  
**Disponível em:** <http://www.bigviagem.com/pinacoteca-do-estado-de-sao-paulo/>

Coube a muitas mulheres, também neste tempo e região, no Vale do Paraíba do 1800, ainda que por força das mais diferentes circunstâncias, a execução de atividades de maior demanda, então pensadas como que exclusivas para homens: controlar ao mesmo tempo escravos, feitores e capatazes, gerenciar a produção e distribuição de alimentação, ordenar tarefas, administrar terras, produção e negócios, além de acompanhar a execução de

<sup>119</sup> Pensamos aqui, em particular nas mulheres que pertenciam às classes mais privilegiadas economicamente, não considerando que muitas daquelas que pertenciam às classes populares enfrentavam dificuldades maiores na lida diária pela manutenção de suas casas e famílias.

<sup>120</sup> “Tais mulheres que, na administração de fazendas enormes, deram mostras de extraordinária capacidade de ação – andando a cavalo por toda a parte, lidando com os vaqueiros, com os mestres de açúcar, com os cambiteiros, dando ordens aos negros, tudo com uma firmeza de voz, uma autoridade de gesto, uma segurança, um desassombro, uma resistência igual à dos homens – mostram até que ponto era do regime social de compressão da mulher e não já do sexo, o franzino, o mole, o frágil do corpo, a domesticidade, a delicadeza exagerada.” (FREYRE, 2003).

transações financeiras – atividades de um expediente que exige muito rigor e disciplina, como o da produção cafeeira no século XIX.

É possível encontrar inúmeros exemplos de mulheres que passaram a administrar enormes fazendas, substanciais fortunas e complexos negócios. Dentre elas podemos destacar, a partir do trabalho de Leila Alegrio que, com muita propriedade, chama-as de *donas do café*<sup>121</sup>, Porcina Maria da Luz Fonseca; interessante como mais uma ilustração e porque vêm somar argumentos aos nossos propósitos, especialmente por se tratar de uma mulher do Vale do Paraíba Fluminense. Com o falecimento de seu marido, em 1860, os bens do casal foram avaliados em 27:800\$000 e as dívidas somavam 27:026\$622, gerando a sobra de 386\$689, que teve ainda que partilhar com os filhos. Entretanto, ao falecer, em 1882, Porcina Maria tinha acumulado expressivo patrimônio que alcançava o montante de 8:834\$300, com um aumento de mais de 2 mil por cento sobre o valor herdado.

Outra importante fazendeira citada por Alegrio é Cecília Breves Monteiro de Barros, filha dos barões de Piraí. Nascida em 1820, casou-se aos 16 anos com o Comendador Lucas Antonio Monteiro de Barros. Cecília era uma mulher dinâmica, com ideias inovadoras e voltadas para as grandes mudanças que estavam em curso na segunda metade do século XIX, principalmente no que se tratava de questões econômicas e políticas, como a abolição da escravatura, a queda da monarquia, o surgimento da república e, em especial, no seu universo regional, a decadência do café no Vale do Paraíba. Cecília ficou viúva em 1862, aos 42 anos de idade, com cinco filhos menores. Por ocasião da abertura do inventário, as terras do Comendador Lucas Antonio contavam com o extraordinário número de 1.164.000 pés de café e 627 escravos, representando um valor bruto de 1:784:103\$222. O total deste montante foi deixado como herança à viúva porque seus filhos eram menores de idade. Em 1918, quando do falecimento de Cecília Breves, havia uma fortuna acumulada em 2:207:060\$000, mesmo com a abolição dos escravos, o que evidencia uma administração mais que competente.

---

<sup>121</sup> op cit. 2012, p.

Leila Alegrio também traz à luz em seu trabalho outro interessante exemplo, que optamos igualmente por destacar aqui para, do mesmo modo, somar informações que devem subsidiar e corroborar nossos argumentos a respeito da mulher fazendeira no século XIX. Trata-se do caso relatado pelo barão Georg Heinrich von Langsdorff, observado durante aquela que veio a se tornar na famosa *Expedição Langsdorff*, que o diplomata e médico alemão, naturalizado russo, realizou no Brasil, enquanto embaixador do czar da Rússia no Rio de Janeiro. Entre os anos de 1824-1829, durante sua jornada em terras brasileiras que se estendeu por mais de dezesseis mil quilômetros, o barão Langsdorff encontrou, no estado do Mato Grosso, Anna, mulher que dirigia a Fazenda Jacobina, com mais de duzentos cativos. A fazendeira, quer pelo seu porte físico, quer pelas suas atitudes, impressionou tanto o barão que ele não deixou escapar este registro de seu diário de viagem:

(...) o que havia, porém, de notável era que essa mulher, tão corpulenta e que mostrava ter cinquenta anos, andava e mexia-se com agilidade de uma garrida mocetona. Sua fisionomia, seu olhar e a boca exprimiam simultaneamente a energia, a fraqueza e a bondade. Todos os escravos e agregados a estimavam tanto quanto a temiam, sendo com efeito a mãe de toda a rendondeza, principalmente pelos cuidados com que tratava os enfermos e pelos socorros que com pródiga mão distribuía aos necessitados. (...) não quero que meu genro se ocupe da lavoura, disse-nos dona Anna; isto é bem para mim que nasci no meio dos trabalhos do campo.<sup>122</sup>

Substituindo os homens por uma firme identificação com as atividades a serem executadas, ou dando continuidade aos trabalhos até então realizados pelos maridos, muitas foram as mulheres do século XIX que não deixaram escapar as oportunidades e desafios que as circunstâncias apresentavam, ou as condições sociais ou econômicas impunham.

Como temos verificado, mulheres como Maria Joaquina, que ficaram viúvas de poderosos e muito ricos maridos, propondo-se a enfrentar as

---

<sup>122</sup> Ibid, 2012, p.

dificuldades que as normas sociais faziam emergir, superaram resistências, transpuseram obstáculos, e realizaram tanto quanto os finados, ou mais<sup>123</sup>.

Essas nossas afirmações não são exageradas. A comparação dos patrimônios acumulados, separadamente, pelas partes em seu tempo de administração de grandes fazendas e negócios, conforme registrados nos inventários, vem corroborar o que temos verificado a respeito de várias mulheres da região do café e, em particular, de Maria Joaquina. A tabela e o gráfico correspondente que apresentamos abaixo tratam da variação patrimonial de alguns casais e demonstram muitos casos em que as viúvas aumentavam os patrimônios herdados dos falecidos maridos. Entretanto, é preciso ter em conta que os valores elencados para os maridos correspondem aos totais registrados nos inventários e não são exatamente aqueles herdados pelas viúvas. Isso significa que estas iniciaram a administração de fortunas um pouco menores que aquelas encerradas pelos maridos. Significa também, na relação que apresentamos, que, para mais ou para menos, as viúvas acumularam fortunas, administrando negócios em um universo que se caracterizou por turbulências marcantes: as acentuadas transformações da história da empresa cafeeira no Brasil, do século XIX.

No caso de Maria Joaquina de Almeida, o fato de ter acumulado uma fortuna um pouco menor que a do marido (dos 2:505:744\$513 encerrados pelo Comendador Luciano, Maria Joaquina alcançou a soma de 2:103:500\$610, com uma diferença de 402:243\$903 a menor) não significa perda, falta de habilidade para o trato dos negócios ou incompetência administrativa. Pelo contrário, demonstra o que temos procurado afirmar: mulheres muito bem sucedidas no universo que se pretendia fosse reservado aos homens.

---

<sup>123</sup> É ainda Gilberto Freyre que acentua estas características na relação entre homens e mulheres: “Tais mulheres [...] mostraram-se capazes de exercer o mando patriarcal quase com o mesmo vigor dos homens. Às vezes com maior energia do que os maridos já mortos ou ainda vivos porém dominados, excepcionalmente, por elas.” (FREYRE, 2003).

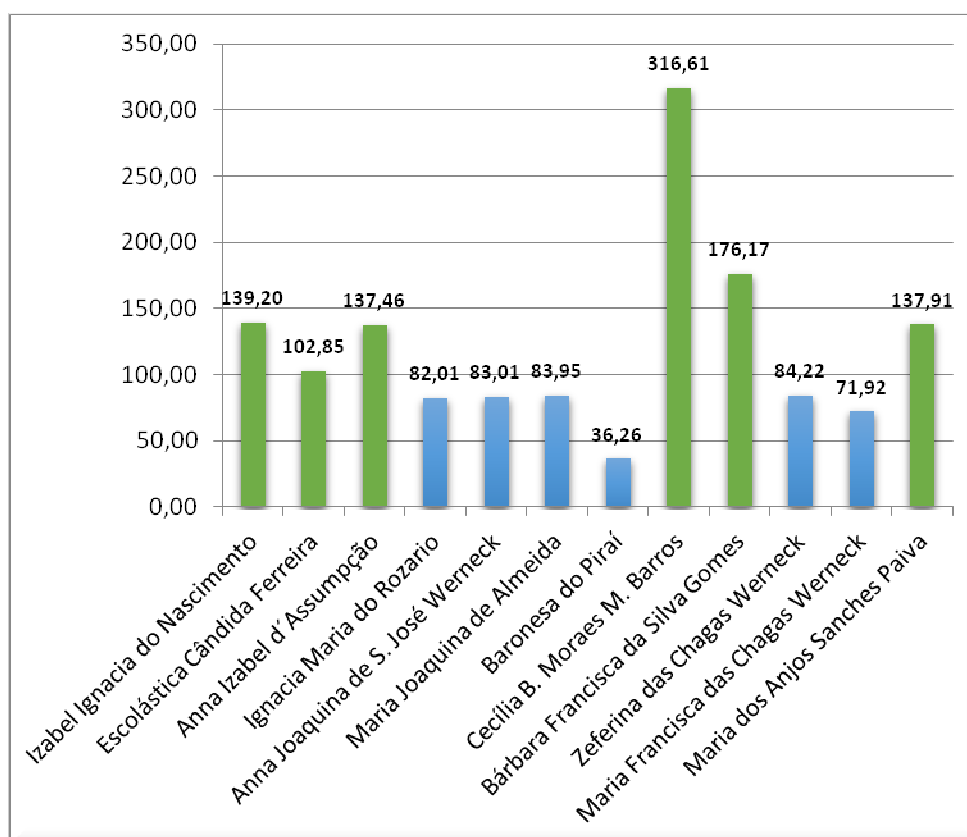
**Tabela 10: Variação patrimonial de alguns casais, com importante aumento do patrimônio após a morte do esposo**  
(a coluna meação representa o montante recebido em herança pela viúva)

<i>Proprietários</i>	<i>Ano</i>	<i>Fazendas</i>	<i>Montantes</i>	<i>Meação</i>
Antonio Vieira Machado	1825	Santo Antonio do Ribeirão	14:654\$940	7:327\$470
Izabel Ignacia do Nascimento	1856	Idem	20:399\$940	
Manoel Ferreira da Silva	1835	Ribeirão de N.S. da Conceição	89:491\$401	44:739\$700
Escolástica Cândida Ferreira	1850	Idem	92:039\$110	
Luiz Barboza dos Santos	1840	...	25:263\$935	12:631\$967
Anna Izabel d'Assumpção	1856	...	34:729\$000	
Joze Luiz da Costa Unhão	1843	Nossa Senhora da Piedade	67:890\$902	33:945\$451
Ignacia Maria do Rozario	1856	Idem	55:674\$060	
Francisco das Chagas Werneck	1846	Glória do Mundo, Pindobas e Palha	886:038\$968	443:019\$484
Anna Joaquina de S. José Werneck	1862	Glória do Mundo e Pindobas	735:534\$480	
Luciano José de Almeida	1854	Boa Vista, Cachoeira, Córrego Fundo e Jararaca	2:505:744\$513	1:252:872\$257
Maria Joaquina de Almeida	1882	Idem	2:103:500\$610	
Barão do Piraí	1859	Três Saltos e Passa Três	4:703:947\$044	2:351:973\$022
Baronesa do Piraí	1866	Três Saltos	1:705:754\$000	
Lucas Antônio Monteiro de Barros	1862	Três Poços e Feliz Remanso	1:784:103\$222	892:051\$600
Cecília B. Moraes M. Barros	1918	Três Poços	5:648:714\$000	
João Gomes da Cruz	1863	Cabarú	106:082\$140	53:041\$070
Bárbara Francisca da Silva Gomes	1882	Catete	186:887\$700	
João Barbosa dos Santos Werneck	1876	S. Luiz de Ubá e S. Luiz de Massambará	962:673\$109	481:336\$545
Zeferina das Chagas Werneck	1905	S. Luiz de Ubá e S. Luiz de Massambará e S. Francisco	810:794\$460	
Francisco Luis dos Santos Werneck	1872	S. Francisco, Cruzes e Destino	1:269:135\$983	661:828\$301
Maria Francisca das Chagas Werneck	1887	São Francisco	912:776\$809	
Jacinto Ferreira de Paiva	1851	Forquilha	209:480\$660	104:740\$330
Maria dos Anjos Sanches Paiva	1885	Idem	288:891\$530	

Cecília B. Moraes M Barros e Zeferina das Chagas Werneck já haviam doado a maior parte dos seus bens. Os inventários de Cecília B. Moraes M Barros, Zeferina das Chagas Werneck e Maria dos Anjos Sanches Paiva referem-se a partilhas post-mortem, feitas após a abolição dos escravos.

**Fonte:** ALEGRIO, 2012.

**Gráfico 11: Variação patrimonial em percentuais**



Fonte: ALEGRIO, 2012.

Os valores no gráfico acima estão apresentados em percentuais e representam a diferença entre os patrimônios dos cônjuges, isto é, o que cada um acumulou em vida, independente dos valores iniciais deste processo. Os valores abaixo de cem (100) representam uma variação negativa: ao final, as esposas não teriam acumulado tanto ou mais que os esposos, com o caso mais marcante em nossa lista o da Baronesa do Pirai. Aqui é possível fazer alusão a uma fala da própria Maria Joaquina quando aconselhava prudência aos filhos e netos, os nobres de sua família: “Tomem cuidado. Nobreza também traz pobreza”<sup>124</sup>.

Mulheres, portanto, que sinalizam competência, talvez com maiores habilidades que os maridos para gerir os negócios e para desempenhar a supervisão de capatazes e feitores, competência também destacada por

<sup>124</sup> RAMOS, 1975. P.378

Gilberto Freyre e que escapava daquilo que ele denominou de *regime social de compressão da mulher e não já do sexo*<sup>125</sup>.

---

<sup>125</sup> FREYRE, 2010, p.28.

### 3.2. Contabilidade que revela relações sociais

É preciso reafirmar: os meados do século XIX assistiram a uma alteração na composição da riqueza familiar que deixava de ser alicerçada na posse de escravos e se ramificava em múltiplas esferas de produção, ganhando perfil mais abstrato, menos palpável que o binômio terra e cativos.<sup>126</sup> A partir da relação da dívida ativa e passiva do inventário *post mortem* de Maria Joaquina é possível inferir outras formas de gestão de fortunas e o sucesso de sua administração de propriedades, negócios, créditos, relações com devedores e transações com os comissários de compra e venda do café.

O período que a viúva estava vivenciando era de acentuadas modificações no que se tratava da gestão dos negócios e, ao contrário do marido o Comendador Luciano José de Almeida, Maria Joaquina fez seus investimentos e a aplicação de valores por outras vias. Ainda que não inaugurando um modelo, mas acompanhando os trâmites aplicados naqueles tempos que, depois das leis referentes ao tráfico negreiro, passaram a ser uma condição para a manutenção de fortunas e implicavam na diversificação dos negócios, no caso específico de Maria Joaquina essa nova gestão implicou a compra de títulos da dívida pública e de apólices. Esses procedimentos levaram à acumulação de capital pela via de rendimentos financeiros que, ao fim de sua vida, representaram valores quase que duplicados em relação àqueles deixados pelo marido em testamento.

Vale a pena reafirmar: a viúva do Comendador Luciano não inventou as estratégias para atuação no mercado financeiro, estratégias já observadas nos meados do século, quando herdou a fortuna que passou a administrar, mas, com inteligência e perspicácia, tomou esta via, ainda que obrigada pelas circunstâncias (mas quem consegue se adequar e vencer as turbulências que a realidade apresenta, não demonstra competência?), e manteve participação ativa e destacada, colaborando para a sustentação dos níveis de uma produção econômica que suportava um império.

Embora as relações apresentadas a seguir pareçam conduzir nossa dissertação pelas vias da história econômica, não quisemos deixar de

---

<sup>126</sup> op.cit, 1994. p. 208.

incorporá-las, pois oferecem informações consistentes que devem remeter àquela competência para a gestão de negócios, atividade *a priori* reservada para o universo masculino, que a mulher Maria Joaquina, em pleno século XIX, demonstrou em sua vida como administradora da fortuna que herdou.

As relações das Dívidas Ativa e Passiva<sup>127</sup> demonstradas abaixo foram recolhidas dos inventários de Maria Joaquina, registradas em 24/05/1882.

**Tabela 10: Relação da dívida ativa**

<b>Nome (devedor)</b>	<b>Valor</b>	<b>Data</b>
Damazo Mendes de Carvalho, José Moreira de Andrade e Joaquim Moreira de Andrade	10:600\$000	12/07/1879
Damazo Mendes de Carvalho, José Moreira de Andrade e Joaquim Moreira de Andrade	11:200\$000	12/07/1879
João Alves da Silva Ramos	25:000\$000	24/05/1879
Dr. Rodrigo Pereira Leite (Casado com Maria Luiza de Almeida “filha”)	35:000\$000	14/04/1879
Tenente Coronel Luiz Antonio de Almeida (Filho)	50:000\$000	04/05/1879
Luiz José Gomes	7:474\$996	16/09/1877
Dona Josefina Carolina Fernandes de Castro	1:943\$000	30/11/1881
Guimarães e Cia	16:000\$000	08/10/1880
José Leite de Figueiredo	3:391\$800	
Joaquim Silvério dos Reis	1:000\$000	27/11/1880
<b>Total da dívida ativa</b>	<b>161:609\$000</b>	

Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – fls. 130v. 1º Ofício – Bananal – Ordem 3725 – Caixa 183.

<sup>127</sup> Grosso modo, dívida ativa representa valores que o sujeito tem a receber de devedores, enquanto que dívida passiva representa valores que o sujeito deverá pagar a credores.

**Tabela 11: Relação da dívida passiva**

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
Ao Capelão Padre Manuel Pedro deve o espólio a quantia de seiscentos e setenta mil novecentos e noventa reis.	670\$990
Ao administrador José Alves Caetano de seus salários vencidos em doze meses e vinte e Três dias, ate vinte e Três do corrente, um conto quinhentos e noventa e cinco mil oitocentos e dezoito reis.	1:595\$818
Ao empregado João Porto, de salários de doze meses e seis dias, quinhentos e nove mil novecentos e noventa e seis reis.	509\$996
Ao empregado João Silvestre, de salários de doze meses e quatorze dias, cento e cinquenta e dois mil reis.	152\$000
Empregado João Carneiro, de salários de nove meses, duzentos e vinte e cinco mil reis.	225\$000
Importância de uma porteira que o mesmo assentou na Jararaca por conta da casa, doze mil reis.	12\$000
Ao empreiteiro Antônio Porto por saldo de seu serviço na Jararaca, cento e quarenta e um mil e quinhentos reis.	141\$500
A Antônio José da Cunha Figueiredo, de salários vencidos em doze meses e seis dias, a razão de um conto quatrocentos e vinte e Três mil e trezentos e vinte e oito reis.	1:423\$328
Ao mesmo de seus salários como guarda livros durante dezenove meses e seis dias, a razão de duzentos mil reis por ano, trezentos e dezenove mil novecentos e noventa e dois reis	319\$992
Medicamentos pelos mesmos fornecidos a casa durante um ano e vinte e Três dias, quinhentos e quarenta mil reis.	540\$000
Dinheiro que o mesmo por ordem da inventariada forneceu a empregados como consta do Caderno da Casa, um conto trinta mil e dez reis.	1:030\$010
A professora Dona Ignacia, da Importância de seus salários, oitenta e quatro mil reis.	84\$000
Ao inventariante da Importância que pagou a Costa & Peres como se vê dos documentos sob número um a Três, duzentos e sessenta e quatro mil e duzentos e oitenta reis.	264\$280
Ao mesmo do Imposto que pagou ao Procurador da Câmara da pena d água existente na casa da inventariada nesta cidade ate31/12/1881 como se vê do documento, sob número quatro, trinta e seis mil reis.	36\$000
Ao mesmo inventariante que pagou a Pedro Ferrari por concertos, como se vê do documento número cinco, cinco mil reis.	5\$000

Ao mesmo a Importância que pagou a Guimarães e Martins de medicamentos fornecidos a inventariada em sua ultima enfermidade, ate 31 de janeiro do corrente ano, documento número sete, duzentos e oitenta quatro mil quinhentos e sessenta reis.	284\$560
Ao mesmo a Importância que pagou a João José Barbosa por gêneros fornecidos para a casa da inventariada, noventa e um mil reis, documento número oito.	91\$000
A Guimarães & Cia como custa de sua fatura de 15/02/1882, dois contos seiscentos e quatro mil e novecentos e vinte reis. Esta Importância já se acha levada em conta para ser deduzida na divida de vinte contos pelos quais os mesmos são responsáveis como já se declarou.	2:604\$920
A Souza Carvalho & Santos, um conto cento e oitenta e sete mil e quatrocentos e dez reis, constante da fatura pelos mesmos apresentada a 28 de abril do corrente.	1:187\$410
Ao mesmo inventariante da importância que pagou a Valeriano José da Costa, por fornecimento de medicamentos a casa da inventariada, quatorze mil reis	14\$000
<b>Total da dívida passiva</b>	<b>11:191\$804</b>

Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – fls. 130v. 1º Ofício – Bananal – Ordem 3725 – Caixa 183.

**Tabela 12: Diferença entre Dívidas Ativa e Passiva – resultado positivo/credor.**

<b>Total da dívida ativa</b>	161:609\$000
<b>Total da dívida passiva</b>	11:191\$804
<b>Diferença</b>	150:417\$196

Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – fls. 130v. 1º Ofício – Bananal – Ordem 3725 – Caixa 183.

A diferença nas contas apuradas vai representar mais de 93% de créditos em favor da inventariada. Ainda que sejamos leigos no tratamento de valores contábeis, não há como não entendê-los como resultados de uma administração diferenciada e competente.

É interessante observar que na relação da dívida passiva os dados numéricos, que a princípio possam parecer estéreis (assim como em outras relações de bens e valores explicitados nos registros do inventário), permitem inferir sobre relações sociais germinadas a partir das atividades econômicas próprias da administração de fazendas de café do século XIX. Ali estão destacados personagens que se incluíam no universo daquela mulher administradora, correspondendo às suas necessidades ou projeções de sua vida pessoal numa sociedade específica: patriarcal, católica e com papéis determinados para o gênero feminino. Naquela relação aparecem: guarda-livros, capelão, professora, empreiteiros, administradores, procuradores da câmara, fornecedores de medicamentos (médicos ou boticários), além de outros empregados, entre eles feitores, arreadores de tropas e tropeiros (conforme constam dos autos de tutela ou da relação de despesas da Fazenda Cachoeira). Sujeitos sociais que compõem o quadro dos demais atores, coadjuvantes, de uma trama social em transformação.

**Tabela13: Relação das Despesas da Fazenda Cachoeira: 1855-1856**

<b>Despesas</b>	<b>Valores</b>	<b>Obs</b>
Feitor	200\$000	Salário anual
Administrador	543\$500	Salário anual
Arreador de Tropa	400\$000	Salário anual
Gastos Transporte/Manutenção de Tropa	9:651\$830	Anual
Compra de Animais e gastos de transporte dos mesmos	5:619\$320	Agosto/1855
Gastos com Apetrechos em Geral	6:448\$590	Anual
Compra de Mantimentos aos Escravos	354\$180	Junho /1856
<b>Total</b>	<b>23:217\$420</b>	

**Fonte:** Autos de Contas de Tutela – Maria Joaquina de Almeida – 1856  
 Bananal – 1º Ofício – Caixa 80 – Ordem 1628  
 Museu H.P. Major Novaes – Cruzeiro-SP

Registros da tradição oral compiladas na obra de Agostinho Ramos<sup>128</sup>, à qual recorreremos como fonte primária para descrição da extensão do cotidiano de Maria Joaquina, apresentam igualmente uma profusão de personagens e atividades que permitem, com algum exercício mínimo da imaginação, uma visão do mundo laborioso e cheio de vida que era o das fazendas de café (pelo menos as fazendas deste porte). O memorialista recupera deste modo o cenário e personagens do universo da mulher fazendeira:

Na fazenda Boa Vista, tinha capelão, boticário, parteira, sapateiro, celeiro, ferreiro, marceneiro, carpinteiro de mobílias, serralheiro, mecânico, colchoaria, alfaiataria, cabeleireiro, barbeiro, fabricação de: açúcar, velas de cera e sebo, fumo, aguardente, farinha de milho, de mandioca, mel de abelha – tecidos de algodão, de lã de carneiro, meias, rendas para vestido, linha.<sup>129</sup>

Além destas descrições de pessoas e atividades, para continuarmos a vislumbrar este mundo específico de uma grande fazenda cafeeicultora queremos destacar também uma série de objetos que virão compor o cenário em que Maria Joaquina se apresenta como personagem central. Utensílios diversos: talheres gravados com as iniciais da viúva; faqueiros e castiçais de prata; paliteiros decorados com pássaros; aparelhos de chá; salvas de prata; bacias e jarras de louça fina para lavatórios; cálices; aparelhos para caldos; aparelhos de jantar; aparelhos de café; cálices, copos para vinho e para água... complementando um “trem de cozinha” de trinta e duas (32) peças<sup>130</sup>. Brilham neste cenário jóias em ouro, prata e pedrarias; correntes decoradas em brilhante, ônix e ametista; enfeites para cabelo em ouro e brilhantes; peças que, com um pouco de liberdade, ousamos imaginar se destacando no seu toucador ou segredadas em caixas apropriadas, aguardando ocasiões singulares para serem usadas, especialmente nas festas oferecidas por Maria Joaquina no seu casarão na cidade de Bananal.

Há de se contar também sobre o mobiliário, igualmente rico, formado de peças importadas da França ou Bélgica, ou ainda feitos daquelas madeiras duras, de lei, extraídas das árvores centenárias que formavam as matas

---

<sup>128</sup> RAMOS, 1975, p. 374.

<sup>129</sup> Id, 1975.

<sup>130</sup> Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – fls. 130v. 1º Ofício – Bananal – Ordem 3725 – Caixa 183.

próximas às fazendas: mogno, cabiúna, jacarandá e peroba. Assim, os casarões das fazendas ou da cidade dispunham de marquizes; sofás acolchoados; cadeiras de braço também acolchoadas e com encosto; mesas de centro; cadeiras de encosto oval, cadeiras de palhinha, cadeiras com encosto esmaltado de madrepérolas; camas francesas (para casados); toucadores com espelho, cômodas e guarda roupas, armários e aparadores<sup>131</sup>.

Pode-se ainda incluir, deste universo que se estendia entre fazenda e cidade, outros objetos mais singulares que se incorporam ao cotidiano: liteiras, arreios prateados para liteira; óculo de longo alcance; relógio de cima de mesa; um fogão econômico; escarradeiras de porcelana dourada; um sino para a capela e um sino grande da fazenda. Além destes, aparecem aqueles objetos que se pode imaginar de uso mais corriqueiro em uma fazenda do século XIX e que constituíam o ferramental do trabalho diário: tachos de cobre; tachos de ferro; panelas de ferro; enxadas (pelo menos cinquenta e oito são mencionadas), foices, pás e machados; aparelho para assar milho; moendas de ferro para engenho de cana; balança para pesar café<sup>132</sup>.

Objetos, móveis, ferramentas, aparelhos utilitários da produção, empregados, escravos, empregados, agregados, padre capelão, professora e senhora vivendo em um formidável conjunto arquitetônico composto de construções das mais variadas ordens e com finalidades diversas, próprias de um complexo ao mesmo tempo habitacional e de produção cafeeira. São um sobrado de doze janelas; lanços e lanços de senzalas; casas cobertas de telhas ou palha; engenhos de moer cana; tulhas de tratar café; roda d'água e prensa; despoldador; moinho para moer fubá; paiol para milho; além do terreiro para secar o café – de cimento, quando da realização do inventário<sup>133</sup>.

Marca do final do século: a Fazenda Boa Vista tem um estoque de duzentos e cinquenta metros (250m) de arame para telefone ou campainhas

---

<sup>131</sup> Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – fls. 130v. 1º Ofício – Bananal – Ordem 3725 – Caixa 183.

<sup>132</sup> Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – fls. 130v. 1º Ofício – Bananal – Ordem 3725 – Caixa 183.

<sup>133</sup> Chama a atenção o fato de não constarem na relação das construções da Fazenda Boa Vista nem capela nem escola, nem espaços destinados a essas atividades., o que leva a crer que eram integrados ao sobrado principal. Do mesmo modo, o hospital, mencionado na declaração do médico (apresentado em seguida), não aparece na relação inventariada.

elétricas<sup>134</sup>. O mundo se transformara e os frutos do desenvolvimento técnico e industrial chegavam ao Brasil, importados dos grandes centros produtores europeus, e passavam a compor o universo dos barões, condes e comendadores latifundiários do café, e suas viúvas, acentuando aquelas relações paradoxais da história do Império: entre os itens relacionados nos inventários, a par com estes que sinalizavam a atualidade da tecnologia adquirida para a fazenda, constam seis (6) palmatórias...

Os escravos eram muitos, ainda quando Maria Joaquina veio a falecer e, embora tenha concedido alforrias, conforme já assinalamos, a base de sustentação de sua fortuna e, igualmente, do Império do Brasil, neste ano de 1882, era o café, e o café ainda era o negro. As políticas e ações executadas para substituição da mão de obra escrava, especialmente aquelas calcadas nos programas de incentivo e promoção das imigrações de europeus, tinham se revelado insuficientes para o Vale do Paraíba e em nada colaboraram para uma mudança no cenário escravocrata e nos modos de produção.

Essa base escrava que fora sustentada até então pelo tráfico de negros de África e já apresentava os sinais das transformações iminentes, aparece ilustrada em uma outra relação, também extraída dos autos do inventário. Uma lista intitulada *Mantimentos que se compraram dos escravos da Fazenda da Cachoeira – 1856*, mostra, curiosamente, uma diversidade de origens dos negros que vendiam mantimentos para a senhora. Marcas de uma economia de subsistência que dava suporte à monocultura latifundiária do café; marcas de uma relação social desenvolvida a partir das transformações das relações entre senhores e escravos. A lista mostra as origens nos nomes dos negros: mina, fula, cabinda, benguela, angola, congo, cassange, quilimane, rebole ou crioulo... Com as origens associadas aos nomes cristãos – Joaquim Mina, Manuel Cabinda, Clemente Congo, Pedro Benguela e assim por diante – , os negros eram batizados e incorporados às relações sociais com e nos lugares definidos e determinados pela senhora. Em meio a estas relações, modificadas pelo tempo e pelas contingências, numa convivência que se prolongava e que, ora obrigava a incorporações, ora permitia resistências culturais, os escravos

---

<sup>134</sup> Também não localizamos nas fontes primárias referências à existência de telefones ou campainhas elétricas. Pode-se sugerir que estes aparelhos ainda estivessem sendo pensados como melhorias a serem introduzidas nas fazendas.

sobreviviam num processo definitivo de aculturação: eram batizados; casavam-se nas igrejas católicas da cidade de Bananal, ou nas capelas das fazendas; plantavam, colhiam e vendiam seus poucos produtos – milho e feijão, principalmente – fornecendo à fazenda os alimentos que, afinal seriam consumidos por eles próprios<sup>135</sup>.

Depois que as leis suspenderam de uma vez o tráfico negreiro diretamente de África, e que o contrabando fora definitivamente debelado, cada escravo passou a ser mais que valioso. Tratar bem cada um deles era fundamental para a conservação de um patrimônio que estabelecia inclusive o *status quo* na sociedade imperial. Caso adoecessem, eram tratados pelos mesmos médicos que atendiam no Hospital da Fazenda Boa Vista – sim, a fazenda também tinha um hospital, evidentemente, dentro das limitações históricas, com médicos que serviam a casa e que assistiram à senhora em seus últimos dias. Já nos autos de Prestação de Conta da Tutela, de 1856, há registro desta natureza, conforme é possível verificar na ilustração a seguir.

Queremos colocar em evidência alguns trechos deste precioso documento, onde consta (em grafia atualizada):

Eu, abaixo assinado, Doutor em Medicina pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, etc... Atesto que foi tratado e medicado por mim... Apolinário, filho de Maria Joana, escrava do Snr. Antonio Luiz de Almeida, e falecera em 17 de março de 1856, de uma endocardite, no Hospital da Fazenda Boa Vista, propriedade da Ilma. Sra. D. Maria Joaquina de Almeida... Dr. Domingos Inácio Aleixo.

O doutor Domingos Aleixo, médico formado no Rio de Janeiro, assistia na Fazenda Boa Vista, um escravo que, entretanto, veio a falecer, filho de Maria Joana, escrava de um dos filhos de Maria Joaquina. Um mundo de relações sociais que envolvia diferentes atores, em diferentes situações. Em relações paradoxais, os escravos eram considerados dignos de atenção.

---

<sup>135</sup> MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994; e WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. 2a. ed. São Paulo: HUCITEC, 2009; SLENES, Robert Wayne Andrew . **Família Escrava e Trabalho**. Tempo - Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 6, p. 37-42, 1998.

En abaixo assignado Doutor em medicina,  
 foy João de Almeida da Silva,  
 de Janeiro, etc.

Attento que foi tratado e medicado  
 por mim, o escravo appellado, foy  
 de nome Joanna, escrava de Sr.  
 Tomaz da Almeida, e falleo em  
 17 de março de 1855, de humas entera-  
 cões, no Hospital da Fazenda da  
 Boa Vista, propriedade de Sr. Sr.  
 D. Maria Joana de Almeida. Por ser  
 tratado e medicado, foy a pre-  
 sente que assigno, sob o n.º de  
 Bot. 114 de março de 1855.

D.º Dr.º João de Almeida

Para Valle 1855  
 Bot. alombos 114

**Ilustração 15:** Recibo de um médico que prestou serviços na Fazenda Boa Vista.  
 Fonte: Autos de Contas de Tutela – Maria Joaquina de Almeida – 1856, fls 8  
 Bananal – 1º Ofício – Caixa 80 – Ordem 1628  
 Museu H.P. Major Novaes – Cruzeiro-SP

De qualquer modo, qualquer que tenha sido o tratamento e os motivos que os sustentavam, os escravos eram “coisas”, “peças” que se compravam e vendiam em mercados e balcões de negócios. Também eram doados, transferidos de senhores para senhores, como os casos registrados nas cartas de doações feitas por Maria Joaquina aos filhos e netos. Uma relação dessas doações, do final de 1863, início de 1864, mostra como escravos e terra eram igualmente tratados: propriedades a se constituírem em patrimônio, e tudo o que poderiam representar naqueles tempos.

**Tabela 14: Processos de doações realizadas por Maria Joaquina: 1863-1864.**

<b>Processo</b>			
<b>Data</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor</b>
Processo de Insinuação – Juízo Municipal de Bananal – 1º Ofício – Cx. 111 – Maria Joaquina de Almeida – Suplicante.			
01/09/1963	Laurindo José de Almeida (filho)	escrava Joaquina	500\$000
		escravo Félix	500\$000
01/09/1963	Alexandrina Maria de Almeida (filha)	escrava Domingas	400\$000
		escrava Florência	100\$000
		escravo Antonio Pedreiro	1:600\$000
01/09/1963	Luciano José de Almeida (neto)	escravo Ladislau	400\$000
01/09/1963	Etelvina Laura de Almeida (neta)	escrava Francelina	400\$000
Doação saída da terça recebida do marido. Processo de Insinuação – Juízo Municipal de Bananal – 1º Ofício – Cx. 112 – Maria Joaquina de Almeida – Suplicante.			
17/11/1863	Adolfo (neto)	escravo José - crioulo (12 anos)	800\$000
Bem retirado da terça recebida do marido. Doação realizada por afeição ao beneficiário, para o fim de tratar de animais. Processo de Insinuação – Juízo Municipal de Bananal – 1º Ofício – Cx. 112 – Maria Joaquina de Almeida – Suplicante.			
11/12/1863	Arsênio José Bernardes	um sítio no lugar das Antilhas	1:500\$000
Processo de Insinuação – Juízo Municipal de Bananal – 1º Ofício – Cx. 112 – Maria Joaquina de Almeida – Suplicante.			
03/02/1864	Antônio Luiz de Almeida (filho)	uma data de terras junto a Fazenda Cachoeira	1:800\$000

**Fonte:** Autos de Contas de Tutela – Maria Joaquina de Almeida – 1856  
 Bananal – 1º Ofício – Caixa 80 – Ordem 1628  
 Museu H.P. Major Novaes – Cruzeiro-SP

Coisificados para compra, venda ou doação, bem ou mal tratados, o que importa é que eram escravos e, como tal, representavam de uma forma ou de outra, motivo de preocupação. Levantes, revoltas, insurreições... fugas individuais ou em massa... assaltos, latrocínios ou assassinatos planejados

para conquista de liberdade ou frutos de reações geradas por reflexos imediatos de quem é oprimido. Condições as quais os senhores nunca podiam deixar de pensar e se preocupar.

Já destacamos, no segundo capítulo, a realidade dessas situações, quando das discussões entre os filhos de Maria Joaquina sobre a necessidade de reunir a escravaria para a colheita do café. Esse fato fica agora corroborado por uma relação que elenca o número de pés de café distribuídos nas terras da Fazenda Boa Vista, e dá uma classificação simplificada sobre a qualidade ou idade do cafezal, que reunimos de forma sucinta no quadro abaixo:

**Tabela 15: Pés de Café**

<b><i>Classificação no inventário</i></b>	<b><i>Número de pés</i></b>
café	179.200
novo	88.000
velho	65.000
pouca fruta	14.000
<b><i>total</i></b>	<b>346.200</b>

Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – fls. 130v. 1º Ofício – Bananal – Ordem 3725 – Caixa 183.

Daquela relação, além da quantidade expressiva de mais de 346 mil pés de café, queremos dar destaque para os lugares, caracterizados por nomes pitorescos, indicando onde estão distribuídos os cafezais: no Antônio Querino; no José Pedro; na Ponte de Tábua (do lado do cemitério); na Maria Joana; no Saci, Mato Dentro, Grota do Galinheiro, Mundo Novo, Córrego Fundo, Vertente da Mariana e no cafezal do Quilombo. Este último, o cafezal do Quilombo, pode endossar a preocupação dos herdeiros – já houve um quilombo, com negros reunidos à revelia dos senhores? Houve rebeliões? O lugar seria na realidade o que o nome representa? Não nos aprofundamos na investigação, mas acreditamos no que o nome significaria para aqueles tempos: relações sociais conflituosas que faziam parte da vida da mulher Maria Joaquina.

### 3.3. Relações comerciais – relações sociais

A construção de estradas de ferro no Brasil começa a ser efetiva a partir de 1850, quando têm início a elaboração de projetos, a emissão de concessões e o estabelecimento de contratos<sup>136</sup>, consequência indireta da liberação de capitais antes direcionados aos negócios do tráfico negreiro. Nesta sequência, a Estrada de Ferro Dom Pedro II<sup>137</sup> vai ter suas obras iniciadas em 1855, a partir do Rio de Janeiro, capital do Império, para ter o primeiro trecho inaugurado em 1858. Seu projeto estabelecia a ligação do Rio de Janeiro à Monte Azul, no extremo norte da Província de Minas Gerais, de modo a integrar o centro produtor e base da economia naquele momento. Entretanto, seu traçado e ampliação iniciais não escondem um objetivo precedente: buscar o café do Vale do Paraíba fluminense e paulista. Assim que transposta a Serra do Mar, em meados de 1864, haverá a bifurcação, com uma via em direção à São Paulo e outra para Minas Gerais. Sob o ponto de vista econômico, entretanto, e em especial para os cafeicultores do Vale do Paraíba, tratava-se de um imperativo. A sempre crescente produção de fabulosas safras de café passaram a exigir um meio de escoamento do produto que fosse mais eficiente. Até lá, no entanto, seria preciso esperar<sup>138</sup>.

Enquanto isso, as estradas paulistas, as *estradas do café*<sup>139</sup>, verdadeiras malhas interligando os municípios formados pelas terras das extensas fazendas de café, atendiam, ainda que em suas precariedades, as demandas do mercado e garantiam a fluidez do comércio. Estradas formadas e mantidas por um dos personagens mais marcantes da história do Vale do Paraíba: o

---

<sup>136</sup> Uma pequena cronologia do início do processo da implementação ferroviária no Brasil indicará: 1850 – concessão a Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, para construção e uso de estrada ligando Mauá a Petrópolis; 1851 – aprovação do projeto da ferrovia que ligará Rio de Janeiro e São Paulo; 1852 – concessão de construção de ferrovia ligando a Corte às capitais das províncias de São Paulo e Minas Gerais.

<sup>137</sup> A Estrada de Ferro D. Pedro II foi inaugurada em março de 1858, com seus 48km iniciais. Com a construção de ramais diversos, Bananal vai ter sua Estação Ferroviária inaugurada em 1888.

<sup>138</sup> A Estrada de Ferro Bananal começou a ser construída em 1882, e a linha, partindo da estação de Saudade, em barra Mansa, no ramal de São Paulo, chegou a Rialto, ainda na Província do Rio de Janeiro, em 1883. Somente no Natal de 1888 chegou ao seu objetivo: Bananal. A União encampou a ferrovia em 1918. O ramal foi finalmente desativado em 1964.

<sup>139</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II: O Brasil Monárquico, v. 6, declínio e queda do império. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

tropeiro. Se no século XVIII, o tropeirismo se formara, no sobe e desce das serranias, com as cargas do ouro que brotava nas Minas Gerais, no século XIX, ele se expandirá e passará a atender ao avultado mercado do café, abrir nota com bibliografia sobre tropas e tropeiros Num pequeno exercício de imaginação, e respeitadas as devidas proporções, pode-se vislumbrar um tráfego intenso pelos caminhos da Serra do Mar. Nas ocasiões certas, feita a colheita, preparados e ensacados os grãos, os grandes fazendeiros do Vale do Paraíba mandavam a produção disponível para o mercado, avolumando assim esse tráfego pelas *estradas do café*, especialmente porque as remessas eram feitas em partidas pequenas, mas constantes, geradas dentro das etapas do processo de produção.

Zaluar<sup>140</sup>, no registro das observações feitas durante sua *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*, comenta sobre o tráfego intenso e contínuo naquelas veredas utilizadas, não só pelas tropas do café, mas pelas boiadas e outros viajantes:

[...] seria difícil calcular o número de tropas, as grandes boiadas e os passageiros que **a toda hora** (*grifo nosso*) transitam por esta importante via de comunicação; muitas vezes aglomeram-se a ponto que dificultam o trânsito, apesar da largueza das estradas”.

Uma relação das remessas realizadas a partir de uma fazenda de Resende, em 1860, contribui para entendimento do movimento promovido pelo escoamento da produção, e dela queremos destacar as datas em que as arrobas foram enviadas para a capital.

Observamos que a frequência, ainda que não seja firme, mas com intervalos variados, caracteriza uma atividade contínua, ainda mais se considerarmos que as viagens de ida, que levam a produção daquele dia para os armazéns na capital do Império, implicam em uma viagem de retorno, que trará os mais diferentes produtos necessários/encomendados pelas fazendas, ou pelo mercado do interior.

---

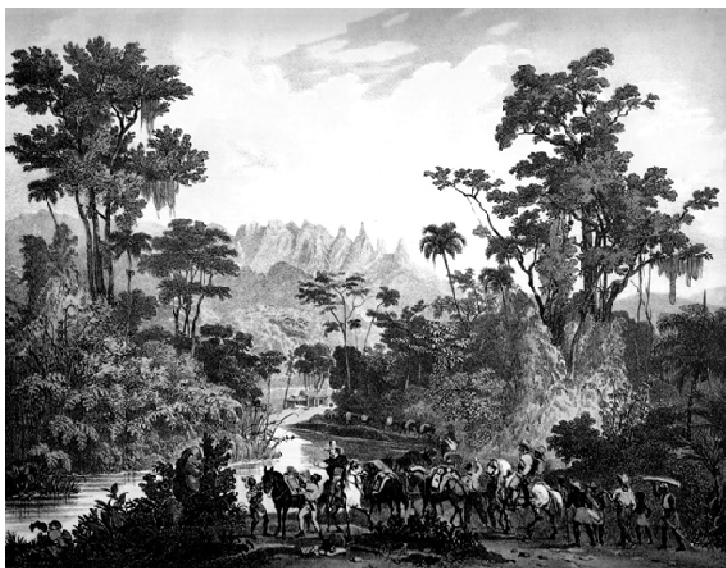
<sup>140</sup> Ibidem, 1953.

**Tabela 16: Fazenda do Comendador Joaquim Gomes Jardim (Resende): remessas de café em 1860**

<i>Data</i>	<i>Arrobas</i>	<i>Data</i>	<i>Arrobas</i>
11/abr	325	04/set	365
17/abr	607	22/set	394
24/abr	392	13/out	394
02/mai	323	25/out	360
07/mai	326	30/out	241
10/ago	329	05/nov	310
10/ago	225	11/nov	404
21/ago	356	13/nov	313
		24/nov	386

**Fonte:** Autos de Contas de Tutela – Maria Joaquina de Almeida – 1856  
 Bananal – 1º Ofício – Caixa 80 – Ordem 1628  
 Museu H.P. Major Novaes – Cruzeiro-SP

As tropas eram formadas pelos animais específicos para o transporte das sacas de café, além daqueles utilizados para levar os equipamentos necessários e os pertences dos tropeiros – mantimentos para serem consumidos na viagem, que durava dias; panelas e objetos de cozinha; mantas e cobertores, contra o frio das serras, usados nas noites dormidas em ranchos de pouso; arreios, balaios, sacaria de reserva; e mais um tanto de coisas que a empreita exigia. Os registros dos viajantes, em especial as imagens fixadas por Rugendas e Debret, são extraordinários documentos das aventuras que o transporte da produção cafeeira experimentava nesta época.



**Ilustração 16:** Serra dos Órgãos, Johann Moritz RUGENDAS (1802-1858)

Quem eram os tropeiros? Homens, no mínimo, determinados (não queremos dizer *rudes*, porque essa palavra é carregada de sentido pejorativo), dedicados a uma empresa bastante difícil. Maria Sylvia Franco<sup>141</sup> Maria Silvia aborda de passagem descreve com detalhes suficientes as dificuldades que o tropeirismo apresentava, além de proporcionar as características do tropeiro – personagem fundamental na economia daqueles anos – distinguindo sua presença nas relações sociais mantidas com os fazendeiros. Sem dúvida, relações sociais do mundo de Maria Joaquina, que se utilizava de lombos de burros para o transporte de sua extraordinária produção.

**Tabela 17: Conta de Despesa da Fazenda da Cachoeira  
Transporte e Manutenção das Tropas  
1855-1856**

Ano	Mês	Nº de Viagens	Gastos	Arrobas/Libras
1855	outubro	04	401\$603	1.287,55
	novembro	04	747\$512	1.450,64
	dezembro	02	308\$958	732,50
1856	janeiro	04	683\$688	1424,32
	fevereiro	02	299\$862	567,54
	março	03	315\$746	782,84
	abril	06	631\$457	1.652,82
	maio	08	1:222\$343	2.376,98
	junho	06	2:434\$417	2.127,08
	julho	15	1:926\$454	3.790,66
	agosto	04	679\$790	1.282,44
<b>Total</b>		<b>58</b>	<b>9:651\$830</b>	<b>17.475,37</b>

**Fonte:** Autos de Contas de Tutela – Maria Joaquina de Almeida – 1856  
Bananal – 1º Ofício – Caixa 80 – Ordem 1628  
Museu H.P. Major Novaes – Cruzeiro-SP

<sup>141</sup> As consideráveis relações entre senhor e tropeiros, especialmente as relações de dependência entre um e outro, é detalhada em Maria Sylvia de Carvalho FRANCO. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda., 1983.

As contas de despesas da Fazenda da Cachoeira apresentadas acima ilustram os volumes desta fase do processo da cafeicultura: transporte via tropas de burros.

Entender as implicações do negócio, contratar tropeiros, criar vínculos que pudessem garantir estabilidade na fase de escoamento da produção, manter as relações comerciais firmes nos períodos de entressafra, inclusive providenciando espaço em suas próprias fazendas para a manutenção das tropas – dimensões que a mulher, senhora das fazendas, deveria tratar, seja por meio de seus administradores mais próximos, seja por contatos diretos com aqueles homens.

Outra relação de despesas mostra as diferentes dimensões e sujeitos que uma administradora de fazendas de café deveria tratar.

**Tabela 18:Relação das Despesas da Fazenda Cachoeira  
1855-1856**

<b>Despesas</b>	<b>Valores</b>	<b>Obs</b>
Feitor	200\$000	Salário anual
Administrador	543\$500	Salário anual
Arreador de Tropa	400\$000	Salário anual
Gastos Transporte/Manutenção de Tropa	9:651\$830	Anual
Compra de Animais e gastos de transporte dos mesmos	5:619\$320	Agosto/1855
Gastos com Apetrechos em Geral	6:448\$590	Anual
Compra de Mantimentos aos Escravos	354\$180	Junho /1856
<b>Total</b>	<b>23:217\$420</b>	

**Fonte:** Autos de Contas de Tutela – Maria Joaquina de Almeida – 1856  
Bananal – 1º Ofício – Caixa 80 – Ordem 1628  
Museu H.P. Major Novaes – Cruzeiro-SP

Warren Dean<sup>142</sup>, em seu livro sobre Rio Claro e Flavio Saes<sup>143</sup>, em seu livro as ferrovias de São Paulo: 1870-1940, ambos estes historiadores calculam que 30% da colheita é o que custava o transporte do café antes da ferrovia.

O destino das viagens dos tropeiros, com raras exceções, partindo da Bananal, era sempre o Rio de Janeiro. Para lá eram encaminhadas a tropas com os burros carregando seus balaios repletos de sacas de café, enfeixados em sacos de couro, subindo e descendo os caminhos abertos nos entremeios da Serra do Mar, beirando escarpas, vencendo barreiros, para finalmente alcançar as terras mais planas já próximas da capital do Império. Ali então as sacas de café eram depositadas nos armazéns do comissário ou seu correspondente, para serem avaliadas nos pesos e medidas, comprovadas na qualidade, para somente depois serem disponibilizadas para o mercado e vendidas aos exportadores estabelecidos naquela mesma praça imperial<sup>144</sup>. Assim como as relações sociais estabelecidas com tropeiros foram determinantes, profundos relacionamentos entre grandes fazendeiros e comissários se desenvolveram neste universo social do século XIX caracterizado pela cafeicultura.

Na função de intermediários entre os fazendeiros de serra acima e os exportadores de café dos portos litorâneos, mais que somente receber e encaminhar as tropas de burros com a remessa daquela vez, os comissários prestavam outros tipos de serviços a seus clientes isolados no interior, além de representarem peça fundamental na estrutura econômica da produção cafeeira, como a garantia de créditos financeiros. É também em Maria Sylvia Franco que encontramos a caracterização das atuações do comissário:

[...] o comissário operava também como um comerciante, “comprando” as partidas de café que colocava nos mercados e adiantando as quantias dessa operação sob a forma de créditos, meios de produção e bens de consumo. “Comprava-as”, vendia-as para si próprio na verdade, e ganhava comissão por agências, e não se descuidava também dos juros e somas adiantadas. (FRANCO, 1983).

---

<sup>142</sup> DEAN, Warren. Rio Claro - um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920. São Paulo: Paz na Terra, 1977.

<sup>143</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques. As ferrovias de São Paulo: 1870-1940. 1. ed. São Paulo: Hucitec/INL, 1981.

<sup>144</sup> STEIN, Stanley J. Op. Cit., 1957.

Do mesmo modo, desta mesma autora verificamos a importância do comissário em suas relações com os fazendeiros:

[...] o comissário teve uma ingerência que não foi pequena nos projetos de decisões econômicas de seus clientes, exercendo sobre eles “uma tutela amistosa e interessada”. Esse comportamento, que lhe era definido quase como um encargo por força das relações pessoais que unia ambos, também falava muito de perto aos seus interesses, postos em grande parte nos dinheiros que fornecia para abrir e custear as plantações de café. (FRANCO, 1983.)

Acontecia que um fazendeiro se decidia a consignar sua safra de café a determinado comissário que, sem conhecer o fazendeiro, aceitava e vendia o seu produto. Este comissário abria, então, uma conta-corrente para o fazendeiro, lançava o seu saldo, e, em nota que entregava ao tropeiro que transportara a remessa, informava-o de seu crédito. Com o tempo firmava-se uma confiança recíproca entre fazendeiro e comissário; de sua parte aceitava o fazendeiro os preços lançados para a venda do café e a aquisição das mercadorias encomendadas<sup>145</sup>.

A soma de valores negociados entre fazendeiros e comissários – ou casas comissárias – eram vultuosos, e implicavam em relações de confiança recíproca.

**Tabela 19: Fazenda da Cachoeira  
Recopilação do Total de Venda de Café  
Destino: Casas do Rio de Janeiro**

Casa	Arrobas	Total	% Arrobas	% Valores
Guerra & Monteiro	9.992,00	52:325\$553	54,27	56,6
Ulrich & Cia	1.053,14	4:753\$321	5,72	5,1
Antônio Tavares Guerra & Cia	2.631,28	13:887\$234	14,29	15,00
Carvalho e Rocha	3.790,16	16:880\$104	20,60	18,3

<sup>145</sup> STEIN, Stanley J. Op. Cit., 1957.

Francisco Ferraz de Oliveira Sobral	342,08	1:586\$310	1,86	1,7
Cornélio Filho & Irmão	361,00	1:766\$330	1,96	1,9
Manuel Ferreira Guimarães	240,00	1:172\$730	1,30	1,4
<b>Total</b>	18.411,08	92:372\$582	100	100

**Fonte:** Autos de Contas de Tutela – Maria Joaquina de Almeida – 1856  
Bananal – 1º Ofício – Caixa 80 – Ordem 1628  
Museu H.P. Major Novaes – Cruzeiro-SP

A confiança cultivada, entretanto, era mútua, e quase sempre justificada. O comissário tinha que ser cauteloso e vender café por bons preços, apesar das altas e baixas do mercado comercial, e não encarecer demais as mercadorias fornecidas; se fosse apanhado trapaceando, a informação logo se espalharia entre os fazendeiros da região que não mais fariam negócios com ele. Por outro lado, antes de abrir um crédito vultoso para a aquisição de mercadorias, o comissário tomava informações, na região, sobre o fazendeiro e sobre a situação financeira deste seu novo comitente<sup>146</sup>.

Por mais das vezes, estabelecidas e firmadas as relações entre fazendeiros, arraigados às suas fazendas no interior, e comissários, moradores na capital do Império, sujeitos de uma urbanidade que se desenvolvia cada vez mais, mantenedores de contatos assíduos com o estrangeiro, mais descolados para viagens comerciais e realização de negócios financeiros, visitantes frequentes das fazendas e engenhos – firmadas então boas relações sociais, os comissários se prestavam a diferentes tipos de serviços, inclusive os de foro íntimo.

Conta a tradição oral que Maria Joaquina, na composição de seu vestuário, tinha preferência especial pelas meias francesas, que para tanto mandava trazer especialmente de Paris. Não calçava meias produzidas no Brasil por considerá-las grosseiras e que machucavam-lhe os pés. Uma ocasião, um comissário de café, que se empenhava em realizar compras e atender as encomendas solicitadas por Maria Joaquina, teve dificuldades na

<sup>146</sup>STEIN, Stanley J. Op. Cit., 1957.

aquisição das meias. Problemas de importação e entraves de desembarque, os pedidos não puderam ser atendidos pelas casas especializadas. Como Maria Joaquina estava necessitada das meias e sabendo que se achava no Rio de Janeiro uma companhia de “vaudeville”, que contava com dançarinas francesas, mandou que seu comissário comprasse, a despeito do preço, alguns pares de meias das artistas. Pedido prontamente atendido.

Verificamos então como as fontes primárias, especialmente os inventários dos quais extraímos grande parte das informações que utilizamos, são reveladoras do universo social de Maria Joaquina. Conforme comentamos anteriormente, o lugar reservado para a mulher, neste período, era determinado por uma trama de relações que a colocava em segundo plano, num mundo em que o gênero masculino era senhor por excelência. Entretanto, com Maria Joaquina, num cenário histórico caracterizado por continuidades (cenário que apresentará transformações claras e acentuadas somente a partir do segundo quartel do século XX), do lugar de ser frágil, carente de proteção, sob domínio dos sentimentos, reservado à clausura e à intimidade, as transformações históricas já sinalizavam outros contornos, revelando a força do gênero feminino que ousava (ainda que por força das contingências, como a viuvez, conforme já comentamos) ocupar espaços do mundo dos homens – mundo de negócios, de ações decisivas, e de relacionamentos sociais contundentes.

A presença da administradora Maria Joaquina, gestora de uma grande fortuna e de uma exigente empresa, em um universo que se entendia masculino, vai implicar em relações com homens de diferentes categorias sociais, que a sujeitarão a diferentes tratamentos interpessoais, sem que a mulher Maria Joaquina perca sua feminidade. São comissários, agentes de créditos, financiadores; médicos, boticários, professores; tropeiros, capatazes, feitores; escravos, boçais ou ladinos, alforriados; comendadores, viscondes, condes e barões. Um elenco do mundo masculino que, em suas especificidades sociais, serão tratados com paridade, e, ao final, irão respeitar a mulher cujo valor passam reconhecer.

Esse respeito à senhora e o reconhecimento de seu lugar na hierarquia social construída naquele contexto pode ser vislumbrado, por exemplo, no convite<sup>147</sup> emitido pelo Dr. Laurindo José de Almeida, filho de Maria Joaquina, para um sarau em homenagem ao Visconde de Aguiar Toledo, sarau este realizado no solar do Comendador Aguiar Valim. Quando ajustamos melhor o foco sobre o documento verificamos, portanto, que é a mulher (naquela sociedade e tempo específicos) que oferece as honrarias a um dos destacados senhores da sociedade (o Visconde), no espaço de outro senhor (o Comendador), via convite emitido por outro senhor desta sociedade (o doutor seu filho, que faz o inviatório em nome da mãe). Portanto, é a mulher, é o gênero feminino, quem conduz, por uma via discreta, as ações no universo masculino.



*O Dr. Laurindo José de Almeida, em nome da sua mãe, tem o prazer de convidar a V. ... para, no dia 7 de Setembro do corrente anno, honrar com sua presença ... a um sarão que, como prova de apreço e consideração ao Exmo. Snr. Visconde de Aguiar Toledo, será offerecido a S. Ex. no palacete do Exmo. Snr. Comendador Manoel d'Aguiar Vallim, nesta cidade.*

*Bananal, Agosto de 1877.*

**Ilustração 17:** Convite para o sarau no solar Aguiar Vallim, 1877.

Coleção particular. Família Almeida/Vallim.

Fonte: <http://www.labhoi.uff.br/node/375>

<sup>147</sup> Por conta da deficiência da imagem digitalizada do convite, entendemos ser correto transcrever seu conteúdo: *O Dr. Laurindo José de Almeida, em nome da sua mãe, tem o prazer de convidar a V. ... para, no dia 7 de setembro do corrente anno, honrar com sua presença a um sarão que, como prova de apreço e consideração ao Exmo. Snr. Visconde de Aguiar Toledo, será offerecido a S. Ex. no palacete do Exmo. Snr. Comendador Manoel d'Aguiar Vallim, nesta cidade. Bananal, agosto de 1877.*

Destacadas a presença nos espaços masculinos e a superação dos limites projetados como diferenciais entre universos de gênero, é possível agora verificar como a mulher administradora marca esta sua presença, com suas matizes próprias. Dito de outro modo, trata-se de verificar como a mulher Maria Joaquina, por conta de sua personalidade e feminidade, fazendo-se aceitar num contexto de ordens e espaços sociais diferenciados, constrói sua história além de contribuir de modo contundente com a história do Império do Brasil, igualmente governado pelos homens.

Entendemos que o caso do convite é emblemático: é a mulher, a mãe, cuja autoridade é reconhecida, que conduz o desenvolvimento do evento, nos espaços sociais regidos pelo gênero masculino.

Voltamos, aqui, a recorrer a alguns memorialistas, cujos registros construídos como que os de observadores da, e na sociedade bananalense, ainda que sugiram algum proselitismo, são fontes que podem ser consideradas uma vez que remetem a características pessoais de Maria Joaquina que não vão se distanciar por demais daquelas que pudemos inferir a partir das outras fontes.

Na obra já citada, *Bananal: Cidade Histórica, Berço do Café*<sup>148</sup>, de Maria Freitas, encontramos o quinto capítulo dedicado a Maria Joaquina, com o título: *A Matriarca de Bananal*. Este epíteto foi atribuído pela tradição e perpetuado na oralidade, com o qual se reconhece a presença marcante desta mulher na sociedade bananalense. Matriarca – senhora que está na base da família. Este reconhecimento também pode ser verificado em algumas notícias do jornal *Echo Bananalense* que Freitas garimpou. Além de destacar a generosidade da matriarca, quando de suas contribuições para manutenção da Santa Casa, o jornal, ao publicar um anúncio sobre a venda de uma fazenda, permite perceber (como temos feito até aqui) que Maria Joaquina era a administradora

---

<sup>148</sup> *Bananal: Cidade Histórica, Berço do Café*, de Maria Aparecida Rezende Gouveia de Freitas é uma obra interessante, especialmente porque o livro não tem numeração de páginas. Editado em 1981, trata-se de uma espécie de compilação de histórias ouvidas, recolhidas e ordenadas a respeito da terra natal da autora. Como ela mesma diz: “Esse livro não é uma obra histórica nem sociológica. É um conjunto de fatos contados na intimidade, que passo a todos como curiosidade e conhecimento de quem foram nossos antepassados. Nos dias de hoje, em que pouco se prezam as tradições, tão pouco se conhece da formação de nosso país que nunca é demais lembrar os velhos tempos, para que não fique tudo esquecido, como se nunca tivesse existido!”.

diligente dos seus negócios. O anúncio<sup>149</sup> é encerrado com uma condição muito sutil, que podemos perceber como a autoridade da mulher fazendeira: “Quem pretender dirija-se a proprietaria no Bananal, ou na sua fazenda Boa Vista”.

Outro jornal, o *Iris Bananalense*, em 1871, apresentava notícias sobre a libertação de escravos. Numa delas informa que o Comendador Vallim libertava, nesta ocasião, 13 cativos, enquanto “a Exma. Snra. D. Maria Joaquina”, alforriava 32 escravos. E a notícia destaca:

“Todos os libertos continuarão residindo nas fazendas dos mesmos, das quaes não quizerão apartar-se, e são ali tratados generosamente, não lhes faltando a necessaria alimentação, vestuario, medico e botica quando enfermos, bem como terras para cultivarem. Factos dessa ordem honrão os philanthropos, que o praticarão, e por si mesmo se recommendarão.” (FREITAS, 1981, sem paginação)

É também de uma notícia publicada pelo *Echo Bananalense*, sobre a inauguração do busto erigido em sua homenagem, colocado no salão principal da Santa Casa de Misericórdia, que podemos verificar como esta mulher era respeitada pela sociedade onde vivia. Alguns trechos do texto da notícia:

[...] Foi uma festa esplendida digna da pessoa a quem ella deu causa. Depois que o salão esteve litteralmente cheio de espectadores, os quaes erão tirados quase todos da **nata da sociedade** bananalense [...]. Havia ao redor do **venerando busto** da exma. Snra. D. Maria um circulo formado por 20 meninas que tinham flores nas mãos. Chegada a occasião de inaugurar-se o busto, o distincto cidadão (**Comendador**) Manuel de Aguiar como o membro mais importante da família Almeida e Aguiar, fez cahir o véo que cobria o busto, e pela menina Presciliana [...] foi lido o seguinte discurso: – Pobre, e educada nos sãos principios da religião do Golgotha, eu peço-vos snra, permissão para depositar em vossos pés esta pequena offerta, como symbolo da **adoração que consagro a vós**, como **mãe da pobreza e anjo da caridade.**” (FREITAS, 1981, sem paginação). (grifos nossos)

Mãe da pobreza, anjo da caridade, veneração, adoração e consagração. Os elogios beiram o superlativo, e as homenagens são prestadas pela nata da sociedade, com destaque para a presença do Comendador – é o gênero masculino reconhecendo a presença da mulher no seu universo.

---

<sup>149</sup> *Jornal Echo Bananalense*, julho de 1875 in FREITAS, op.cit., 1981, sem paginação.

## Considerações Finais

A afirmação de Marc Bloch: *“não se deixe hipnotizar por sua própria escolha a ponto de não mais conceber que uma outra, outrora, tenha sido possível.”*, que usamos como epígrafe de nossa dissertação, nos leva a pensar sobre as diferentes possibilidades que a pesquisa histórica promove, quando permite assentar o olhar para diferentes ângulos e perceber novas perspectivas.

Desenvolvemos aqui uma vertente da história das mulheres a partir da viúva fazendeira Maria Joaquina de Almeida que viveu de 1803 a 1882 e que, durante parte de sua vida, gerenciou suas propriedades e negócios valendo-se de seus próprios meios e princípios, sendo chefe de família e tornando-se uma das personalidades mais importantes da cidade de Bananal, no Vale do Paraíba, a ponto de ser conhecida como a “Matriarca de Bananal”.

Buscamos assim lançar alguma luz sobre a mulher e o seu contexto social, especificamente em um espaço regional, caracterizado pelo período de ouro do desenvolvimento econômico do café no Império do Brasil, numa sociedade marcada pela estrutura patriarcal. Nesta sociedade, por várias vezes a mulher precisou romper limites, adequar situações, superar determinações fixadas em um imaginário em que prevaleciam as regras elaboradas e estabelecidas como padrão a partir do universo masculino.

Estabelecemos aqui um contraponto social destacando as dificuldades de inserção das mulheres no mundo do trabalho, que tradicionalmente era circunscrito aos limites do lar, contraponto experimentado tanto pelas senhoras que administraram grandes fazendas de café quanto pelas mulheres livres e pobres de São Paulo no século XIX, como tão bem demonstrou Maria Odila Leite da Silva Dias em seus estudos sobre estas últimas<sup>150</sup>.

Inserida neste universo que formalmente limitava os papéis que a mulher podia desempenhar na sociedade, Maria Joaquina, já na condição de viúva e gestora do espólio do marido, teve de terminar de criar os filhos, ao mesmo tempo em que assumia as exigentes tarefas de administração da fazenda, o

---

<sup>150</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense. 1995.

controle das terras, dos capatazes, dos escravos, da alimentação em geral, da ordem, e, sobretudo, dos negócios.

Em nossa análise observamos que Maria Joaquina de Almeida fugiu do estereótipo da submissão doméstica, padrão no universo familiar das elites cafeeiras, pela sua competência na gestão dos negócios e na condução dos seus relacionamentos sociais, determinados pelas exigências da empresa cafeeira daquele tempo. Verificamos que a mulher administradora conduzia com muita habilidade as relações de poder, chegando a ser respeitada pelos principais da sociedade em vivia.

Muitos desses comportamentos, destas presenças femininas no universo dos homens, foram tornados acontecimentos velados e encobertos durante o tempo que ocorriam, transformados em verdadeiros mitos, fatos incompreensíveis e sem explicação, descaracterizados e estigmatizados, deslocados para planos secundários da história, num processo que subestimou a independência do mundo feminino e dissimulou o real significado da presença da mulher na formação de nossa história.

Por conta desta subvaloração, embora a historiografia moderna brasileira tenha desenvolvido um trabalho de recuperação da posição feminina na sociedade, ainda se faz necessário conhecer, analisar e entender este universo, em especial quando se considera o espaço que foge dos grandes centros urbanos. Estudar casos como o de Maria Joaquina de Almeida é ampliar o escopo de leitura e análise, objetivando uma contribuição mais vasta sobre o tema e outras interpretações sobre a sociedade brasileira.

Tendo nascido e vivido em um mundo ruralizado, de costumes sedimentados na rusticidade, onde lhe foi imposta, desde cedo, a manta da subordinação doméstica e do casamento, Maria Joaquina efetivou, em sua vida atitudes num universo social que contemplava o mundo da burguesia rural cafeeira, de elites enriquecidas pelo desenvolvimento de uma economia centrada num produto preferencial de exportação. Uma sociedade que, sem exageros, pode ser descrita como masculinizada e patriarcalizada, onde o homem tudo podia: deitar-se com escravas, ter filhos com mulheres fora do casamento, decidir com quem os filhos deveriam se casar. Perpetuava-se aqui, num agir discreto mas não ignorado nem contestado, prestígio e poder

patriarcais. Um universo onde, para a mulher, estavam reservados o aprendizado de alguma língua estrangeira, preferencialmente o francês, e de prendas domésticas, além da preparação para o casamento e para a procriação.

Universo este que Maria Joaquina acaba rompendo, ainda que por conta da viuvez que lhe proporcionou a oportunidade de sair do mando patriarcal, garantindo-lhe condições que permitiram, ou mesmo exigiram, a boa gestão dos negócios familiares e a participação ativa na sociedade Bananalense.

Com esta dissertação ainda pretendemos contribuir para ampliar a compreensão da própria sociedade do Vale do Paraíba Paulista, nas suas especificidades próprias, onde a figura feminina era condenada ou aceita, de acordo com determinadas conveniências sociais ainda pouco exploradas, dentro do que os documentos, como o inventário da fazendeira e os autos de contas de tutela, entre outros estudados, nos permitiram, em nossos limitados olhares, vislumbrar.

# **ANEXOS**

## Anexo 01 - Relação de jóias – Fazenda Boa Vista: 06/03/1882

\*Bicha é o mesmo que corrente, usada para enfeite do colo.

<b>Objetos</b>	<b>Valor</b>
Um par de bichas* de brilhantes	350\$000
Uma medalha de ônix com brilhantes e bordadura de ouro	280\$000
Um par de bichas de ametista	25\$000
Um par de ditas com brilhantes pequenos	50\$000
Um enfeite para cabelo, de ouro e brilhantes	150\$000
Um adereço de ouro e brilhantes (cravação antiga), contendo duas pulseiras, um par de brincos, um broche e um colar com medalha	500\$000
Um par de brincos de ouro com diamantes	60\$000

Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – 1º Ofício – Bananal –  
Ordem 3725 – Caixa 183.

## Anexo 02 - Relação de objetos – Fazenda Boa Vista: 06/03/1882

<i>Objeto</i>	<i>Valor</i>
Um faqueiro, usado, com duas dúzias de facas e duas de colheres de sopa, duas dúzias de garfos e vinte colheres para chá, duas conchas para açúcar, duas ditas para sopa, duas colheres para arroz e um trinchante	300\$000
Um faqueiro de prata lavrada com oito dúzias de talheres – completo	2:000\$000
Dois garfos e duas colheres de prata	100\$000
Uma dúzia de colheres e facas e garfos com as iniciais da falecida	280\$000
Dois castiçais de prata, tendo uma faixa de prata	84\$000
Seis castiçais, sendo dois de orla lisa, e quatro volteados	210\$000
Seis castiçais menores	168\$000
Quatro castiçais, com base lisa, pesando noventa e quatro oitavas cada um	120\$000
Um paliteiro novo com quatro pombinhas	50\$000
Um paliteiro de figueira já usado	40\$000
Um paliteiro com três folhas	15\$000
Dois paliteiros (par) com ... e um pássaro sobre um fruto	70\$000
Um jarro com bacia de prata pesando noventa e duas oitavas	140\$000
Dois bandejinhas com duas tesouras para espiritar velas, pesando duzentas e trinta e uma oitavas	55\$000
Um copo de viagem para água com corrente	20\$000
Um aparelho de prata lavrada, constando de seis peças a saber: um bule para chá, um dito para café, uma leiteira, uma manteigueira, um açucareiro e uma tigela, tendo na tampa um cisne, pesando tudo mil cento e oitenta e oito oitavas	280\$000
Um copo de viagem pequeno com mala e corrente	12\$000
Mais um dito constando de seis peças de prata lavrada, pesando tudo 1345 oitavas	315\$000
Uma salva de prata com quatrocentas oitavas	90\$000
Mais uma dita com trezentas e oitenta quatro oitavas	90\$000
Mais uma dita pesando duzentas e sessenta oitavas	60\$000
Mais uma dita pesando cento e sessenta e oito oitavas	40\$000
Três ditas menores pesando duzentas e setenta e oito oitavas	60\$000
Um cálice pequeno de prata dourada e uma colherinha	15\$000
Um cálice grande com uma colherinha	20\$000
Uma tigela com asas, tendo prato e colher de prata dourada para caldo	35\$000

Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – 1º Ofício – Bananal – Ordem 3725 – Caixa 183.

### Anexo 03 – Imóveis da Fazenda Boa Vista: 11/03/1882

<i>Imóvel</i>	<i>Valor</i>
Uma casa de vivenda de sobrado com doze janelas e uma porta com escada em frente e cômodos nos baixos no pavimento térreo, toda assoalhada e forrada com uma varanda nos fundos servindo de sala de jantar	8:000\$000
Quarenta e cinco lanços de senzalas no feicho de dentro, toda coberta de telhas	1:350\$000
Dois lanços com varanda pegados com o feicho, cobertos de telha	80\$000
Dois ditos pegados ao mesmo feicho, cobertos de telhas	80\$000
Uma varanda que serve de latrina e cachoeira em quarto de morada, tudo coberto de telhas	30\$000
Três lanços de casas com varandas para os fundos pegados ao paiol de milho	300\$000
Três lanços de paiol para milho com varandas para os fundos	450\$000
Cinquenta e um lanços de senzala no feicho da frente	2:550\$000
Dois lanços em .....	90\$000
Dois lanços de casas cobertas de telha que serve para guardar carros da família	90\$000
Dois lanços de varanda para o lado da estrada que serve para guardar carros	70\$000
A casa do engenho de secar café, com quatro lanços e varanda, coberta de telhas	3:000\$000
Um lanço de casa assoalhada com um puxado para a casinha, coberta de telhas	200\$000
Dois portões ao lado da casa de vivenda	80\$000
Um lanço de casa na qual mora o chacareiro, coberto de telhas	30\$000
Um portão coberto de telhas e feixo de balaustrada que fecha a frente do quadro da fazenda	40\$000
Uma meia água de guardar mandioca	30\$000
Dois lanços de casa já bastante deterioradas de guardar formas de açúcar	80\$000
Onze lanços de varanda pegada a tulha de café que serve para casa de carneiros e de cocheira de animais	100\$000
Dois lanços de casas cobertas de telhas para guardar madeira	100\$000

Dois lanços de casas que serve para galinheiro e uma varanda coberta de sapé pegada ao mesmo	100\$000
Três lanços de tulhas para café com duas varandas aos lados	1:500\$000
Cinco lanços de tulhas para café assoalhados de asfalto	600\$000
Dois lanços de casas com varanda para a cozinha onde mora o Braga	200\$000
Cinco lanços de casas que serve de enfermaria e Botica com varanda	750\$000
Um engenho para moer cana, com três lanços de casas cobertas de telha e uma varanda com tachos assentados para a fábrica de açúcar	400\$000
Seis lanços de tulhas para café no terreiro de cimento assoalhado	500\$000
Uma varanda de balaustre pegada a mesma tulha	30\$000
Quatro lanços para porcos soltos	200\$000
Três lanços de casas para a cerca de capados	600\$000
Dois lanços para a cozinha dos capados	100\$000
Uma casa da roda d'água e prensa	250\$000
Moinho de moer fubá	500\$000
Um banheiro pegado ao moinho	40\$000
Um despoldador com dois tanques e quatro lanços de casas	1:100\$000
Um terreiro de cimento para secar café, todo cercado de arame farpado, com tanque de lavar café, com pia de ferro	5:000\$000
Um pomar grande do lado da casa de vivenda, com muitas qualidades de fruteiro e horta	300\$000
Trezentos e vinte e três alqueires de terras da Fazenda Boa Vista	3:000\$000
Vinte e cinco ditas na Divisa, da estrada para cima	2:000\$000

Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – 1º Ofício – Bananal – Ordem 3725 – Caixa 183.

## Anexo 04 – Pés de café na Fazenda Boa Vista: 11/03/1882

Quatro mil pés de café novos no Antônio Querino	1:360\$000
Trinta mil pés de café velhos	4:800\$000
Dois mil pés de café no José Pedro	1:400\$000
Duzentos pés de café no caminho de José Pedro	8\$000
Cinco mil pés de cafés velhos pregado no cafezal do Quilombo	500\$000
Doze mil pés de café na Ponte de Tábua do lado do cemitério	4:300\$000
Dez mil pés de cafés velhos na Maria Joana	800\$000
Seis mil ditos mais novos	1:400\$000
Três mil pés de café novos no Saci	600\$000
Vinte e dois mil pés de café no cafezal da Caparira	4:400\$000
Trinta e três mil pés de café novos no Mato Dentro	6:600\$000
Vinte mil ditos pegados ao mesmo acima	4:000\$000
Seis mil pés de café novos na Grota do Galinheiro	1:440\$000
Mil pés de café velhos pegado aos mesmos acima	80\$000
Quatorze mil pés de café com pouca fruta no lugar denominado Manuel Ilheó	3:360\$000
Dois mil pés de café na velha do gentio	200\$000
Setenta mil pés de café no Mundo Novo	23:800\$000
Três mil pés de café na grota do Saci	300\$000
Quatro mil ditos na Tapera Velha	400\$000
Quatorze mil pés de café velhos no João Leite	1:120\$000
Cinco mil pés de café velhos no caminho do Córrego Fundo	500\$000
Dezesseis mil pés de café novos no Quilombo	8:000\$000
Quarenta e dois mil pés de café na Vertente da Mariana	21:000\$000
Dezoito mil pés de café na Vertente de José Pedro	8:100\$000

Quatro mil ditos na Vertente de José Pedro	640\$000
--	----------

Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – 1º Ofício – Bananal –  
Ordem 3725 – Caixa 183.

Da relação acima verifica-se as extraordinárias quantidades de pés de café da Fazenda Boa Vista, num total de 346.200 (trezentos e quarenta e seis mil e duzentos pés de café)

<b>Classif. no inventário</b>	<b>Unidades</b>
Café	179.200
Novo	88.000
Velho	65.000
Pouca fruta	14.000
<b>Total</b>	<b>346.200</b>

Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – 1º Ofício – Bananal –  
Ordem 3725 – Caixa 183.

**Anexo 05 – Relação das construções e imóveis da Fazenda Boa Vista: 11/03/1882**

Uma casa de vivenda de sobrado com doze janelas e uma porta com escada em frente e cômodos nos baixos no pavimento térreo, toda assoalhada e forrada com uma varanda nos fundos servindo de sala de jantar	8:000\$000
Quarenta e cinco lanços de senzalas no feicho de dentro, toda coberta de telhas	1:350\$000
Dois lanços com varanda pegados com o feicho, cobertos de telha	80\$000
Dois ditos pegados ao mesmo feicho, cobertos de telhas	80\$000
Uma varanda que serve de latrina e cachoeira em quarto de morada, tudo coberto de telhas	30\$000
Três lanços de casas com varandas para os fundos pegados ao paiol de milho	300\$000
Três lanços de paiol para milho com varandas para os fundos	450\$000
Cinquenta e um lanços de senzala no feicho da frente	2:550\$000
Dois lanços em .....	90\$000
Dois lanços de casas cobertas de telha que serve para guardar carros da família	90\$000
Dois lanços de varanda para o lado da estrada que serve para guardar carros	70\$000
A casa do engenho de secar café, com quatro lanços e varanda, coberta de telhas	3:000\$000
Um lanço de casa assoalhada com um puxado para a casinha, coberta de telhas	200\$000
Dois portões ao lado da casa de vivenda	80\$000
Um lanço de casa na qual mora o chacareiro, coberto de telhas	30\$000
Um portão coberto de telhas e feixo de balaustrada que fecha a frente do quadro da fazenda	40\$000
Uma meia água de guardar mandioca	30\$000
Dois lanços de casa já bastante deterioradas de guardar formas de açúcar	80\$000
Onze lanços de varanda pegada a tulha de café que serve para casa de carneiros e de cocheira de animais	100\$000
Dois lanços de casas cobertas de telhas para guardar madeira	100\$000
Dois lanços de casas que serve para galinheiro e uma varanda coberta de sapé pegada ao mesmo	100\$000
Três lanços de tulhas para café com duas varandas aos lados	1:500\$000

Cinco lanços de tulhas para café assoalhados de asfalto	600\$000
Dois lanços de casas com varanda para a cozinha onde mora o Braga	200\$000
Cinco lanços de casas que serve de enfermaria e Botica com varanda	750\$000
Um engenho para moer cana, com três lanços de casas cobertas de telha e uma varanda com tachos assentados para a fábrica de açúcar	400\$000
Seis lanços de tulhas para café no terreiro de cimento assoalhado	500\$000
Uma varanda de balaustre pegada a mesma tulha	30\$000
Quatro lanços para porcos soltos	200\$000
Três lanços de casas para a cerca de capados	600\$000
Dois lanços para a cozinha dos capados	100\$000
Uma casa da roda d'água e prensa	250\$000
Moinho de moer fubá	500\$000
Um banheiro pegado ao moinho	40\$000
Um despoldador com dois tanques e quatro lanços de casas	1:100\$000
Um terreiro de cimento para secar café, todo cercado de arame farpado, com tanque de lavar café, com pia de ferro	5:000\$000
Um pomar grande do lado da casa de vivenda, com muitas qualidades de fruteiro e horta	300\$000
Trezentos e vinte e três alqueires de terras da Fazenda Boa Vista	3:000\$000
Vinte e cinco ditas na Divisa, da estrada para cima	2:000\$000

Museu H.P. Major Novaes. Inventário de Maria Joaquina de Almeida – 1º Ofício – Bananal –  
Ordem 3725 – Caixa 183.

## Referências

ALEGRIO. Leila, **Donas do Café – Mulheres fazendeira no Vale do Paraíba. Rio de Janeiro, século XIX.** Rio de Janeiro: Letra Capital. 2011.

\_\_\_\_\_. **O Café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira.** Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventários/sistemas/wp-content/uploads/2009/11/28-leilaalegrio.pdf>. Acessado em 18/03/2014.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Repertório de Sesmarias.** Ed. Fac-similada, São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1994.

\_\_\_\_\_. **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Casa Eclética, v. LXXXI, 1978.

**Autos de Contas de Tutelas – Maria Joaquina de Almeida.** Caixa 80. Cruzeiro: Museu Histórico e Pedagógico Major Novais, Cartório do 1º Ofício, Caixa 80.

CASTRO, Hebe Maria. SCHNOOR, Eduardo (orgs.) **Resgate – Uma janela para o Oitocentos.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. **Negócios de Família, Gerência de Viúvas. Senhoras Administradoras de Bens e Pessoas (Minas Gerais 1750-1800).** Dissertação de Mestrado. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. **Ensaio Socioeconômico de áreas Valeparaibanas.** Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1984.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil (1850-1888).** Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 394p.

COSTA, Iraci del Nero da. **Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil.** São Paulo: MGSP Editores, 1992.

DEAN. Waren. **Rio Claro - um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920.** São Paulo: Paz na Terra. 1977.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **O Café e a Paulistânia.** São Paulo: João Bentivegna. 1951.

FAGUNDES, Joaquim Roberto. Mulheres Anônimas e Independentes em Guaratinguetá – Século XIX. In: **Revista Ângulo**, Lorena, n. 116, p. 44-46, 2009.

\_\_\_\_\_. Casamentos da Matriz de Cunha. In: **Revista da ASBRAP**, São Paulo, n. 10, p. 01-38, 2004.

FARIA, Teresinha Paiva de et ali. **Decadência do Café numa Comunidade Valeparaibana**. Guaratinguetá: Salesianas, 1973.

FRANÇA, Ary. **A Marcha do Café e As Frentes Pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3ªed. São Paulo: Kairós, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. 52.ed. São Paulo: Global. 2013.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano**. 14º Ed.rev. São Paulo: Nova Global, 2003.

FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. **Bananal – Cidade Histórica Berço do Café**. São Paulo: Massai Ihno Roswitha Kempf – Editores. 1981.

GRAÇA, Plínio. **Bananal – Terra dos Barões do Café**. São Paulo: Editora Noovha America, 2006.

HAHNER, June E. **Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo, IPE-USP, 1986.

**Inventário post mortem e testamento de Luciano José de Almeida**. Cruzeiro: Museu Histórico e Pedagógico Major Novais, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, N°1443, 28/08/1854.

**Inventário post mortem e testamento de Maria Joaquina de Almeida**. Cruzeiro: Museu Histórico e Pedagógico Major Novais, Cartório do 1º Ofício, Caixa 183, N°3725, 5 vol., 1882.

JANCSÓ, István (orienta.); André R. A. Machado... [et. Al.]. **Cronologia de História do Brasil Monárquico: 1808-1889**. São Paulo: Humanitas, FFCLH, USP, 2000.

LAGE, Claudia. **Mundos de Eufrásia**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: **o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)**. SP: Símbolo, 1979.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. 2. Ed. São Paulo: Globo, 2009.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e escravidão na trajetória dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. **“Teremos grandes desastres, se não houver providencias enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão**. in In Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). **O Brasil Imperial Vol.III: 1870-1889**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

MAIA, Thereza e Tom. **A Mulher e o Vale do Paraíba**. São Paulo: Editora Páginas Amarelas.

MAIA, Tom Maia & HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Vale do Paraíba: velhas fazendas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista: 1700-1836**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2000.

MARCONDES. Renato Leite. **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira – Vale do Paraíba – Século XIX**. Lorena/SP: Editora Stiliano, 1998.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georg Grimm. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 44: p. 55-76, fevereiro, 2007.

MARQUESE, Rafael e TOMICHI, Dale. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX**. In Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.) **O Brasil Imperial Vol.II: 1831-1870**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

MARTINS, Ana Luiza Martins. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2009.  
\_\_\_\_\_. **Império do Café: A grande lavoura no Brasil – 1850 a 1890**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1990.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: Hucitec/INL, 1982.

MIRANDA, Alcides da Rocha & CZAJKOWSKI, Jorge. Aspectos de uma arquitetura rural do Século XIX. In: PIRES, Fernando T.F. (org.). **Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: a posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume, 1999.

MOURA, Carlos Eugenio Marcondes (org.), **Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

MUAZE, Mariana. **As Memórias da Viscondessa – Família e Poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

PASIN, José Luiz. A formação histórica e cultural do Vale do Paraíba Paulista. Disponível: <<http://www.jornaloince.com.br/2010/arquivos/republicando-formacao-historica-cultural-vale-paraiba-paulista>[www.jornaloince.com.br/edicao033.pdf](http://www.jornaloince.com.br/edicao033.pdf)>. Acesso em: 22/04/2014.

PASIN, José Luiz. **Vale do Paraíba: História e Cultura**. Lorena, CCTA, 2007.

PORTO, Luiz de Almeida Nogueira. **Bananal no Império: Famílias e Fazendas**. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1994.

\_\_\_\_\_. **Tudo Isto Aqui Já Foi Café!** D.O. Leitura, SP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1985.

RAMOS, Agostinho. **Pequena História de Bananal**. São Paulo: Gráfica Sangirard, 1975.

REIS, Paulo Pereira dos Reis. **Lorena nos Séculos XVII e XVIII**. São Paulo: Centro Cultural Objetivo/Fundação Nacional do Tropeirismo, 1988.

RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. **O Caminho Novo: povoadores do Bananal**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980.

SAES, Flávio Azevedo Marques. **As ferrovias de São Paulo: 1870-1940**. 1. ed. São Paulo: Hucitec/INL, 1981.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo**. São Paulo: 1954.

SANTOS, Camila. **Laços Cativos: Uma análise demográfica da família escrava no plantel de Luciano José de Almeida – Bananal (1854 – 1882)**. Dissertação de Mestrado. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Repertório das Sesmarias**. Ed. Fac-similar. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1994.

SLENES, Robert Wayne Andrew . **Família Escrava e Trabalho**. Tempo - Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 6, p. 37-42, 1998.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e Decadência do Café**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

TAUNAY, Afonso de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do café**. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2006.

TOLEDO, Francisco Soderó. O ciclo do café no Vale do Paraíba e o processo de Independência. In: **Revista da Faculdade Salesiana**. Lorena, 1974, ano 15, nº 22, p. 75-97.

WERNCK, Luiz Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a Fundação e Castelo de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro pelo Barão do Paty do Alferes**. Rio de Janeiro: Editores Eduardo & Henrique Laemmert. 1863.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. 2a. ed. São Paulo: HUCITEC, 2009.